

Este exemplar
corresponde ao ori-
ginal da tese defendida
pelo aluno Marcio Henrique
Monteiro de Castro em 27/11/92 e
orientada pelo Prof. Dr. Carlos Francisco
Lodero Ribeiro Machado de Lessa.
27/11/92.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

"REFORMA AGRÁRIA E PEQUENA PRODUÇÃO"

POR

MARCIO HENRIQUE MONTEIRO DE CASTRO

ORIENTADOR: DR. CARLOS (F.T.R.M. DE) LESSA, 1992

CAMPINAS - SP
1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"REFORMA AGRÁRIA E PEQUENA PRODUÇÃO"

MARCIO HENRIQUE MONTEIRO DE CASTRO

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA -
UNICAMP COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM ECONOMIA.

ORIENTADOR: DR. CARLOS F. T. R. M. DE LESSA

CAMPINAS - SP

1992

A IGNACIO M. RANGEL

AGRADECIMENTOS

Escrever um trabalho é, antes de tudo, explicitar nossas limitações e realizar uma autocrítica explícita, destruindo a nossa sempre favorável imagem idealizada.

Processo tão incômodo não poderia ser realizado isolada e individualmente. Familiares e amigos, inconscientemente, participam dessa atividade de forma significativa, dando o incentivo e o apoio afetivo sem o qual não se encontra estímulo para levar a tarefa ao seu final.

Além do carinho, o trabalho não poderia ser realizado sem outro apoio de natureza bastante diversa. Estamos falando daquelas idéias que, apesar de escritas pelo autor, são, de fato, produtos de longas discussões e trocas de observações que fazem do trabalho intelectual uma atividade essencialmente coletiva.

Mas é sempre possível a identificação de um conjunto de pessoas que, de forma mais presente e íntima, participaram da construção da tese.

Início por Carlos Lessa que, antes de ser orientador, dirigiu, quando diretor do BNDES, a pesquisa que deu origem à tese, definindo as linhas de redação do relatório de pesquisa.

Na realização dessa pesquisa, contei com a colaboração de diversos colegas que dividiram o ônus de uma tarefa que estava no limite de nossas possibilidades. A citação nominal de todos seria justa mas por demais extensa. Destaco Cesar Matouk e Luis Antônio Ruffo, como representantes daqueles que tiveram uma contribuição fundamental na fase conclusiva da pesquisa. Mônica Esteves de Carvalho deve ter um agradecimento especial, não só porque participou em todas as fases da elaboração da pesquisa, mas porque assumiu, por competência, uma posição na execução do trabalho sem a qual não haveria a tese que ora apresentamos.

Agradeço ainda a Ary Romualdo de Oliveira, Ignácio Rangel e José Ribeiro de Lira, que acompanharam de perto o desenvolvimento dos trabalhos, opinando em seus mais diversos aspectos. Ao professor Rangel, o agradecimento deve ser suficientemente amplo para cobrir sua visível influência intelectual e minha ousadia em dedicar-lhe este trabalho.

Convém registrar nesta apresentação que, apesar de parte deste trabalho ter sido realizado dentro da extinta Área Social do BNDES, as idéias aqui expressas não representam nenhuma posição da Instituição, que apenas criou condições para a realização do trabalho técnico. Por fim, o trabalho datilográfico de Linda Bergamini foi fundamental para a consecução desta tese.

CASTRO, Marcio Henrique Monteiro de Reforma Agrária e Pequena Produção. Orientador Dr. Carlos Francisco T. R. M. Lessa. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1992. 205 folhas. Dissertação.

ABSTRACT

The process of capitalistic development of agriculture imposes as a tendency for small production the disjunctive between modernization and its annihilation, which may exceptionally be replaced by survival in precarious conditions.

The evolution of technical progress, capital's basic form of domination of all production branches, including agriculture, makes the small farmer's modernization process increasingly difficult vis-à-vis the growing distance to be overcome.

The study of the agrarian reform experience carried out in the first half of the eighties indicates that no conditions have been created to allow modernization of small farmers on the scale required to make it possible for rural and urban misery - the most visible forms of the Brazilian agrarian problem - to be surmounted.

In view of the difficulties faced in modernizing small production, an attempt is made to devise alternative policies capable of raising the rural population's life standard.

CASTRO, Marcio Henrique Monteiro de. Reforma Agrária e Pequena Produção. Orientador: Dr. Carlos Francisco T. R. M. Lessa. Campinas: Instituto de Economia, UNICAMP, 1992. 205 folhas. Dissertação.

RESUMO

O processo de desenvolvimento capitalista da agricultura impõe como tendência para a pequena produção a disjuntiva entre a modernização e o seu aniquilamento que, excepcionalmente, pode ser substituído por sobrevivência em condições precárias.

A evolução do progresso técnico, forma básica de o capital dominar a produção em todos os ramos, inclusive na agricultura, torna cada vez mais difícil o processo de modernização do pequeno produtor que se defronta com uma crescente distância a ser superada.

O estudo da experiência de reforma agrária, executada na primeira metade da década de oitenta, nos indica que não foram criadas condições para que a modernização dos pequenos produtores possa ocorrer, na escala desejável à superação da miséria rural e urbana - formas mais visíveis da questão agrária brasileira.

Diante das dificuldades de modernização da pequena produção, busca-se pensar alternativas para uma política que eleve o padrão de vida da população rural.

SUMÁRIO

	Página
APRESENTAÇÃO	1
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO	9
1 - CAPITAL E AGRICULTURA	11
2 - ALGUNS DETERMINANTES HISTÓRICOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA	16
3 - A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	21
4 - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PRO- CESSO DE DESENVOLVIMENTO CA- PITALISTA DA AGRICULTURA BRASILEI- RA	28
5 - O PROLETARIADO RURAL E OS PEQUENOS PRODUTORES - UMA POPULAÇÃO NÃO INTEIRAMENTE RURAL	36
5.1 - OS BÓIAS-FRIAS	39
5.2 - OS QUASE-BÓIAS-FRIAS	43

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA: EVIDÊN- CIAS DE DIFERENCIAÇÃO	59
1 - ASPECTOS METODOLÓGICOS	60
2 - RENDA	77
3 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA	90
4 - CRÉDITO	94
5 - ELEMENTOS PRODUTIVOS	104
6 - MÃO-DE-OBRA	120
7 - UTILIZAÇÃO DAS TERRAS	125
8 - ATIVOS	130
9 - DESPESAS MONETÁRIAS	139
10 - COMERCIALIZAÇÃO	144
11 - OUTROS ASPECTOS	147
12 - ALGUMAS CONCLUSÕES	164

CAPÍTULO III - REFORMA AGRÁRIA: LIMITES, POSSIBILIDADES E ALTERNATIVAS	170
1 - A NATUREZA DA DIFERENCIAÇÃO ENCONTRADA	171
2 - REFORMA AGRÁRIA: UM CAMINHO NECESSÁRIO	179
3 - UMA POLÍTICA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO RURAL	193
BIBLIOGRAFIA	200

APRESENTAÇÃO

Esta tese é em parte a síntese de trabalhos realizados no BNDES entre os anos de 1985 e 1990. Trabalhando numa unidade dessa instituição encarregada de estudar e avaliar políticas e projetos destinados à população carente, tivemos a oportunidade de realizar pesquisas referentes às mais diferentes formas de atuação para o enfrentamento da miséria urbana e rural.

A busca de uma solução eficaz para as carências da população miserável de nosso país era uma imposição profissional, oriunda de uma Instituição que, zelosa de sua tradição, manejava com convicção quase religiosa as técnicas de análise e avaliação de projetos.

A pretensão deste conjunto de técnicos, no qual nos incluímos, era de que, apesar de reconhecermos que o Banco não poderia solucionar as questões sociais com que se defrontava a sociedade brasileira, dados os diminutos recursos que administrávamos e a complexa determinação estrutural dos problemas sociais, poderíamos colher subsídios que balizassem a ação do Banco e que o possibilitassem de, enquanto órgão do governo, participar construtivamente na formulação de políticas sociais capazes de enfrentar o estado de miséria aguda que aflige significativa parcela da população brasileira.

Infelizmente, uma decisão de governo retirou esta instituição do enfrentamento dos problemas sociais. Esta tese é, também, a tentativa artesanal de recuperar parte da memória técnica acumulada nesse período.

Devemos nesta apresentação esclarecer que, apesar de esta tese referir-se à questão agrária, a formulação de uma política social eficaz é uma preocupação de fundo que, esperamos, sem nos conduzir a um trabalho normativo, determinou sua estrutura.

Nossa preocupação não será a de desenhar uma proposta de política social. Nada mais distante que isto. Na realidade buscaremos, tão somente, identificar aspectos estruturais que atuam sobre e através das políticas sociais, quando elas existem, e que são responsáveis, a nosso ver, por deformações e fracassos não previstos quando de suas formulações.

Começa a ficar evidente, pelo menos por uma parte daqueles que estudam a questão social brasileira, que a retomada do desenvolvimento é condição necessária mas não suficiente para sua solução. Portanto, uma política social eficaz é uma necessidade inexorável para enfrentarmos a miséria. Em que pese reconhecermos que não somos capazes de desenhar o modelo definitivo de tal política, gostaríamos de sublinhar alguns pontos que acreditamos deverão estar presentes em sua configuração.

O primeiro refere-se à autonomia relativa da política social. Reconhece-se que existe um espaço próprio para seu estudo, formulação e execução. Entretanto, isto não pode ser entendido como a aceitação da idéia de que a política social tem independência com relação à evolução da conjuntura econômica. É evidente que a retomada do crescimento é condição lógica para uma política social exitosa. Vale lembrar que a dinâmica macroeconômica atua sobre três das mais importantes variáveis para a determinação da situação social: a taxa de salários, a de emprego e a disponibilidade fiscal de recursos.

O padrão de desenvolvimento é o segundo ponto. A economia brasileira caracteriza-se por ter uma estrutura de oferta agregada onde os bens de alto valor unitário se sobressaem. Uma política social, que no sentido amplo inclui uma política de distribuição de renda e não somente políticas assistencialistas para a população carente, será tanto mais exitosa quanto maior for a base produtiva capaz de gerar bens e salários.

O terceiro ponto não é muito observado quando da formulação das políticas sociais. Vamos tentar formulá-lo de forma singela. O espaço de atuação da política social - o mundo da miséria - é simultaneamente diferente e igual ao resto da sociedade. Possui lógicas próprias de funcionamento ao lado das determinações mais gerais da sociedade.

Esta dupla determinação deverá ser observada na formulação de uma política social, pois o cruzamento destas lógicas - a da miséria e a da sociedade abrangente - faz com que os resultados previstos pelas ações da política social se desviem de maneira significativa. Podemos apresentar um exemplo para diminuir o caráter abstrato do argumento.

Tomemos uma política social concreta como exemplo: a Reforma Agrária. Em que pese questionarmos neste trabalho ser a reforma agrária uma política social eficaz para elevar o padrão de vida da população rural que vive numa situação miserável, a verdade é que os governos passados realizaram inúmeros projetos de reforma agrária. A avaliação destes projetos mostra que os efeitos da distribuição das terras são diminutos e, via de regra, neutralizados no espaço de tempo inferior a dez anos. O que acontece é uma reação fácil de explicar. Uma política social, e a reforma agrária não é o único exemplo, pode implicar em transferência ou valorização patrimonial privada para o beneficiário. Tendo em vista os baixos rendimentos correntes desta população, a solução mais racional é vender o patrimônio (terra) e desfrutar o dinheiro da venda.

O beneficiário da Reforma Agrária tornou-se novamente um sem-terra, sua condição original. O que aconteceu, segundo nosso argumento? Duas lógicas atuaram simultaneamente. A da miséria, que faz com que esta população esteja acostumada à sua condição original - a de sem-terra - e tenha por ela uma estratégia de sobrevivência conhecida. A lógica mais geral da sociedade, a lógica capitalista, conduziu-o a tomar uma decisão racional, ou seja, se apropriar de uma renda capitalizada, seguramente maior do que a renda corrente oriunda de uma exploração com baixa produtividade. A política social frustrou-se na conjugação não prevista das duas lógicas - uma cultural e outra econômica, no sentido estrito.

O quarto e último ponto a ser considerado seguramente ainda será objeto de inúmeros estudos por parte de nossos cientistas políticos. Refere-se à lógica própria das instituições envolvidas que terminam por subverter suas finalidades. A própria Instituição se vê como um fim em si. Os meios se sobrepõem aos fins, em resumo. A busca de formas de intervenções que sejam imunes a esta inversão, ou a identificação de mecanismos que neutralizem este processo é passo fundamental para tornar exequível uma política social.

Como nos referimos anteriormente, buscaremos ao longo deste texto explicitar alguns elementos estruturais que deverão ser considerados quando da formulação de uma política social para a população rural. Estas questões apareceram na execução de um conjunto de pesquisas e avaliações sobre a pequena produção rural realizadas pelo BNDES entre 1985 e 1990.

Em todas estas pesquisas encontramos evidências de que o processo de modernização dos pequenos produtores rurais nos projetos de Reforma Agrária é muito seletivo, excluindo parte significativa dessa população. O esclarecimento sobre as determinações do caráter seletivo ou excludente da modernização do pequeno produtor no interior dos projetos de reforma agrária é a própria razão desta tese. Os aspectos culturais, ao lado dos técnicos-econômicos, se mostraram essenciais ao entendimento desta diferenciação e, infelizmente, como explicaremos adiante, em parte por uma deficiência de nossa metodologia, não temos respostas tão conclusivas quanto gostaríamos sobre este importante aspecto. Como é frequente acontecer, chegamos tão somente a um conjunto de hipóteses cuja plausibilidade não é infensa a questionamentos.

Esta tese não pressupõe para sua apresentação a leitura de nenhum dos relatórios de pesquisa que estão na sua origem e que foram escritos como trabalhos do BNDES. Entretanto, dada a importância do apoio empírico para a sustentação deste trabalho, achamos oportuno informar ao leitor um pouco mais sobre as pesquisas e os dados primários utilizados, registrando, entretanto, que a metodologia de coleta e tratamento dos dados que deram origem ao relatório da pesquisa encontram-se nos respectivos relatórios.

Dentre todos os relatórios, utilizaremos principalmente os resultados apresentados em "Avaliação Preliminar de Assentamentos de Reforma Agrária", cujos dados foram obtidos através de pesquisa realizada pelo IBGE, sob encomenda do BNDES, envolvendo 1.517 parceleiros, distribuídos em 26 projetos, situados em 12 unidades da federação e abrangendo todas as regiões geográficas. A pesquisa foi realizada entre novembro de 1986 e janeiro de 1987 e os dados foram processados e analisados entre 1987 e 1990. O relatório foi concluído em abril de 1990. Todo o segundo capítulo desta tese está baseado nesse relatório.

Entretanto, também utilizaremos em alguns momentos, para fins de comparação e estudos sobre aspectos específicos, os resultados dos seguintes relatórios:

- a) Avaliação de Projetos de Colonização Privada, levantamento de dados realizados pelo IBGE em junho de 1987, também encomendada pelo BNDES, abrangendo 800 entrevistados distribuídos por nove projetos em Mato Grosso,
- b) Avaliação sobre Assentamentos de Bóias-Frias do Paraná, realizada em 1988, em conjunto com técnicos da Secretaria de Agricultura do Paraná, abrangendo 3 projetos e 70 entrevistados. O relatório final foi concluído em fevereiro de 1989
- c) Avaliação das Cooperativas de Pequenos Produtores do Nordeste. Pesquisa realizada em 1987 e 1988 em conjunto com técnicos do BNB, abrangendo 3 cooperativas com 189 entrevistados. O relatório foi concluído em outubro de 1989;
- d) Duas pesquisas de campo - ABAPAN e S JOSÉ DA BOA MORTE - foram realizadas, em 1986, para o desenvolvimento da metodologia. Seus resultados, entretanto, registrados nos relatórios em 1986, foram de grande valia para o desenvolvimento desta fase e das demais pesquisas.

Os resultados de todas estas pesquisas, é bom registrar, são compatíveis do ponto de vista metodológico e todos utilizaram variantes de um questionário padrão para levantar principalmente aspectos técnicos-econômicos da pequena produção. Por isso, além da compatibilidade entre os dados, está implícita na compatibilidade metodológica a mesma visão que entende que o cerne da questão agrária reside no processo de modernização assimétrico e diferenciado pelo qual passa o campo brasileiro e que está ligado à desorganização da pequena produção. Infelizmente, devemos registrar que, quando o questionário padrão foi definido, não abrimos espaço suficiente para aprofundar o estudo sobre os aspectos culturais que, ao longo da análise dos dados, mostraram-se necessários.

No que se refere aos projetos de Reforma Agrária, que discutiremos ao longo deste trabalho, registra-se que todos eles foram iniciados entre 1981 e 1983, e tal fato não é fortuito. Todas as pesquisas foram precedidas por investigações que buscavam traçar um primeiro esboço do assunto. No caso da reforma agrária, nesta ocasião, nos surpreendemos com as transformações ocorridas nas áreas onde tinha sido realizada em um prazo relativamente recente, segundo nossa opinião. Quando visitamos projetos com cerca de 10 anos de implantação, encontramos uma situação da qual não se podia deduzir a ocorrência no passado de ações de reforma agrária. A hipótese que passou a tomar espaço em nossa reflexão apontava para algum processo de desestruturação dos projetos em fase anterior. Nada mais natural, portanto, que dirigíssemos nossas investigações para a faixa de projetos selecionada.

Convém ainda registrar nesta breve digressão metodológica um aspecto que deve merecer atenção por parte de todos aqueles que se interessam pelo tema da reforma agrária. Estamos pensando na quase completa inexistência de dados estatísticos, informações sistematizadas e estudos com metodologias compatíveis. A realização das pesquisas anteriormente citadas foi tão somente a tentativa de responder algumas questões impostas pela premência de uma instituição encarregada de financiar a reforma agrária e, de forma alguma, suprimiu a necessidade de informações para a concepção e execução de um programa de reforma agrária que possa ser exitoso.

Não é leviano inferir que a ausência de informações e a anarquia administrativa com que é, e sempre foi, tratada a reforma agrária no Brasil, refletem, de forma mais branda, o mesmo desinteresse que faz com que os crimes em torno da luta pela terra continuem ocorrendo neste país despudoradamente.

Portanto, explica-se porque a vontade de continuarmos investigando e reprocessando os dados para alcançarmos resultados mais definitivos, vontade já expressa quando da publicação do relatório preliminar citado, foi superada pela necessidade de socializarmos os resultados já alcançados, não só estatísticos como antes, e que estavam se tornando "velhos" na medida em que eram desconhecidos. O nosso reconhecimento de que,

malgrado nossa pretensão, não somos capazes de responder definitivamente, a partir deste conjunto de pesquisas, questões tão complexas como as que iremos tratar, também atuou no sentido de divulgarmos os poucos resultados atingidos.

Esta tese está dividida em três capítulos

O primeiro é uma aproximação da questão agrária brasileira. A partir de singela reconstituição histórica, onde buscamos identificar as raízes de nossa estrutura fundiária e, principalmente, esboçar algumas características na formação de nossa população rural, construímos uma tipologia esquemática das explorações agrícolas brasileiras na atualidade, de modo a apresentar didaticamente as principais formas que assume a modernização do campo brasileiro, explicitando, ainda, seu caráter diferenciado e desigual. Encerra-se este capítulo com a construção de uma outra tipologia onde se pretende explicitar os segmentos da população que fazem da penetração do capitalismo na agricultura uma questão agrária que extrapola o quadro rural da sociedade brasileira.

O segundo capítulo contém os principais resultados da pesquisa sobre os assentamentos de reforma agrária. Buscamos, a partir da apresentação dos dados mais significativos, apreender alguns traços da dinâmica da pequena produção no interior destes projetos. Vale dizer, tomando-se a renda como variável síntese do desempenho econômico do parceleiro, indagamos as possíveis determinações deste desempenho centrando a investigação em outras variáveis técnico-econômicas. Como ficará claro ao longo do texto, não chegamos a conclusões definitivas no que toca às possíveis determinações. Entretanto, ao longo do estudo, constatamos inúmeros fenômenos que, se bem que não expliquem de maneira inequívoca a dinâmica da pequena produção nos projetos, lançam luzes sobre aspectos que segundo nosso entendimento estavam obscurecidos pela simplificação do senso comum, pela demagogia ou pelo voluntarismo político.

A principal constatação foi encontrarmos um processo de diferenciação intenso e precoce, fazendo com que tenhamos dúvidas com relação à exequibilidade da reforma agrária - pelo menos nos moldes tradicionais - ser um instrumento efetivo de promoção econômico-social para todos os segmentos da população rural.

O terceiro capítulo busca discutir as condições para a realização de uma política para enfrentar aquele que consideramos ser o mais perverso subproduto do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: a miséria rural e urbana, principalmente nas pequenas cidades do interior.

Por último, convém registrar nesta apresentação que, apesar de este trabalho ter sido realizado fundamentalmente dentro da Área Social do BNDES, as idéias aqui expressas não apresentam a posição do BNDES, que apenas criou condições para a realização do trabalho técnico, balizando os objetivos a serem alcançados, mas não interferindo no seu desenrolar. O apoio fundamental do IBGE na realização deste trabalho tampouco compromete esta Instituição com os resultados e conclusões aqui expostos.

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

O ponto de partida desta tese é a constatação de que nos projetos de reforma agrária, ou mesmo em projetos de modernização de pequenos produtores, identifica-se uma população fortemente diferenciada em termos técnicos e econômicos.

Esta realidade, que pode ser percebida em qualquer breve visita, esconde em sua marcante expressão um processo complexo que não pode ser facilmente explicado por um reduzido número de fatores. Encontramos na definição deste quadro causas econômicas, técnicas e culturais combinadas de forma tal que nem sempre podemos perceber suas articulações, nem o peso de suas determinações. Em alguns casos suas origens têm raízes em um passado remoto que a própria situação de subdesenvolvimento da economia brasileira mantém sua atualidade. Em outros, reside na própria dinâmica de uma economia capitalista que se desenvolve com intensos ciclos.

De fato, o quadro com que nos defrontamos é a síntese de um processo histórico complexo e seu estudo impõe escolhas teóricas como forma de podermos analisá-lo com clareza. Este, aliás, é um problema geral da ciência, que não encontra, no mundo real, seu objeto em forma pura e acabada, sendo, portanto, necessária sua delimitação e construção teórica.

Cabe, portanto, nesta introdução, apresentar a visão do problema a ser investigado, que, de alguma forma, condiciona a metodologia que será apresentada no próximo capítulo.

Devemos, inicialmente, prevenir o leitor para o fato de que naturalmente a visão se altera à medida em que realizamos a pesquisa e o trabalho de análise. Por isto, o que se segue aproxima-se mais da idéia de partida reelaborada do que da forma original, que, infelizmente, e isto é incontornável, ficou materializada nos instrumentos de pesquisa e nas evidências empíricas investigadas.

Assumiremos nesta tese que a questão agrária na economia brasileira só pode ser apreendida levando-se em conta duas famílias de determinações. Uma - a mais geral - se origina na problemática em que o capitalismo se defronta na agricultura. A outra está referida à estrutura agrária herdada - no nosso caso de um passado colonial-escravista - tanto no que toca ao quadro fundiário como também ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, principalmente a força de trabalho.

O que se segue é tão somente uma tentativa de traçar um esboço da questão agrária brasileira.

1. CAPITAL E AGRICULTURA

O capital, em sua definição mais sintética, é um valor que busca a valorização crescente. Não abrindo mão de qualquer forma de valorizar-se, com a constituição das forças produtivas capitalistas - a grande indústria com seu sistema de máquinas e o proletariado industrial - o capital consegue, a partir da revolução de sua base técnica, aumentar incessantemente a produtividade do trabalho produzindo e se apropriando, portanto, de mais-valia relativa, desenvolvida por ele e adequada a seus fins.

A partir da constituição da base técnica capitalista, as contradições no processo de acumulação passam a ser internas ao próprio capital que já superou, sem prescindir, os apoios externos de oferta de mão-de-obra e mercado prévio.

Se na indústria a dominação do capital tende a absolutizar-se, na agricultura o processo é mais complexo

Dois fatores fazem com que a relação entre capital e agricultura se apresente de forma problemática. Um é a propriedade da terra, outro a própria terra enquanto elemento natural do processo de produção

Vamos recuperar esta questão a partir da teoria da renda fundiária, tal como formulada por Marx. (1)

O cerne desta teoria indica que a propriedade da terra, constituída previamente ao capitalismo, e as características naturais da terra, que atribuem a cada gleba um caráter singular e escasso, impedem que a mobilidade do capital estabeleça o preço do produto agrícola da mesma forma que o preço do produto industrial.

(1) Para uma exposição detalhada sobre o tema, indicamos (Graziano da Silva, 1981, cap.I)

No caso da indústria, a mobilidade do capital garante a remuneração proporcional a cada fração de capital - a taxa geral de lucro - independentemente da mais-valia que é diretamente produzida em cada setor. A possibilidade de mudar de ramo ou de tecnologia - em síntese, a mobilidade do capital - é a condição lógica para a formação da taxa geral de lucro e dos preços de produção.

Entretanto, tal mobilidade não existe na agricultura. Neste caso, mesmas unidades de capital poderão ter rendimentos distintos, variando segundo a terra onde foram aplicadas. Aquelas que reúnam condições mais favoráveis terão um preço de produção individual menor do que o preço de mercado, gerando portanto, um sobre-lucro, que não pode ser eliminado pela mobilidade dos capitais, que no caso da agricultura, como já falamos, tem na propriedade privada e na base natural diferenciada e limitada suas barreiras. Barreiras que fazem o preço do produto agrícola ser determinado na terra de pior qualidade, transformando o sobre-lucro produzido nas terras melhores em renda.

O monopólio da terra que combina um aspecto social - a propriedade privada - e um outro aspecto técnico - a singularidade da terra enquanto uma fração da natureza, e portanto sua escassez, dá origem a dois tipos de renda fundiária: a absoluta e a diferencial, que pode ser derivada de condições naturais - características de fertilidade ou localização de cada gleba - ou de condições técnico-econômicas - intensificação de capital.

A renda portanto deve ser entendida como a forma econômica de monopólio da terra (Marx, 1984, Livro 3, 710), e enquanto tal a expressão também de um obstáculo, um limite ao processo de acumulação de capital. O fato de que o capitalista, em sendo o dono da terra, se aproprie da própria renda não descaracteriza o fato de que o monopólio da terra impõe deduções à mais-valia, seja pela compra da terra, ou ainda, o que é mais geral, pela impossibilidade técnica de se reproduzirem condições de produção homogêneas na agricultura, o que quer dizer, em síntese, que o capital não consegue subordinar integralmente a natureza na sua produção agrícola, fenômeno que se expressa na renda da terra.

(O monopólio da terra limita pela propriedade privada a "utilização ótima" da terra, e do ponto de vista físico a terra impõe limites ao capital ao exigir técnicas diferenciadas segundo sua característica. Além disso, a terra em si continua sendo o principal laboratório do processo de trabalho agrícola até os dias atuais.)

Entretanto, o capital busca subordinar o monopólio da terra aos seus objetivos e tem o progresso técnico como principal instrumento. Na teoria da renda fundiária esse processo é expressado pela tendência à queda e limitação da renda resultado da intensificação do capital e, conseqüentemente, da elevação de sua composição orgânica.

Não cabe nesta tese a discussão pormenorizada da teoria da renda fundiária, que como já falamos está claramente exposta em (Graziano da Silva, 1981, cap. I). Gostaríamos, entretanto, de resgatar a diferença específica da relação entre progresso técnico e acumulação de capital na agricultura, dado que a terra, a natureza, apresenta limites à subordinação pelo capital na medida em que, ao contrário da indústria, o desenvolvimento técnico da agricultura se apresenta diferenciado e heterogêneo, uma vez que a base natural do processo produtivo não consegue ser isolada por completo.

Se esta incapacidade se deve aos limites do próprio capital, como conclui Graziano (1981, 35), ou se a biotecnologia, sem dúvida o ramo do conhecimento que mais permite ao capital "superar as barreiras naturais que encontra para seu desenvolvimento na agricultura" (idem, 34), apesar de tudo não consegue transpor as barreiras naturais, mantendo ainda a terra como "sua máquina principal", tal como exposto em (Goodman et al, 1990, 7-8), o que nos interessa diretamente é que como resultado temos, e todos os autores acima citados concordam, uma realidade em que as forças da natureza, até os nossos dias, afetam profundamente o desempenho da produção agrícola, mesmo nos países capitalistas mais desenvolvidos (Graziano da Silva, 1981, 29).

Se o capitalismo, portanto, não foi capaz ainda de desenvolver uma técnica que possibilite a subordinação absoluta da agricultura ao capital, não deve ser surpresa que seu desenvolvimento na agricultura assuma formas e utilize estratégias variadas, tanto do ponto de vista histórico quanto do espacial.

Num primeiro estágio, o capital pode subordinar a agricultura apenas através de relações mercantis levando à separação da atividade agrícola da manufatura - a quebra do complexo rural - mas sem reestruturar o processo de produção agrícola propriamente dito. Em outro estágio, através de fornecimento de insumos industriais e de demanda por produtos agrícolas destinados a beneficiamento industrial, pode condicionar a produção agrícola elevando sua base técnica, sendo possível realizar uma organização industrial de produção agrícola - apesar dos limites já mencionados. Em síntese, nas palavras de Graziano "o desenvolvimento capitalista provoca, num primeiro momento, a separação da indústria da agricultura para, posteriormente, realizar a própria industrialização desta, com base nos avanços técnicos conseguidos, a partir de sua própria indústria. " " De uma relação de apropriação das condições naturais existentes, passa o capital a fabricar essas condições. "

Entretanto, enquanto a natureza ainda não está totalmente submetida ao processo de produção agrícola e neste processo de produção não coincidem o tempo de produção e o tempo de trabalho, a sazonalidade da demanda por trabalho para agricultura e a heterogeneidade técnica, ainda quando referida a um mesmo patamar de eficiência, são características que irão marcar a atividade agrícola.

As formas como o capital resolve esse problema variam desde a estruturação de complexos latifúndio-minifúndio até a organização de policulturas onde se gera uma demanda contínua por mão-de-obra. Neste intervalo há espaço para a estruturação de um mercado de trabalho urbano-rural formado por trabalhadores totalmente proletarizados.

A unidade de produção agrícola capitalista também será diferenciada variando de um latifúndio arcaico, com técnicas extensivas e relações de produção com formas atrasadas até a unidade familiar moderna.

Entretanto, o que vale ressaltar é que a relativa independência da agricultura ao capital dá margens aos mais diferentes arranjos condicionados pelas realidades histórica e geográfica, configurando em cada momento e em cada economia uma estrutura agrária singular

2 ALGUNS DETERMINANTES HISTÓRICOS DA ESTRUTURA AGRÁRIA BRASILEIRA

Se o desenvolvimento capitalista é o pai da questão agrária, a mãe, com certeza, é a estrutura agrária onde atua e que tem sua explicação histórica na ocupação fundiária realizada pela economia colonial.

Dado o conhecimento difundido sobre nossa estrutura fundiária, é desnecessário reproduzirmos os dados e argumentos explicativos da concentração de terras no Brasil. Não só nossos escritores como também a maior parte dos trabalhos técnicos que estudaram a questão agrária brasileira denunciavam, com toda a razão, a estrutura fundiária extremamente concentrada que vigora dentro do campo brasileiro (2).

Entretanto, se é dispensável demonstrar a existência de latifúndios dentro da estrutura agrária brasileira, menos trivial é entender a natureza de nossa presente questão agrária, bem como suas raízes históricas, para as quais voltaremos inicialmente nossas atenções.

A colonização portuguesa, sob a égide do capital mercantil no século XVI, estruturou, diante de uma ilimitada oferta de terras e da inexistência de mão-de-obra, a grande fazenda monocultora escravista como forma básica de organização da produção, que se voltava basicamente para o mercado externo. A propriedade da terra desses latifúndios foi obtida através da doação de sesmarias, regime jurídico que não instituiu a propriedade absoluta.

(2) Muitos já identificaram, outrossim, a permanência de uma tendência à concentração da propriedade fundiária (Graziano da Silva, 1987a, 36)

Entretanto, se a grande fazenda pelo lado jurídico e comercial não era independente, ficando subordinada ao rei pelos laços de propriedade e pelos comerciais ao grande capital mercantil, internamente a dependência externa transformava-se em poder quase-absoluto, utilizado para estruturar uma exploração econômica complexa e concentrada, abrangendo atividades agrícolas e de transformação, com uma organização do trabalho complexa e diferenciada segundo as etapas do processo produtivo, combinando escravos e trabalhadores livres, trabalhos simples e complexos.

Esta forma de ocupação, entretanto, deu origem, desde cedo, na economia colonial, a um setor interno de mercado ou de subsistência. Estas distinções - externo e interno, mercado e subsistência - são mais analíticas do que reais. Em alguns momentos, o mercado externo faz avançar o setor externo em elementos antes voltados ao mercado interno, que por sua vez pode crescer em relação às atividades de subsistência.

O esquema anterior, normalmente utilizado para ajudar na compreensão da dinâmica do complexo colonial (3), é especialmente importante para entendermos a reprodução e transformação da estrutura agrária brasileira em seus aspectos fundiários e produtivos.

A predominância da grande propriedade concedida em regime de sesmaria é o traço fundiário característico desta estrutura agrária. Entretanto, quando pensamos nas formas de exploração, podemos identificar ao lado da grande exploração típica da atividade exportadora, que reúne os meios de produção em um conjunto de atividades relacionadas por um único comando e uma marcada divisão interna de trabalho, a pequena exploração,

(3) A origem desta explicação pode ser encontrada na obra de (Prado Jr, 1969) (Furtado, 1971)

localizada não apenas nos interstícios das grandes propriedades, mas também no seu interior, organizada em bases familiares, voltando-se, basicamente, para o mercado interno ou auto-subsistência (4)

Do mesmo modo, associado a cada forma de exploração, o que, como vimos, de certa forma corresponde às atividades voltadas para o mercado externo ou interno, existia uma diferenciação no que se refere à relação básica de produção. A escravidão, reinventada pelo capital mercantil, predominava na grande exploração exportadora. O espaço para o trabalho livre, quase sempre especializado, estava circunscrito à casa grande, onde se organizava e transformava a produção agrícola. No setor interno, ao lado do trabalho escravo, encontramos "Homens Livres" como organizadores e produtores diretos da pequena produção (5), mantendo laços fluidos com a terra.

Em resumo, podemos afirmar que, embora a estrutura fundiária brasileira seja desde sua origem baseada em grandes propriedades, a estrutura produtiva se apresenta com duas formas básicas de organizar a produção no que se refere à concentração dos meios de produção, à divisão social do trabalho e às relações básicas de produção: a grande exploração voltada para a produção de artigos de exportação, onde predomina a relação de produção escravista, e a pequena exploração - onde encontramos, além do trabalho escravo, o "homem livre" na condição de produtor direto - voltada para agricultura de subsistência ou para a produção mercantil, quando a economia colonial abre espaço para sua ocorrência.

(4) Trata-se evidentemente, de um esquema ultrassimplificado. Sabemos que "o setor exportador, diante de uma estagnação do mercado externo tendia a ampliar as atividades de subsistência, diminuindo o grau de especialização de suas atividades. O inverso também é verdadeiro, pois nas épocas de ascensão do preço do açúcar diminuía a produção de alimentos" (Graziano da Silva, 1978, 21).

(5) Um tratamento mais detalhado sobre o papel do trabalho livre na sociedade colonial pode ser encontrado em (Franco, 1984, 184-188) e (Ferlini, 1988, cap. III).

Durante três séculos, sob o regime de sesmarias, esta estrutura agrária se move reproduzindo a concentração fundiária e as estruturas de exploração mencionadas.

No século XIX a mudança do regime jurídico da propriedade da terra, com o fim do regime de sesmarias em 1820 e a instituição da lei de terras de 1850, não afetará seu monopólio por parte dos grandes fazendeiros.

Esta forma de regular a propriedade fundiária, na medida em que o acesso à propriedade passava a ser feito pela compra, impossibilitava a propriedade não só aos homens-livres despossuídos como, principalmente, aos imigrantes pobres que chegavam ao Brasil com alguma tradição camponesa. Neste contexto, a passagem ao trabalho livre se faz sem quebrar a estrutura fundiária herdada do sistema colonial, não alterando significativamente as formas de exploração da terra.

O que deve ser assinalado, e toca de perto as questões abordadas neste trabalho, é que, ao lado das formas tradicionais de colonização (6), a criação da parceria com população de origem europeia deu origem a um grupo de trabalhadores rurais com acentuada diferenciação cultural com relação aos homens livres de então e aos trabalhadores de origem escrava.

A passagem ao trabalho livre apresenta inúmeros aspectos importantes que serão tratados adiante, pois se prendem ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil. Cabe frisar, apenas, que, se bem que ao nível das forças produtivas haja um evidente progresso (principalmente nos setores de transporte e beneficiamento), neste momento o capitalismo se desenvolve transformando basicamente as relações de produção (7)

(6) Ver sobre o assunto: (Furtado, 1971, cap. XXII) e (Prado Jr., 1970, cap. 19).

(7) Não é por outra razão que a criação do proletariado rural é problemática em sua conceituação. Pois o capitalismo subordina o trabalho direto na agricultura utilizando elementos mercantis e, quando muito, estabelece uma relação de produção onde fica caracterizada alguma forma de subordinação formal. Para uma visão mais detalhada sobre esta questão, recomendamos a leitura de (Martins, 1981).

Na entrada do século XX vamos encontrar na agricultura brasileira uma estrutura agrária na qual, do ponto de vista fundiário, ainda predominam as grandes propriedades. Com relação às formas de exploração, encontramos a grande exploração associada, quase sempre, à produção de artigos exportáveis, e a pequena exploração, que pode ou não estar combinada (até mesmo dentro de uma mesma propriedade) com a grande exploração de viés exportador.

Perpassando todas estas formas de organizar a produção, encontraremos atividades não especificamente agrícolas, mas essenciais à reprodução da agricultura, formando um todo que chamamos de complexo rural (B). A importância destas atividades, entretanto, estará inversamente relacionada ao grau de inserção na divisão social do trabalho através do mercado.

(B) Uma apresentação sistemática deste conceito se encontra em (Rangel, 1957, cap.II) e (Kageyama, MINEO)

3 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Já enunciamos no início deste capítulo que a Questão Agrária decorre do desenvolvimento do capitalismo na agricultura. O que descrevemos até agora, entretanto, foi um processo onde a agricultura se articulou com o desenvolvimento capitalista sem sofrer grandes transformações internas. Do período que vai do início da Colonização ao final do Império, as relações entre agricultura brasileira e capital são basicamente aquelas implantadas pelo capital mercantil antes da constituição do capital industrial, quando ainda não foram desenvolvidas relações de produção e forças produtivas especificamente capitalistas.

Isto se deve, por um lado, ao fato de que, na Europa, o período coincide em parte com a transição do feudalismo ao capitalismo; por outro, mesmo após a implantação do modo de produção capitalista, a transição da economia colonial à economia capitalista, no Brasil, manteve, o quanto pôde, as estruturas de produção baseadas no trabalho escravo implantadas pelo capital mercantil.

Tavares e Mello sintetizam com precisão esta problemática. "A Economia Colonial foi constituída pelo capital comercial metropolitano no momento da transição do Feudalismo ao Capitalismo, para estimular a acumulação primitiva de capital no Centro" (Mello, MIMED, 2). Em que pese que "o capital comercial não se limitou a explorar os modos de produção pré-existentes" e "invadiu a esfera da produção" (idem, 2), o fez utilizando-se de forças produtivas e relações de produção não capitalistas. E não poderia ter sido diferente, dado que o capitalismo, enquanto modo de produção constituído, ainda não existia no Centro.

Ainda segundo os autores, a passagem ao capitalismo industrial realizada pelos países centrais "estimula a liquidação da economia colonial" (idem, 3). No caso brasileiro, entretanto, a crise da economia colonial se resolve na quebra do Pacto Colonial mas com a manutenção do trabalho escravo, dando origem a uma economia escravista cafeeira nacional.

A dificuldade de a economia mercantil escravista reproduzir-se a partir da escassez de trabalhadores cativos produz uma crise que resultará na estruturação de uma economia exportadora capitalista.

Esta transição (9), que se inicia com uma reação defensiva da economia escravista buscando poupar trabalho escravo nos transportes e beneficiamento (idem, 23), sela uma articulação do capital financeiro inglês com o capital mercantil nacional que desembocará numa economia exportadora capitalista.

"A estrada de ferro e a maquinização do beneficiamento não somente reforçam a economia mercantil escravista cafeeira nacional. Ao mesmo tempo, se opõem a ela, criando condições para a emergência do trabalho assalariado" (idem, 26). Pois com o prosseguimento da acumulação, "o problema da falta de braços" era recorrente, na medida em que a falta de mão-de-obra de origem escrava não poderia ser suprida pelos "homens-livres" que se situavam à margem da economia mercantil, produzindo sua própria subsistência (10). Eventualmente, essa mão-de-obra se inseria limitadamente no desenvolvimento da cafeicultura, mas não era capaz de substituir os escravos em todas as etapas do ciclo produtivo (Martins, 1981, 70-71).

O desenvolvimento da cafeicultura irá depender da imigração que, além de proporcionar mão-de-obra para o café, irá ofertar trabalhadores para o capital em que pese que as relações de produção estabelecidas na fazenda de café não se caracterizarem pelo salariedade na sua forma pura, pouca dúvida resta sobre a natureza capitalista dessas relações.

(9) Para uma exposição detalhada desta modernização parcial ver (Martins, 1972, Mimeo).

(10) "Quando se expandia a economia mercantil escravista, aos homens livres e pobres era dado ceder terreno, deslocando-se para o interior, ou, então, se fixar em faixas inaproveitadas por uma ou outra razão, para a produção mercantil e escravista. Quando chegava a crise, em nada se afetava a situação dos homens livres e pobres que, porque dela não dependessem, continuavam pobres e livres, mas, ainda, produtores da própria subsistência. Nem a expansão os punha em xeque, nem a crise desprendia de si este elemento fundamental à constituição do capitalismo, os trabalhadores carentes de meios sociais de produção e de vida em "quantidade super abundante." Do mesmo modo, a economia de subsistência, disposta de terras onde se acomodar, ia se dilatando e fugindo da pressão demográfica" (Mello, Mimeo, 29)

E vai ser o "desenvolvimento da cafeicultura em bases capitalistas que promoverá o nascimento e consolidação do capital industrial no Brasil" (Mello, MIMED, 100)

O que podemos chamar de Questão Agrária no Brasil começa a tomar corpo com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura e com o desenvolvimento do capital industrial na economia brasileira. O processo de expansão capitalista no campo (nos primeiros momentos em padrão de acumulação mercantil primário-exportador e, mais tarde, em capitalista industrial) pode ser pensado analiticamente em três movimentos

- 1º) através da subordinação mercantil dos produtores independentes;
- 2º) através da extensão das relações de produção capitalistas com a subordinação formal do trabalhador direto (englobando aqui relações de produção que não assumem a forma específica de assalariamento). Esta forma ocorre, basicamente, através da incorporação de mão-de-obra ou de terras, vinculadas à produção independente, e está associada ao aumento da concentração fundiária, bem como ao deslocamento espacial da produção independente, através da ampliação da fronteira agrícola. Vale referir que cabe neste movimento a rearticulação, no interior do latifúndio, da grande e pequena exploração,
- 3º) através da modificação da forma de exploração agrícola, com a substituição da pequena exploração pela grande exploração, utilizando mão-de-obra assalariada (mesmo que temporária e mesclada com outras relações de produção), modificando a técnica e alterando a produtividade de trabalho. Vale explicitar que este avanço das forças produtivas pode ocorrer indistintamente nas pequenas ou grandes propriedades.

É óbvio que os movimentos acima são abstrações analíticas que historicamente se combinam em diferentes proporções dependendo do lugar e variando segundo a época estudada

A intensificação da penetração do capitalismo no campo, além de difundir o assalariamento (transformando as relações de produção existentes), promoverá de forma assíncrona e espacialmente desigual a reordenação das forças produtivas, que é a própria essência da questão agrária com que nos defrontamos. Ainda que, numa primeira fase, a penetração do capital no campo se baseie na mudança de relações de produção, em um segundo momento são as próprias forças produtivas os elementos a serem transformados. A predominância da grande propriedade e de sua via ao capitalismo não deve, entretanto, obscurecer, no caso brasileiro, o processo de desenvolvimento de pequenas unidades capitalistas familiares que apresenta importância decisiva na formação da atual estrutura agrária. Importância esta que aumenta dependendo da região geográfica estudada.

Por trazer em seu bojo uma tendência à concentração da propriedade fundiária e da produção - que acentua a separação dos trabalhadores rurais brasileiros de seu meio de produção fundamental - a reordenação das forças produtivas conduz à ruptura do equilíbrio existente entre a grande propriedade e a pequena exploração, no quadro do agrário estruturado após a crise do latifúndio-escravista.

Nesta perspectiva, a questão agrária - que já apontara Rangel (1962), deve ser distingüida da questão agrícola - refere-se ao modo como se têm expandido as relações capitalistas de produção no campo brasileiro. O desenvolvimento destas - intensificado a partir de meados da década de 60, quando a transformação se concentrou nas forças produtivas objetivas - processou-se com potencionados efeitos negativos sobre a renda e o emprego da população rural, acentuando o quadro de pauperismo que marca este segmento da população nacional.

Para tornar o quadro mais problemático, podemos identificar, segundo Graziano da Silva (1987a, 44), alguns fatores que contribuem para o agravamento da questão agrária no Brasil: "...Três grandes modificações ocorridas na última década e que, em nossa opinião, tenderão a marcar profundamente o comportamento da agricultura brasileira no futuro próximo" que são: a contração da fronteira agrícola, o processo acelerado de modernização da agricultura no Centro-Sul do país e a crescente presença direta e indireta do grande capital no campo (Graziano da Silva, 1987a, 44).

Segundo a análise do autor supracitado, a contração ou "fechamento" da fronteira agrícola não significa a inexistência de terras a serem incorporadas ao processo de produção (11), mas sim, a inexistência de espaços a serem ocupados pela pequena produção de subsistência em função da utilização da terra como "reserva de valor" e não como meio de produção (12).

Prosseguindo em sua análise, Graziano considera a aceleração da modernização da agricultura principalmente no Centro-Sul do país e alerta que "...esse processo não é completo, caracterizando o que se poderia chamar de uma modernização parcial da agricultura, num duplo sentido" (Graziano da Silva, 1987a, 49). O processo revelou-se parcial por estar restrito não só a algumas culturas (as chamadas "culturas de rico" como por exemplo a soja, a cana-de-açúcar) ou a uma região (a região Centro-Sul do país), mas também a algumas fases do ciclo produtivo, como evidencia a colheita não mecanizada da cana-de-açúcar, do café etc. A modernização parcial da agricultura brasileira contribuiu decisivamente para o incremento da sazonalidade do trabalho agrícola e para uma tendência à unificação do mercado de mão-de-obra não qualificada

(11) (Melo, 1985, 90) estima que em 1982 existiriam apenas cerca de 5.500 mil ha a serem mais "facilmente" incorporados à produção, o que equivaleria a "11% da área total cultivada no Brasil com 33 culturas" no mesmo ano. O conceito de terra facilmente utilizável que foi utilizado pelo autor refere-se àquela que pode ser explorada pela tecnologia tradicional (Dias, G.L.S., 1978, 49)

(12) A utilização da terra enquanto "reserva de valor" gera uma demanda capitalista por este bem que é superior à demanda por terra com fins produtivos. Este fato aliado a uma ação do Estado pela via creditícia - através de crédito rural favorecido - e/ou pela via tributária - através de incentivos fiscais - contribuiu decisivamente para um processo de supervalorização do imóvel rural brasileiro. Este processo de supervalorização da terra favorece a ação da grande empresa agropecuária no deslocamento da pequena produção agrícola. A própria natureza da produção de subsistência faz com que "se feche" a fronteira. Seu caráter predatório implica, ao longo do tempo, uma demanda de terras relativamente maior por unidade familiar. Em pesquisa recente na Região Norte detectamos que as famílias exploram um lote cerca de 4 anos; depois passam para outro lote. O antigo passa a integrar a agricultura capitalista em fazendas de gado, café e cacau.

nas regiões de agricultura mais desenvolvida (13). Por fim, o processo de modernização agrícola do Centro-Sul do país, ao basear-se na grande exploração, resultou na expropriação de um enorme contingente de pequenos produtores, em particular daqueles cuja vinculação à terra se dava sob formas precárias, tais como os posseiros, parceiros e pequenos arrendatários.

Com respeito à crescente presença direta e indireta do grande capital no campo, Graziano assinala: "Essa presença aumentou tanto do ponto de vista de sua participação na produção agropecuária propriamente dita, como também do ponto de vista da sua participação controlando o processamento dos produtos agrícolas e a venda dos insumos adquiridos pelos agricultores" (Graziano da Silva, 1987a, 56). Por um lado, esta presença como vendedor de insumos gera um pequeno produtor agrícola que, embora possa até tornar tecnificado, tem sua capitalização determinada, em última instância, por este elemento. Por outro lado, a presença do grande capital, como oligopsônio mercantil, ata o pequeno produtor agrícola a sistemas de comercialização que, embora criados para favorecê-lo - como por exemplo as CEASA's e as cooperativas - se converteram em forma adicional de sua espoliação. Assim, o pequeno produtor tem sua renda comprimida duplamente pelo grande capital: na compra de insumos pela ação dos oligopólios industriais e na venda de mercadorias pela ação dos oligopsônios mercantis.

Em função desta compressão da renda, o pequeno produtor agrícola no Brasil recorre, mais ou menos sistematicamente, ao assalariamento temporário. Nesse quadro, é natural que ele deixe de ser um produtor de subsistência (com a quebra do complexo rural) e passe a produzir fundamentalmente para o mercado, submetendo-se, assim, a um extenso e intenso processo de extração de excedente. Aqui é necessário fazermos uma observação sublinhando diferenças existentes entre: 1) o capital que atua

(13) Essa tendência pode ser traduzida no fato de os salários rurais passarem a acompanhar as variações dos salários urbanos, especialmente da mão-de-obra empregada na construção civil e nas demais atividades urbanas que exigem pouca qualificação.

diretamente na produção agrícola - aprofundando a modernização com a própria industrialização da agricultura - seja implantando verdadeiras "fábricas de produtos agrícolas", seja estabelecendo, através da articulação com pequenos produtores, um sistema doméstico de produção baseado em técnicas e insumos modernos e 2) o capital que atua indiretamente e estabelece tão somente relações mercantis com os pequenos produtores. No que se refere ao desenvolvimento da pequena produção, a atuação desses capitais difere radicalmente. O primeiro deles cria condições para a reprodução ampliada dos pequenos produtores articulados, zelando, inclusive, pela elevação da técnica de produção, dada sua necessária relação com a técnica utilizada na indústria. O segundo, ao contrário, caracteriza-se por não criar vínculos orgânicos ao nível de produção, estabelecendo relações mercantis que tendem a explorar o pequeno produtor na esfera da circulação.

Em resumo, podemos pensar que a modernização do campo brasileiro, processo assíncrono e assimétrico, que implica na desagregação da estrutura agrária tradicional, configurando a atual crise brasileira, dá origem a uma estrutura agrária heterogênea. Nela coexistem desde o latifúndio atrasado - caracterizado por sua extensa e primitiva organização da produção baseado na pequena exploração - até as pequenas unidades modernas e tecnificadas que estruturam uma grande exploração capitalista. Nesta perspectiva, o processo de modernização impõe a reforma agrária como seu complemento e ajuste, visando transformar unidades agrícolas - grandes e pequenas - arcaicas e não integradas plenamente à dinâmica da acumulação capitalista em unidades de produção agrícola estruturadas em padrões capitalistas avançados e, portanto, plenamente integrados na economia de mercado.

4. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA DA AGRICULTURA BRASILEIRA (14)

O campo brasileiro, nos últimos 40 anos, passou por uma transformação em que se combinaram a expansão da fronteira agrícola, o aumento da área cultivada, bem como um acentuado processo de modernização da agricultura através da difusão de novas culturas, insumos modernos e relações de produção capitalistas.

Denominado por vários autores de modernização conservadora, esse processo se caracterizou por manter a tradicional concentração da estrutura fundiária, realizar as tendências concentradoras do sistema capitalista e conjugar uma atuação do Estado essencialmente conservadora no sentido de não modificar essas características.

Não atingiu igualmente todas as regiões, culturas agrícolas, etapas do processo de produção agrícola, tipos de propriedade e relações de produção. O resultado dessa modernização desenhou uma estrutura agrícola com grande assimetria onde coexistem unidades produtivas modernas e arcaicas independentemente do tamanho do estabelecimento agrícola.

Apesar dessa assimetria, o sentido da evolução da agricultura brasileira é inequívoco. Trata-se da modernização das unidades produtivas - grandes ou pequenas - ou, dizendo de maneira mais precisa, da substituição da pequena exploração pela grande exploração capitalista independentemente do tamanho da

(14) Esta parte do trabalho baseia-se em (Castro, 1991)

propriedade (15). Entretanto, esse processo de modernização capitalista não se faz sem problemas em termos sociais e econômicos.

No que se refere à grande propriedade, a passagem da pequena à grande exploração tem efeitos sociais visíveis e imediatos. Essa modernização tende a modificar acentuadamente as relações de produção vigentes no interior da fazenda, substituindo a parceria ou formas similares por relações de produção baseadas no assalariamento permanente e temporário. Essa transformação tende a ser feita com a expulsão da população pré-existente, não implicando, necessariamente, na diminuição da população ocupada nas atividades agrícolas. Entretanto, traz implicações profundas nas relações do produtor direto com o processo produtivo, com a terra, com a organização da economia familiar e com a organização do espaço, modificando o estilo de vida desses produtores com a quebra do complexo rural e acelerando, com o surgimento do "bóia-fria", o crescimento das pequenas e médias cidades interioranas, pelo menos em um primeiro momento.

O impulso que move a modernização da grande propriedade - a exploração lucrativa - pode ser moderado por interesses políticos, culturais ou mesmo econômicos (a apropriação da terra tão somente para fins especulativos). Entretanto, sua transformação em empresa moderna não põe em risco sua existência como grande propriedade enquanto tal, na medida em que o processo de reordenação fundiária através de Reforma Agrária não atinge proporções relevantes.

(15) A noção de pequena e grande exploração ou produção que estamos utilizando se liga ao tamanho econômico da produção, bem como à técnica empregada; em síntese, à intensidade de capital, e não ao tamanho físico da área. Para uma explicação mais detalhada do conceito de grande exploração capitalista, consultar (Lenin, 1980, cap. 6)

No que se refere aos pequenos estabelecimentos, a passagem à grande exploração é igualmente problemática. Os efeitos sociais dessa passagem são perceptíveis, entretanto, em um prazo mais longo. Aqui o principal problema se refere à não-transformação do pequeno produtor arcaico em um produtor moderno, quando defrontado com o desenvolvimento da agricultura capitalista. Ao contrário da grande propriedade que consegue subsistir na forma atrasada, a pequena propriedade atrasada - e por isto mesmo com baixo rendimento - tende a ser anexada por proprietários mais capitalizados. O mecanismo que move esta concentração é relativamente simples de ser apresentado. A partir de um desequilíbrio entre a pequena rentabilidade da produção tradicional (a pequena exploração segundo nosso entendimento) e o rendimento médio da agricultura capitalizada na forma preço da terra, constitui-se um fluxo de venda desses pequenos estabelecimentos, com a conseqüente concentração fundiária. Mais tarde, com a modernização dessa agora grande propriedade, desenvolve-se o processo anteriormente descrito.

Os pequenos produtores que conseguem modernizar-se passam a dar origem a propriedades familiares capitalizadas, que podem ou não empregar trabalho assalariado, e se inserem plenamente na economia capitalista.

Os efeitos deste processo diferenciado de transformação, com relação aos tamanhos de propriedade, são, no que se refere às conseqüências sociais imediatas, acentuadamente distintos. A grande propriedade arcaica sobrevive em qualquer situação, pois, como reserva de valor, a terra continua a ser considerada uma legítima aplicação de capital, tendo, portanto, função econômica no contexto de uma economia capitalista mesmo quando não produtivamente explorada. Ao contrário, à pequena propriedade cabe prover a subsistência de seu proprietário (ou explorador), isto é, produzir um fluxo de rendimento capaz de suprir as necessidades crescentes de consumo que o próprio processo de desenvolvimento origina. E é exatamente neste ponto que começam os problemas da sobrevivência da pequena produção.

O pequeno produtor é, em termos gerais, um produtor direto dotado de técnica rudimentar. É fruto não de uma estrutura agrária baseada no campesinato clássico (Wilkinson, 1986, 70) e sim de uma forma de exploração organizada na grande fazenda

escravista, onde o trabalhador direto não era, como regra geral, um organizador de produção. Os "homens livres" e as possíveis "brechas camponesas" estruturavam uma produção voltada basicamente para a subsistência familiar e condicionada tecnicamente pela precariedade de acesso à terra. Como consequência desta formação histórica, o produtor direto na agricultura brasileira tem um padrão cultural, principalmente no que se refere à técnica, atrasado em termos capitalistas. O processo de modernização da sociedade também lhe chega assimétrico, avançando antes hábitos de consumo e atitudes mercantis do que técnicas capitalistas de produção. Daí para que o desequilíbrio entre o rendimento da exploração agrícola e o valor patrimonial da terra seja resolvido por um contínuo fluxo de vendas, é um passo muito pequeno. A recriação na fronteira agrícola de novas unidades de pequena produção apenas posterga no tempo a duração desse processo de concentração fundiária que só não se manifestará de forma absoluta porque a pequena propriedade pode sobreviver na forma moderna, que é o destino de uma parcela do conjunto dos pequenos produtores, e sob condições especiais, onde fatores geográficos podem criar uma proteção ao seu estilo de produção (como ocorre na fronteira agrícola, por exemplo) (Almeida, MIMEO).

O Estado ao longo deste processo de modernização mesmo quando tratou diferenciadamente estas realidades não conseguiu resultados expressivos. Todos os instrumentos utilizados, seja o crédito rural, seja o sistema de pesquisa e extensão rural ou ainda os diplomas legais que visavam regular as relações de produção no campo (Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra), atuaram direta ou indiretamente de forma a excluir a grande massa de pequenos produtores rurais, beneficiando principalmente os produtores mais estruturados.

É verdade que nas regiões Sul e Sudeste (basicamente São Paulo), parte por uma herança histórica diferente (colônias de subsistência e grande lavoura com trabalho livre de imigrantes) e parte por condições estruturais de produção específicas, tais como qualidade das terras, proximidade dos mercados etc, houve oportunidade de estruturar-se de forma mais densa uma produção familiar capitalizada. Entretanto, esta importante exceção não exclui o caráter problemático de modernização dos pequenos produtores.

Este caráter problemático reside no fato de que os fatores que atuam no sentido da modernização do produtor são anulados por outros culturais e econômicos que respectivamente impedem e dissolvem a pequena produção antes de sua transformação em unidades modernas.

As ações do Estado, ao não atentarem para a realidade específica a ser transformada, antes aceleram do que impedem a dissolução da pequena produção. Mesmo as iniciativas de Reforma Agrária, ao tentarem estabelecer pequenos produtores, se defrontam, dentro de seus projetos, com esse acelerado processo de transformação de pequenos produtores em "sem-terras".

O resultado deste processo assimétrico de modernização é a configuração de um conjunto de unidades agrícolas, inicialmente mencionado, onde coexistem grandes e pequenas unidades fundiárias modernas e arcaicas independentemente do tamanho; esse conjunto pode ser apresentado, com simplificações, da seguinte maneira:

QUADRO I

PROPRIEDADE	PEQUENA EXPLORAÇÃO	GRANDE EXPLORAÇÃO
GRANDE PROPRIEDADE	1	3
PEQUENA PROPRIEDADE	2	4

A passagem de 1 para 3 é a via "natural", a mais fácil e dinâmica, da agricultura brasileira. Corresponde à modernização do latifúndio e pressupõe a manutenção da estrutura fundiária tradicional. Poderíamos dizer que é a forma brasileira da "via prussiana". Está baseada na disseminação das relações de produção e tecnologias capitalistas. Este processo está associado à expulsão da população anteriormente residente no latifúndio ou pelo menos à transformação de suas relações com a terra e o proprietário.

A passagem de 2 para 4 é o que nós chamamos de "transformação problemática", na medida em que é um processo que apresenta elevado grau de seletividade, excluindo, portanto, parcelas significativas de pequenos produtores ao longo deste percurso. O seu resultado (a posição 4) é o estabelecimento de um conjunto de empresas familiares capitalizadas baseadas no trabalho familiar, podendo ou não utilizar intensivamente o trabalho assalariado permanente e temporário.

A passagem de 2 para 1 representa o processo de concentração fundiária descrito anteriormente. Pode ou não estar associado à eliminação da pequena exploração desde que seja sucedido pela passagem de 1 para 3. É o destino da pequena produção nas condições atuais de operação da economia brasileira, dado que a passagem de 2 para 4 é excepcional.

A permanência em 2 também é problemática como já explicitamos anteriormente. Só apresenta alguma estabilidade nas regiões de fronteira - onde sua existência está associada a uma fase inicial da fronteira agrícola - ou nas regiões pouco desenvolvidas onde os fatores de expulsão do campo e os fatores de atração pelas cidades e pelos mercados de trabalho urbano não atuam intensamente.

A passagem de 4 para 3 apenas reflete tendências à concentração de capital e propriedade. Não seria tão problemática caso não se realizasse antes pela anexação dos estabelecimentos situados na posição 2 do que sobre os próprios estabelecimentos existentes em 4.

Além dos condicionantes estruturais e históricos, com relação ao papel do Estado, podemos, trabalhando com o esquema acima, dizer que as políticas agrícolas tendem a incentivar mais o movimento de 1 para 3 do que de 2 para 4. Entretanto, através do conjunto de suas ações (não somente as especificamente voltadas para a agricultura), o Estado tende a incentivar a passagem de 2 para 1 que, como já discutimos anteriormente, está

ligada ao desequilíbrio entre o preço da terra e o baixo rendimento da produção agrícola atrasada (16)

Já deve estar claro nesta altura da exposição que as políticas agrícolas em todas as suas dimensões são mais fracas do que as condicionantes estruturais que funcionam no sentido de aniquilar a pequena produção.

O processo de modernização por que passa a agricultura brasileira, amplificado em parte pelas políticas agrícolas que viabilizam a formação dos complexos agro-industriais em suas mais distintas configurações, atua não só diretamente no sentido de, redefinindo o papel da pequena produção, aniquilar aquelas unidades que não se integram no circuito da produção capitalista, como também atua indiretamente na medida em que a elevação do padrão técnico aumenta a distância entre o produtor atrasado e o moderno, tornando, por um lado, a passagem mais difícil e, por outro, como o progresso técnico é absorvido assimetricamente por uma população rural diferenciada, aumenta o rendimento esperado para o produtor moderno em relação ao do produtor atrasado, determinando, com isso, avaliações desiguais referentes a uma mesma gleba, o que cria condições para a intensificação do processo de concentração fundiária.

Por outro lado, o processo de modernização, além de colocar em questão a sobrevivência da pequena produção, ao modificar as relações que envolvem os produtores diretos, cria uma população rural estratificada que vai dos proletários rurais aos pequenos produtores modernos, para ficar apenas nos grupos que são objeto de reflexão em nossa questão agrária.

(16) O Estado pode influenciar o preço da terra (e conseqüentemente a concentração fundiária) de diferentes maneiras, variando da política monetária-financeira à implantação da infra-estrutura econômica: estradas, energia, etc.

Essa sociedade rural extremamente heterogênea, reflexo de uma estrutura agrária igualmente complexa, combinada com uma diferenciada base física, faz com que a operacionalização de qualquer ação corretiva - e a Reforma Agrária pode ser pensada nesses termos - seja de difícil implementação.

Tentaremos a seguir construir um breve perfil da população rural que deve se considerada o público-alvo de políticas corretivas, dado que o processo de desenvolvimento capitalista, ao transformar suas condições de produção e vida, a remete a uma situação de miséria.

5. O PROLETARIADO RURAL E OS PEQUENOS PRODUTORES - UMA POPULAÇÃO NÃO INTEIRAMENTE RURAL (17)

A penetração do capital na agricultura brasileira produz um novo proletariado rural composto por trabalhadores assalariados permanentes, quase sempre com alguma qualificação, e por trabalhadores assalariados temporários: os bóias-frias - a parcela mais notória do novo proletariado rural.

A esses componentes modernos do proletariado podemos adicionar um numeroso semiproletariado constituído por pequenos produtores (proprietários, parceiros, etc) que não são capazes de estruturar uma exploração moderna e que, quando oportuno, estabelecem laços temporários de assalariamento. São quase-bóias-frias porque, por um lado, o salário, quando possível de ser conseguido, faz parte de sua estratégia de sobrevivência, apesar de este trabalhador manter vínculo com a terra e ser um produtor independente. Por outro lado, o processo de modernização tende a transformá-lo em um proletário "puro" - temporário ou permanente.

Incluso nesse semiproletariado encontramos, naquelas regiões onde o processo de modernização não ocorre, um conjunto de pequenos produtores que produzem, tão somente, sua própria subsistência (18) com técnicas rudimentares. E que "... em muitos casos, se assemelha a bolsões de força de trabalho desempregada capaz de gerar sua própria subsistência." (Sorj, 1980, 120)

(17) Para uma apresentação detalhada deste tema recomendamos a leitura de (Sorj, 1980, cap 4)

(18) Na região de fronteira, devido à fertilidade natural do solo, a produção desses camponeses pode ter alguma relevância na oferta de alimentos. (Sorj, 1980, 120).

Descrever formalmente as características dos diferentes tipos que compõem o proletariado rural é uma tarefa mais fácil do que identificar com precisão a quantidade e localização desta população. Apenas para falar dos dois componentes do proletariado rural, os bóias-frias e os quase-bóias-frias, que nos interessam diretamente neste trabalho dado que são o público da Reforma Agrária - as tentativas de quantificação e localização chegam a resultados tão imprecisos quanto trabalhosos.

As estatísticas básicas disponíveis - estamos pensando nos censos agropecuários e nas informações do INCRA - não refletem com clareza o processo de transformação por que passa a população rural. Enquanto podemos afirmar inequivocamente que as forças produtivas capitalistas se afirmam no contexto agrícola através do aumento da fronteira agrícola, área cultivada, tratores, adubos e volume de mão-de-obra, no que se refere às relações de produção estas informações obscurecem o processo.

Quando analisamos as informações disponíveis, encontramos aumento absoluto do assalariamento e da participação do assalariamento na população ocupada na agricultura, diminuição relativa e variação irregular em termos absolutos da população ligada à produção familiar e uma diminuição da parceria.

Estas informações, aparentemente, estão apontando para direções distintas. Enquanto a eliminação da parceria indica a purificação das relações de produção capitalistas, a pequena redução da elevada participação da população ligada à produção familiar não corrobora inteiramente esta idéia, na medida em que também está havendo alguma passagem ao capitalismo pela via americana, dado que a unidade familiar tecnificada não é dominante na totalidade das explorações familiares.

Acreditamos que o processo de purificação das relações capitalistas, que o desenvolvimento das forças produtivas parece indicar, fica pouco visível, entre outras razões, porque, por um

lado, as estatísticas não registram uma mudança qualitativa, fruto do aumento da divisão social do trabalho, que ocorreu com a jornada de trabalho do próprio trabalhador agrícola. Além disto não registram a quantidade de trabalho efetivamente absorvido pela atividade agrícola e sim o número de empregados. Por outro lado, também não distinguem, de imediato, as diferentes formas econômicas que pode assumir a chamada produção familiar.

Explicando a primeira idéia (19): com o processo de modernização as unidades agrícolas tendem a aumentar suas trocas e também seu grau de especialização. Algumas atividades que antes eram providas no âmbito da unidade rural tendem a ser organizadas pela economia urbana. Em resumo, as unidades rurais que, antes, combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas tendem, no bojo da modernização, a se tornar cada vez mais agrícolas. Este processo modera o número de mão-de-obra empregada pela agricultura, na medida em que torna possível aumentar o número de horas trabalhadas diretamente nas atividades agrícolas (o volume total do trabalho agrícola *stricto sensu*), sem que haja o aumento respectivo do número de pessoas empregadas, que também se tornam cada vez mais "agrícolas" com o desenvolvimento da integração urbano-rural.

A segunda idéia é mais fácil de ser apresentada. A produção familiar, como já falamos, não é um todo homogêneo. Sob este rótulo, encontramos desde fazendas modernas que podem empregar trabalho assalariado até pequenas explorações arcaicas. Neste conjunto, portanto, existe espaço para diferentes formas de integração com a economia capitalista, variando da condição de produtor de mercadorias até a de fornecedor ocasional de força-de-trabalho. Estas diferenças não são traduzidas de pronto pelas estatísticas disponíveis.

Feitas estas ressalvas, podemos passar para o estudo das estratégias de vida de cada uma das camadas da população rural (ou rural-urbana?), que são, por serem o público de Reforma Agrária, o objeto deste trabalho: os bóias-frias e os quase-bóias-frias.

(19) Para uma exposição sistemática desta questão recomenda-se a leitura de (Rangel, 1957, cap. II) e (Lenin, 1982, cap. I).

5.1 OS BÓIAS-FRIAS

O bóia-fria - sem dúvida o filho mais legítimo da penetração do capital na agricultura brasileira - é fruto basicamente do aniquilamento da pequena exploração.

Na sua forma mais pura é o pequeno produtor (proprietário ou não) que perdeu a condição de organizar a pequena exploração por não ter mais acesso direto ao principal meio de produção - a terra. Entretanto, a perda dos meios de produção cria apenas o trabalhador livre. Para este se tornar um bóia-fria, outras condições são necessárias. A primeira delas é a de que exista um mercado de trabalho rural onde seja empregado como trabalhador volante ou diarista. Vale dizer, a agricultura capitalista deverá engendrar uma demanda sazonal de mão-de-obra acarretada ou pelo tipo de cultura, ou por uma modernização assimétrica (20) nas diferentes fases do processo agrícola, ou por uma combinação desses fatores. A segunda condição é a de que esta população não seja absorvida de forma definitiva por atividades não-agrícolas.

A literatura especializada, incluindo os clássicos trabalhos de D'Incao e Mello (1975) e V. C. Brant (1977), vem registrando que o surgimento do bóia-fria está condicionado pelo avanço do capitalismo na agricultura. Mostra ainda que este processo está associado não só à "purificação" das relações capitalistas, com o assalariamento substituindo a parceria e outras formas similares, como também à unificação do mercado de

(20) é importante assinalar que dentro desta perspectiva o bóia-fria pode ser pensado como uma "classe transitória" criada pelas assimetrias do processo de modernização. Segundo (Graziano da Silva, 1982, 144), pode supor-se que a existência do bóia-fria reflete uma insuficiência do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo brasileiro. O símile do proletário industrial na agricultura não seria, então, o bóia-fria e sim o trabalhador assalariado permanente com alguma qualificação.

trabalho rural e urbano. A concentração desta população na periferia das pequenas cidades e vilas do interior e o baixo nível de suas condições de vida, refletem a estratégia de vida desta população que oscila entre o trabalho agrícola e o trabalho urbano pouco qualificado.

O estudo desta população, que foi realizado por nós em três projetos específicos (BNDES, 1989), reforça a posição dos autores citados e apresenta fatos que fazem pensar ser o assentamento agrário um instrumento inadequado para atender esta população, desde que a manutenção de sua atividade parcial de trabalhador volante seja um dos objetivos.

Os três projetos estudados - todos no Paraná - situavam-se nas periferias de cidades localizadas em regiões de grande dinamismo agrícola. Esta localização os revestia de grande interesse para nosso estudo, dado que neles poderíamos testar a hipótese de que seria possível estruturar-se uma economia de subsistência suplementar ao salário obtido sazonalmente na agricultura capitalista (21).

Os resultados da pesquisa, entretanto, apontaram, de forma não inteiramente conclusiva, para a impossibilidade do estabelecimento deste paradigma, na medida em que talvez seja impossível o estabelecimento de uma economia de subsistência suplementar em regiões de grande dinamismo econômico. Ela seria instável na medida em que a unidade familiar seria propensa a se integrar no mercado, seja como produtora de mercadorias - trata-se da evolução, difícil nas condições atuais, da agricultura de subsistência para a agricultura moderna.

(21) O leitor deve ter identificado nesta hipótese de trabalho uma sugestão formulada por Ignacio Rangel desde 1962 e expressa, pela primeira vez, no livro "A Questão Agrária Brasileira".

mercantil -, seja como fornecedora de trabalhadores assalariados. Também não é factível estabelecer-se uma economia de subsistência suplementar longe de um mercado de trabalho que dê sustentação à família, como ocorre no período em que seus elementos estão integrados ao mercado de trabalho agrícola. Por outro lado, se essa agricultura de subsistência for hipertrofiada, ela terá que adotar a forma mercantil. O equilíbrio, no longo prazo, entre a economia de subsistência e a integração de parte da família, ou de todos os membros ativos da família em parte do ano, no mercado de trabalho deve ser melhor estudado.

Nos projetos estudados encontramos dois desvios com relação à idéia de um suposto equilíbrio entre a economia de subsistência e o mercado de trabalho.

Em um dos projetos, devido a condições excepcionais, a economia de subsistência foi substituída por uma agricultura mercantil, e os trabalhadores volantes, perdendo sua condição de bóia-fria, se transformaram em pequenos produtores independentes abandonando o mercado de trabalho.

Nos outros projetos, a economia de subsistência foi abandonada (ou atrofiada) em decorrência de uma inserção no mercado de trabalho urbano mesmo em condições não-privilegiadas. Vale dizer, o projeto não os tirou de sua condição de bóia-fria e não alterou a estratégia de sobrevivência típica desta camada, que a faz oscilar entre o mercado urbano e rural de trabalho, na impossibilidade de estabelecer relações de assalariamento mais permanentes, estas, quase sempre, no mercado de trabalho urbano. Na realidade estes projetos são essencialmente projetos habitacionais.

Diante deste resultado, passamos a especular que, talvez a melhor maneira de atuar no sentido de elevar o padrão de vida desta população, que não só já está urbanizada ou semi-urbanizada como também já tem no espaço urbano um componente fundamental para sua estratégia de vida, seria circunscrever a ação do Estado nas localidades onde esta população já está, precariamente, instalada.

Esta população já criou suas "agrovilas" - as favelas das cidades interioranas - e já definiu sua estratégia de sobrevivência na oscilação dos mercados urbanos e rurais de trabalho. Volta-se inclusive, preferencialmente, para o trabalho urbano permanente, que não é inteiramente atingido devido à escassez de oportunidades e ao baixo nível de qualificação desta mão-de-obra.

Neste contexto, produzir uma ação de cunho agrícola para solucionar o problema desta parcela da população (rural-semi-urbana) pode ser um equívoco que só terá como resultado a aceleração do fluxo migratório das pequenas cidades para as grandes, na medida em que estas podem oferecer mais oportunidades para a estratégia de vida já definida por esta população.

5.2 OS QUASE-BÓIAS-FRIAS

A população rural pode ser simplificada apresentada da seguinte maneira:

Proletários rurais		Permanentes
		Temporários (bóias-frias)
Produtores Independentes		pequenos / com pequena exploração - arcaicos (semi-proletariado: quase-bóias-frias e outros pequenos exploradores)
		\ com grande exploração - modernos, estruturados
		grandes / com pequena exploração - arcaicos
		\ com grande exploração - modernos

Pelo esquema anterior, podemos distinguir a população rural por dois cortes analíticos. O primeiro marcaria a diferença entre proletários e produtores independentes. O segundo, referente aos produtores independentes, assinalaria a diferença entre produtores com grande e pequena exploração.

Estamos chamando de quase-bóias-frias aqueles pequenos produtores que, embora com acesso à terra (proprietários, parceiros, etc), praticam uma agricultura atrasada tecnicamente e subcapitalizada e se inserem no mercado de trabalho rural e urbano, eventual ou sazonalmente, na condição de trabalhadores diaristas. A distinção entre este grupo e os demais produtores com pequena produção é superficial, residindo tão somente na inserção ocasional no mercado de trabalho.

Vamos explicar melhor este último ponto.

Quando estudamos os pequenos produtores independentes, identificamos, com alguma precisão, um subconjunto que apresenta uma agricultura estruturada em bases modernas, vale dizer, mercantil e com insumos modernos. Ao lado destes, encontramos os pequenos exploradores que basicamente praticam uma agricultura atrasada baseada na fertilidade natural do solo e que, por seu baixo rendimento, apesar de poder ser produtora de mercadorias, apenas permite a subsistência da família. Neste grupo, quando possível, a atividade agrícola é combinada com a inserção dos membros da família no mercado de trabalho.

A distinção empírica dos diferentes tipos de pequenos produtores, especialmente dos pequenos exploradores, não é uma tarefa trivial. Na realidade, o universo dos pequenos produtores se apresenta como um *continuum* que tem como limites o caipira e o pequeno produtor estruturado, plenamente inserido na economia capitalista e praticando uma agricultura moderna, podendo ou não utilizar mão-de-obra assalariada

Os pequenos exploradores, em grau expressivo, têm uma relação de propriedade precária com a terra (22) e praticam uma agricultura tecnicamente atrasada, itinerante, baseada na fertilidade natural do solo e na mão-de-obra familiar. A característica básica dessa agricultura não é o seu caráter de auto-consumo - ou de economia natural - e sim o baixo rendimento (23).

(22) Segundo o Censo de 1980, os estabelecimentos situados no estrato de área menor que 10 ha, apresentam um elevado índice de não-proprietários (52%) e apresentam um elevado índice de produtores arcaicos (65%)

(23) Segundo tabulações especiais do Censo Agrícola de 1975, o valor bruto da produção de 1.636.000 estabelecimentos, representando 70% de todos os estabelecimentos agrícolas do Nordeste, era inferior a um salário-mínimo (Goodman, 1986,154)

O processo de modernização da agricultura tende, ao não transformá-los em pequenos produtores modernos, a proletarizá-los parcialmente, na medida em que parte desse grupo passa a voltar-se para o mercado de trabalho, ou totalmente, dado que a elevação do preço da terra ou a modernização das culturas acarretam transformações no uso da terra desestruturando o complexo latifúndio-minifúndio (24)

A margem deste processo de proletarização que acompanha o desenvolvimento capitalista, vamos encontrar outros pequenos exploradores naquelas regiões onde o isolamento, a não modernização das unidades agrícolas e o não desenvolvimento do mercado de trabalho acarretam a formação de bolsões de miséria reunindo "desempregados" "capazes de gerar sua própria subsistência" (Sorj, 1980, 120), já mencionados anteriormente.

Nas regiões de fronteira, esses pequenos exploradores são capazes, nos primeiros momentos da ocupação, de produzir mercadorias, em geral alimentos produzidos através de uma agricultura rudimentar baseada na alta fertilidade natural do solo existente nos primeiros anos para, em um momento posterior, quando as estruturas capitalistas começam a ser dominantes, passarem à situação de proletarização já descrita ou à reprodução de sua "agricultura caipira" em uma nova fronteira.

Com as informações disponíveis nos censos agrícolas, podemos estimar o número de pequenos produtores arcaicos e o número dos pequenos produtores estruturados ou capitalizados. A separação entre os quase-bóias-frias e os demais pequenos exploradores, entretanto, não pode ser realizada pois, como falamos anteriormente, é formal na medida em que não se apóia em nenhuma característica estrutural passível de ser reproduzida

(24) "A tendência à pecuarização, estimulada pelo crédito subsidiado para a criação de gado e pelo aumento do preço de terra, acarreta a transformação de terras de cultivo em pastos, desestruturando o complexo latifúndio-minifúndio "exteriorizando" o campesinato" (Goodman, 1986, 153).

pelo sistema. A diferença reside, tão somente, na inserção ocasional no mercado de trabalho. Isto quer dizer que a passagem de uma condição a outra é condicionada por fatores externos a qualquer lógica deste grupo - o dinamismo do mercado de trabalho - e faz parte da estratégia de vida dos pequenos produtores arcaicos em geral.

Antes de começarmos a estimar o número de pequenos produtores arcaicos (pequenos exploradores) convém discutirmos a utilização do tamanho de área total como critério adequado à definição de pequeno produtor (25).

Por um lado, como, já discutimos anteriormente, pode existir a grande produção numa pequena área. Da mesma forma, pode existir a pequena produção numa grande área. Vale lembrar que a noção de pequena e grande produção que estamos utilizando se liga ao tamanho econômico da produção bem como à técnica empregada e não ao tamanho físico da área. Por outro lado, é trivial que a medida de superfície deve ser ponderada pela dotação produtiva da terra (fertilidade, topografia, clima, localização) para que possamos aferir seu potencial produtivo.

Portanto será sempre arbitrário utilizarmos um limite físico para definirmos o universo dos pequenos produtores. Nos exercícios que desenvolveremos a seguir, estudaremos aqueles produtores que têm uma área menor que 100 ha e faremos a análise de classes de área.

É evidente que 100 ha como limite de pequeno produtor deve ser considerado uma aproximação imperfeita pois, dependendo da região e das condições naturais da terra, áreas com este tamanho não podem ser consideradas pequenas. Além disto, o preço da terra pode ser tal que a esta área corresponderá um patrimônio

(25) Para uma exposição deste aspecto recomenda-se (Braziano da Silva, 1981, 74).

considerável. A favor do uso deste limite joga o fato de que 60% dos estabelecimentos agrícolas, existentes em 1980, se localizam no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, sabidamente regiões que se caracterizam por terem módulos rurais elevados devido à fertilidade natural de suas terras.

Feitas estas ressalvas, podemos passar a estudar algumas características relevantes dos pequenos produtores como forma de realizar as estimativas mencionadas.

Conforme podemos observar no quadro II, o primeiro estrato dos pequenos produtores se caracteriza por manter um vínculo precário com a terra. A partir do terceiro estrato a participação dos não-proprietários não mais se distingue das classes de áreas superiores. O quadro III reforça a idéia de que o fraco vínculo com a propriedade da terra é um atributo, quase exclusivo, do que definimos como o primeiro estrato dos pequenos produtores.

QUADRO II

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES, POR CLASSE DE ÁREA TOTAL,
SEGUNDO A CONDIÇÃO DE PROPRIETÁRIO - 1980

CLASSE DE ÁREA TOTAL (ha)	PROPRIETÁRIO (%)	NÃO-PROPRIETÁRIO (%)	TOTAL (UNIDADE)
0 - 10	47,8	52,2	2.598.019
10 - 20	79,1	20,9	771.330
20 - 50	85,8	14,2	854.051
50 - 100	86,7	13,3	391.396
MAIS DE 100	85,7	14,3	545.055
T O T A L	65,6	34,4	5.159.851

FONTE: Censo Agropecuário de 1980 - IBGE

QUADRO III
DISTRIBUIÇÃO DOS NÃO-PROPRIETÁRIOS
SEGUNDO CLASSES DE ÁREA TOTAL - 1980

ha	%
0 - 10	76,7
10 - 20	9,0
20 - 50	7,0
50 - 100	2,9
MAIS DE 100	4,4

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980

Os quadros acima mencionados revelam que a precariedade da propriedade da terra se refere ao primeiro grupo dos pequenos produtores. Entretanto, quando analisamos esta questão do ponto de vista regional, fica evidente o peso da estrutura agrária nordestina, como pode ser observado nos quadros seguintes IV e V.

QUADRO IV

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES SEGUNDO A CONDIÇÃO
DO PROPRIETÁRIO (BRASIL E POR REGIÃO)

	PROPRIETÁRIO (%)	NÃO-PROPRIETÁRIO (%)	TOTAL (UNIDADES)
BRASIL	65,6	34,4	5.159.851
S	73,9	26,1	1.145.548
SE	80,7	19,3	890.869
CO	71,9	28,1	267.748
NE	58,9	41,1	2.447.513
N	46,9	53,1	408.173

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980

QUADRO V

DISTRIBUIÇÃO DOS NÃO-PROPRIETÁRIOS TOTAIS E DOS
NÃO-PROPRIETÁRIOS COM MENOS DE 10 ha, POR REGIÃO

REGIÕES	NÃO-PROPRIETÁRIOS TOTAIS (%)	NÃO-PROPRIETÁRIOS COM MENOS DE 10 ha (%)
S	16,9	11,0
SE	9,7	5,7
CO	4,2	2,1
NE	56,9	52,5
N	12,3	5,4
TOTAL	100,0	76,7

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980

Como indicadores de modernidade, vamos selecionar as informações de uso de fertilizantes químicos, trator, arado animal, arado mecânico, financiamento e contratação de serviços de empreitada.

Esses indicadores devem ser utilizados da seguinte forma:

- a) devemos contrapor a utilização de fertilizantes com o uso de arados (mecânicos ou de tração animal). A razão é simples, devemos supor que o agricultor que emprega o arado não deixará de empregar o fertilizante químico.
- b) também devemos supor que o agricultor que usa trator usará o arado mecânico. O uso do trator e do arado mecânico é um indicador de modernidade sujeito a restrições quando se trata de pequenas áreas, pois nestes casos podem ser racionalmente substituídos pela tração animal.
- c) os financiamentos e a contratação de serviços de empreitada indicam o grau de relações monetárias derivadas do processo de produção agrícola.

Feitas estas observações passaremos a analisar os dados fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1980.

11)

QUADRO VI

INDICADORES DE MODERNIDADE - BRASIL

(% de estabelecimentos que utilizam os seguintes insumos)

	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS	FERTILIZANTES QUÍMICOS	ARADO ANIMAL	ARADO MECÂNICO	TRATOR	FINANCIAMENTO	CONTRATAÇÃO DE EMPREITADAS
0 - 10	2.598.019	15,7	12,6	0,8	1,0	9,6	7,9
10 - 20	771.330	38,4	38,2	4,7	5,6	29,2	16,1
20 - 50	854.051	38,7	34,1	10,1	11,4	33,1	22,2
50 - 100	391.396	34,0	27,5	12,8	13,4	35,6	31,2
MAIS DE 100	545.055	32,7	20,9	21,7	25,0	35,1	42,9
TOTAL	5.159.851	26,1	21,9	6,1	7,0	21,0	17,0

FONTES: IBGE - Censo Agropecuário - 1980.

Como podemos observar, existe uma grande compatibilidade entre os indicadores quando os analisamos conforme indicamos anteriormente.

Para simplificar nossa exposição, tomaremos o primeiro deles - o uso de fertilizantes químicos - como variável de clivagem para estimarmos o número de produtores arcaicos, conforme pode ser observado no quadro abaixo.

QUADRO VII

BRASIL - PRODUTORES ARCAICOS

(estimativa)

	PROD. TOTAL	FATOR	Nºs ARCAICOS
0 - 10	2.598.019	0,843	2.190.130
10 - 20	771.330	0,616	475.139
20 - 50	854.051	0,613	523.533
50 - 100	391.396	0,660	258.319
100 -	545.055	0,673	366.822
TOTAL	5.159.851	0,739	3.813.129

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980

Mais uma vez fica evidente que o primeiro estrato dos pequenos produtores é o que apresenta uma situação crítica com relação ao atraso. A partir de 10 ha cai significativamente a participação dos produtores arcaicos, não se diferenciando segundo as classes da área.

A partir deste dado faremos o mesmo exercício discriminando as regiões.

QUADRO VIII
ESTIMATIVA DOS PRODUTORES ARCAICOS

CLASSES DE AREA	0 - 10	10 - 20	20 - 50	50 - 100	MAIS DE 100	TOTAL	
S	TOTAL DE PRODUTORES	451.860	295.461	258.658	70.062	69.507	1.145.548
	FATOR	0,608	0,379	0,312	0,327	0,387	0,452
	ESTIMATIVA	274.731	111.979	80.701	22.910	26.899	517.787
SE	TOTAL DE PRODUTORES	290.196	152.519	199.608	106.678	141.868	890.869
	FATOR	0,519	0,444	0,437	0,418	0,423	0,46
	ESTIMATIVA	150.612	67.718	87.228	44.681	60.010	409.799
CO	TOTAL DE PRODUTORES	55.121	24.940	45.941	35.240	106.506	267.748
	FATOR	0,842	0,73	0,714	0,699	0,671	0,723
	ESTIMATIVA	46.412	18.206	32.801	24.661	71.465	193.582
NE	TOTAL DE PRODUTORES	1.654.844	243.449	263.677	130.137	155.405	2.447.513
	FATOR	0,953	0,922	0,92	0,93	0,898	0,941
	ESTIMATIVA	1.577.066	224.450	242.582	120.688	139.553	2.303.110
N	TOTAL DE PRODUTORES	145.998	54.961	86.167	49.276	71.771	408.173
	FATOR	0,978	0,959	0,929	0,953	0,959	0,959
	ESTIMATIVA	142.786	52.707	80.049	46.969	68.828	391.437
BRASIL	TOTAL DE PRODUTORES	2.598.019	771.330	854.051	391.396	545.055	5.159.851
	FATOR	0,843	0,616	0,613	0,660	0,673	0,739
	ESTIMATIVA	2.190.130	475.139	523.533	258.319	366.824	3.813.130

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980.

Os dados acima são expressivos e nos indicam o elevado percentual de produtores arcaicos existente no campo brasileiro. Também nos demonstram como a modernização se diferencia do primeiro estrato dos pequenos produtores onde, em 1980, cerca de 85% deles podem ser considerados arcaicos, para as classes de área superiores, onde esta percentagem se situa em torno de 65%. Além disto, fica evidente a diferenciação regional, sendo as regiões Sul e Norte os limites inferior e superior da participação dos produtores arcaicos. Com relação ao pequeno produtor do primeiro estrato, que em todas as regiões é o grupo mais atrasado, também se identifica uma diferenciação segundo a região em que está localizado. No Sudeste, 48% deles são modernos, no Norte, apenas 2,2% estão nesta condição.

Antes já tínhamos concluído que o processo de modernização dos pequenos produtores é problemático, dado que a resultante final da penetração do capitalismo no campo atua mais no sentido de proletarizá-los do que no sentido de transformá-los em produtores modernos.

Agora descobrimos a elevada participação dos pequenos produtores arcaicos no conjunto dos pequenos produtores, conforme pode ser observado no quadro IX (26).

(26) é evidente que há produtores arcaicos nos estratos superiores de área. Entretanto, esperamos que tenha ficado claro que este grupo está relativamente infenso aos resultados perversos do desenvolvimento capitalista.

Para traçar, muito simplificada, um quadro geral sobre os produtores agrícolas, repetiremos o QUADRO I apresentado neste trabalho, arbitrando como limite entre a pequena e grande propriedade a área de 100 ha e utilizando as informações do quadro VIII para separar a pequena da grande exploração.

QUADRO IX

DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTORES AGRÍCOLAS SEGUNDO
TAMANHO DE ÁREA E MODERNIDADE DA EXPLORAÇÃO

(em %)

	PEQUENA EXPLORAÇÃO	GRANDE EXPLORAÇÃO	T O T A L
GRANDE ÁREA (+ DE 100 HA)	7,1	3,5	10,6
PEQUENA ÁREA	66,8	22,6	89,4
T O T A L	73,9	26,1	100,0

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário - 1980.

Conjugando as duas informações - o número elevado de produtores arcaicos e sua "transformação problemática" - podemos começar a especular sobre as dificuldades de uma política que busque elevar o padrão de vida da população rural

A difundida idéia de que uma política agrícola apropriada voltada para os pequenos produtores - inclusive com ações de reforma agrária - pode servir de instrumento para a elevação do padrão de vida desta população deve começar a ser questionada

Acreditamos que as linhas de evolução da agricultura brasileira já estão traçadas. As grandes propriedades irão se modernizar desde que este seja o caminho mais fácil para a valorização do capital investido na terra. Vale dizer, o seu processo de modernização depende, em última instância, do enfraquecimento da demanda especulativa de terras, do uso da terra como reserva de valor e como fonte de poder político e de recursos transferidos pelo Estado. De qualquer forma, sua existência como grande propriedade atrasada não está ameaçada por nenhuma tendência estrutural da economia capitalista.

Diferentemente das grandes, as pequenas propriedades terão dois caminhos: o da extinção e o da modernização, sendo esta um processo de grande seletividade dados os condicionantes culturais e estruturais. Ousamos afirmar que a maioria daquelas pequenas unidades arcaicas são estéreis ao processo de modernização e que sua sobrevivência, enquanto unidades atrasadas diante da tendência modernizadora, é problemática. Pensamos ainda que os pequenos produtores que se modernizaram (15% no primeiro estrato e cerca de 40% nos estratos superiores) representam significativa parcela dos pequenos produtores que potencialmente poderiam se modernizar. Uma tentativa de avançar a modernização sobre pequenos produtores arcaicos, tendo em vista as tendências gerais do sistema, deverá apresentar custos elevados e pequena eficácia no curto prazo. Não sendo, portanto, o caminho mais curto para a elevação do padrão de vida desta população.

É possível levantarmos a hipótese de que a modernização do pequeno produtor, apesar de ser mais problemática que a do grande produtor, dado que, como pode ser observado no Quadro VIII, para todas as regiões o estrato dos pequenos estabelecimentos (0-10) apresenta maior proporção de pequena exploração, também reflete características regionais, tais como: tamanho do mercado, dotação de infra-estrutura e condições naturais mais favoráveis. Estas externalidades atuam moderando o esforço, ao nível do produtor, para o processo de modernização, na medida em que diminuem as exigências econômicas e técnicas tanto em termos relativos (custo/benefício) quanto em termos absolutos (capital/área e intensidade técnica).

É intuitivo que o processo de modernização em condições favoráveis também pode ocorrer de forma mais gradativa e adaptativa, ou seja, se torna mais exequível. Neste caso, podemos identificar antes uma questão regional que uma questão agrária, a qual só ocorre quando trabalhamos com dados agregados por país e, do mesmo modo, se regionaliza quando desagregamos os dados. Grande parte do Nordeste, por exemplo, só pode ser eficientemente explorada com tecnologias mais sofisticadas e com grande intensidade de capital, o que torna o processo de modernização absolutamente inacessível para o pequeno produtor individual.

Para concluir este ponto, gostaríamos de apresentar duas evidências sobre a dificuldade de modernização da pequena exploração. Quando analisamos as variáveis indicadoras de modernização, a região Nordeste, e apenas ela, apresenta um índice de utilização de financiamento superior à utilização de fertilizantes químicos ou arados. Uma conclusão direta desta informação é que, no caso nordestino, a modernização da produção foi inferior à dotação financeira para sua realização, ou seja, este atraso revela uma dificuldade inerente àquela realidade (27).

Outra evidência que gostaríamos de ressaltar é o resultado diferenciado apresentado pelos projetos de reforma agrária por nós estudados e que serão apresentados na segunda parte deste trabalho. Ali identificamos uma forte diferenciação no que se refere ao rendimento obtido e aos insumos produtivos utilizados.

Como um dado impressionista diríamos que apenas 20% da população dos projetos estudados apresentam características do que estamos chamando de pequenos produtores estruturados. É verdade que quando analisamos apenas os projetos das regiões Sul e Sudeste o quadro melhora significativamente. Mas, infelizmente, o problema deve ser enfrentado onde ele se apresenta, ou seja, no Nordeste.

Entretanto, se a modernização agrícola apresenta-se problemática, não pode passar despercebida uma outra característica que deve ser trabalhada no sentido de buscar-se uma política social alternativa ou complementar à reforma agrária.

(27) É muito interessante refletir sobre esta informação. Além das dificuldades técnicas acima referidas, tudo se passa como se os proprietários nordestinos utilizassem a terra não para fins produtivos mas como instrumento de obter recursos do Estado. Toda a literatura sobre a indústria da seca e sobre as atrasadas estruturas econômico-políticas do Nordeste apontam nesta direção. O "escândalo da mandioca" também vem logo à mente ao observarmos estas informações (Benjamin, 1986).

Não é novidade assinalar a importância do mercado de trabalho na estratégia de vida do pequeno produtor rural (28). Nossas recentes pesquisas também identificaram os salários (urbanos e rurais) e os pequenos negócios como fontes de renda típicas dos pequenos produtores rurais.

Com a finalidade de tratar especificamente o pequeno produtor arcaico, realizamos uma tabulação especial dos 12 projetos nordestinos de reforma agrária que compõem nossa pesquisa. A escolha da região Nordeste para investigarmos a estratégia de vida do produtor arcaico é mais ou menos evidente. Trata-se daquela região que reúne as condições mais adversas à modernização e apresenta a maioria dos pequenos produtores arcaicos.

Analisando a estrutura da renda, concluímos que 20% da renda global agregada dos 12 projetos é composta por salário. Igualmente expressivo é o fato de que 49% das famílias pesquisadas obtêm parte de seus rendimentos no mercado de trabalho e para estas famílias a participação dos salários em seus rendimentos globais é de 43%.

Estes números dispensam comentários na medida em que demonstram inequivocamente o quanto os pequenos produtores arcaicos estão inseridos no mercado de trabalho e o peso que os salários podem alcançar na renda familiar agregada.

Outra pesquisa por nós realizada (BNDES, 1989B), tendo como objeto cooperativas de pequenos produtores no Nordeste, também apontou para a importância dos salários em geral na renda global da população investigada, bem como para a importância dos rendimentos obtidos através de salários e pequenos negócios urbanos e semi-urbanos. Na região de Pedreiras - MA, no médio Mearim, os salários urbanos e os pequenos negócios, com a mesma participação, representam em conjunto 25% da renda total

(32) (Goodman, 1986); (Wilkinson, 1986); (Castro, 1982)

Em Solânea, no brejo paraibano, os salários urbanos representam 47% da renda total, os pequenos negócios 7,7% e os salários rurais 8%.

De qualquer forma, o que os dados nos mostram é que, neste universo de pequenos produtores (com predominância dos arcaicos), a economia desenhada está longe do que poderíamos chamar de economia natural e isolada no mundo rural.

CAPÍTULO II - CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DOS PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA: EVIDÊNCIAS DE DIFERENCIAÇÃO

No capítulo anterior registramos a dificuldade de modernização dos pequenos produtores rurais - processo que por isso foi denominado "transformação problemática" - e, em consequência, questionamos ser a reforma agrária um instrumento eficaz para a elevação do padrão de vida da população rural. No presente capítulo, trataremos de justificar a afirmativa acima, utilizando os dados oriundos das avaliações realizadas nos projetos de assentamento da Reforma Agrária.

1. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Fazer um estudo sobre Reforma Agrária é contornar a dificuldade da pouca quantidade e qualidade dos dados disponíveis. Dependendo do objetivo do estudo, defrontamo-nos com absoluta inexistência de informações.

Assim, após a análise das características das informações disponíveis nos órgãos federais - INCRA e IBGE - e da literatura especializada, que se caracteriza em quase sua totalidade por estudos de caso, com diferentes enfoques metodológicos, dificultando portanto sua agregação, optou-se pela realização de uma pesquisa de campo para a obtenção de dados primários. Ao concluirmos este trabalho, constatamos que por sua abrangência trata-se da maior investigação sistemática já realizada sobre o tema.

Definir o objeto a ser pesquisado não é uma atividade neutra. Estávamos então interessados na economia do pequeno produtor rural recém-instalado nos projetos de assentamento, segundo a percepção de que o processo de Reforma Agrária só se viabiliza na medida em que seja possível o estabelecimento da pequena produção agrícola mercantil e moderna, ou seja, o resultado deste processo é a implantação de um setor agrícola moderno e eficiente baseado na unidade familiar.

Resolvido o que vai ser estudado passa-se à definição de como o assunto será pesquisado. Quais os instrumentos de pesquisa? (questionários fechados ou abertos; entrevistas gravadas, etc). Qual o âmbito da pesquisa (se em todo o território, todos os tipos de projeto, idades dos projetos, tamanhos; se de órgão federal, estadual ou particular). Quais os procedimentos da pesquisa: se será por amostragem ou censitária. Qual o orçamento disponível?

As definições relativas às questões acima referidas são os passos iniciais e determinantes da pesquisa e do estudo a serem realizados.

De nossa parte, dada a falta de tradição em realizarmos pesquisas desta natureza e que envolvam dados primários, recorreremos ao apoio do IBGE para o desenvolvimento dos instrumentos e procedimentos necessários à sua realização.

Divergências à parte entre equipes que tinham enfoques e interesses diversos - a do BNDES mais voltada para os problemas econômicos e a do IBGE com interesses mais abrangentes e com enfoque antropológico -, chegou-se a um questionário preliminar a ser aplicado a um parceleiro individual e um questionário auxiliar, a ser preenchido junto à administração do projeto ou a órgãos envolvidos com a população assentada naquele local.

O próximo passo foi a realização de levantamento dos projetos existentes através da literatura disponível e cartas a todos os órgãos federais e estaduais envolvidos na Reforma Agrária. Este levantamento tinha como objetivo a formação do universo inicial de trabalho, com todos os projetos existentes no país, suas localizações, número de famílias assentadas, data de implantação, etc.

Os primeiros questionários preliminares (individual e administrativo) foram então testados em um projeto (São José da Boa Morte) no município de Cachoeiras de Macacu, RJ.

A aplicação dos questionários em campo, precedida de um planejamento cuidadoso, possibilitou a obtenção de valiosas informações que nos permitiram analisar a situação do referido projeto, tal como está consubstanciada no seu relatório de avaliação. A elaboração deste relatório também ajudou a desenvolver o modelo analítico que será utilizado no segundo capítulo da tese.

Desta experiência resultou a certeza de que seria possível fazer uma avaliação econômica dos projetos de Reforma Agrária. Entretanto, também nos indicou as limitações deste primeiro questionário para ser aplicado através de uma rede de agentes de coleta.

Este questionário, se bem que interessante e elucidativo, apresentava inúmeras dificuldades no seu preenchimento, exigindo por parte dos aplicadores empenho, experiência e conhecimento técnico especializado.

Um segundo questionário ainda preliminar foi novamente estruturado e posteriormente testado em Abapã/PR.

Os resultados desta experiência reforçaram a idéia da factibilidade da realização da pesquisa em larga escala, mas também alertaram para o fato de que a pesquisa de campo demandaria uma rede de qualidade superior e um treinamento da rede mais cuidadoso do que normalmente era executado.

A partir destas conclusões o trabalho concentrou-se em:

- melhorar o questionário: elaborá-lo de forma a ser aplicado por uma rede e apurado através de computador.

- definir os procedimentos do trabalho de campo: treinamento e supervisão. O treinamento foi planejado e realizado em 5 dias no Rio de Janeiro, contando inclusive com um dia de trabalho de campo. A supervisão se fez necessária para que houvesse completa homogeneização dos dados. Para isso também contribuiu a existência de apenas um supervisor e um aplicador para cada projeto.

- definir os projetos e parceleiros a serem pesquisados.

Devemos apresentar detalhadamente os três aspectos mencionados acima.

O questionário do parceleiro, ao qual corresponde o manual de instrução, é peça fundamental da pesquisa. Estruturado em 9 blocos, contém uma parte em aberto para observações adicionais que se fizerem necessárias. Com exceção desta parte, é todo pré-codificado, podendo ser apurado mecanicamente.

O primeiro bloco identifica o lote estudado. O segundo bloco identifica as pessoas que em geral são residentes no lote e seu vínculo com o proprietário do lote. Vale assinalar que a situação de residente é entendida em sentido amplo, pois também captamos o caso do proprietário-organizador da produção não possuir seu domicílio no lote. Estes dois blocos revelam qual o elemento privilegiado na pesquisa, a unidade produtora e seu organizador da produção.

O terceiro bloco busca levantar a situação do parceleiro (proprietário-organizador) antes de chegar e no momento em que chegou ao projeto. Suas experiências de trabalho, seus recursos iniciais, a estratégia de sobrevivência no primeiro ano, etc.

O quarto bloco refere-se ao lote explorado. Contém informações referentes ao fim do ano civil da pesquisa (que foi definido como de janeiro a 30 de outubro de 1986) e ao fim do primeiro ano civil da chegada ao lote.

Estas informações são correlatas a aspectos técnicos e econômicos: assistência técnica, crédito, utilização das terras, utilização de insumos, mão-de-obra, etc.

O quinto bloco levanta as rendas do proprietário, de sua família bem como de todos os outros moradores do lote, oriundas de trabalho assalariado fora do lote.

O sexto bloco identifica o inventário de bens. Buscou-se fazer um levantamento minucioso de todos os haveres em quantidade física e em valor, em diversas fases do parceleiro dentro do projeto.

O sétimo bloco recolhe algumas informações sobre o esforço de produção agrícola dos dois últimos anos agrícolas

O oitavo bloco levanta a produção final extrativa e agropecuária bem como o destino desta produção.

O nono bloco apresenta a produção efetivamente comercializada e seus preços médios. Estes dois últimos blocos permitem a captação de renda gerada pelas atividades primárias.

Como pode ser observado o questionário centra-se fundamentalmente na pesquisa de elementos técnicos (insumos, utilização das terras, etc) e econômicos (fontes de renda, crédito, etc).

No questionário acima descrito não foi estabelecido nenhum bloco para o registro de rendas oriundas de serviços, aplicações financeiras, etc. Estas rendas foram registradas na folha de observações, dando origem, na crítica do questionário, a um décimo bloco.

Convém explicitar alguns aspectos técnicos relevantes para o preenchimento e interpretação dos dados do questionário.

A aplicação de um questionário tal como o utilizado nos casos anteriormente mencionados, evidentemente, não é uma tarefa trivial. Exige por parte do entrevistador grande atenção e persistência, de forma a "extrair", sem condicionar, as informações desejadas. Os maiores problemas se referem à parte econômica onde os valores são, em sua maioria, históricos e necessitam, portanto, de referência temporal. Os dados de produção física também apresentam problemas, pois são aproximados e podem trazer distorções. Os valores da produção

apresentam grau de dificuldade ainda maior, pois, como um mesmo produto podia ter diversos preços, todas as transações efetuadas deveriam ser cuidadosamente registradas e datadas, para a elaboração do respectivo preço médio.

Com relação aos ativos, por exemplo, tivemos que utilizar dois procedimentos para atribuir valores. No primeiro, chegamos ao valor através da atualização dos valores históricos corrigidos pela variação do valor OTN. No segundo, o valor é resultado de uma imputação referida aos preços de mercado. Se a intenção é conseguir informações quantitativas, que balizam a aplicação de recursos, a imputação é o melhor caminho, pois é mais rápida (a constituição de valores históricos e sua posterior atualização é quase sempre uma tarefa demorada), e ainda apresenta a vantagem do valor encontrado ser referido ao presente valor de mercado. Entretanto, a reconstituição da dinâmica de acumulação dos parceleiros pode ser melhor apreendida pelo primeiro procedimento. Teoricamente a diferença entre as duas vias reside na modificação dos preços relativos, que em prazos pequenos pode ser desconsiderada.

Um intenso treinamento seria então necessário para garantir a qualidade e homogeneidade dos dados primários que serviriam de base a nossos estudos. No que se refere à homogeneidade dos dados, definimos que para cada projeto haveria apenas um único agente de coleta. Desta maneira estaríamos garantindo não haver, pelo menos ao nível de cada projeto, diferenças de informações devido a interpretações desiguais para o mesmo fenômeno. Com relação à homogeneidade dos dados entre os diferentes projetos e a qualidade dos dados em geral, o treinamento intensivo e a supervisão foram pensados para atingir tais objetivos.

O IBGE selecionou os melhores agentes de cada área onde seria realizada a pesquisa e os reuniu no Rio de Janeiro para 5 dias de treinamento. Neste período, o questionário e o manual de instrução foram estudados e discutidos exaustivamente. O objetivo da pesquisa foi apresentado claramente para que cada agente de coleta, quando defrontado com uma adversidade, pudesse decidir corretamente. Após dois dias de treinamento teórico, foi realizado um dia de trabalho de campo onde cada agente aplicou um questionário. Os dois últimos dias serviram para discutir as dificuldades e possíveis divergências de interpretações, bem como para definir os procedimentos das amostras de parceleiros em cada projeto.

Cabe registrar, finalmente, que todos os supervisores também participaram do mesmo treinamento.

Inicialmente foram levantados, através de carta aos Governos Estaduais e ao INCRA, todos os projetos existentes no país (326). Depois, em um segundo momento, selecionamos os projetos implantados entre 1980 e 1983 inclusive (54). A escolha destes projetos prende-se ao fato de que os projetos mais antigos ou já tinham superado seu momento de instalação (que é o momento onde o BNDES deveria atuar, principalmente) ou, como é o caso geral, já tinham se degenerado e fugido aos planos iniciais. Projetos mais recentes ainda não apresentariam um conjunto de unidades produtivas semi-estruturadas que pudessem ser pesquisadas.

Um segundo corte a ser feito no universo dos projetos informava sua procedência institucional, segundo fossem administrados pelo INCRA ou por outras entidades, basicamente Governos Estaduais.

Um terceiro corte levava em conta o tamanho do projeto medido em número de lotes. Considerando que para cada lote teríamos, a princípio, uma família assentada, foram definidos 3 grupos: pequenos, contendo até 60 lotes; médios, de 60 a 300 lotes e grandes, acima de 300. Considerava-se na formulação deste corte que o número de lotes poderia ter influência na administração do projeto, principalmente no que se refere à criação da infra-estrutura social e à assistência técnica.

Uma vez desenhado o universo a ser pesquisado definiu-se que a pesquisa deveria privilegiar as informações a nível de projeto. Vale dizer, seria selecionado um conjunto de projetos e dentro deste um conjunto de parceleiros; entretanto estas seleções seriam feitas de tal forma que as informações refletiriam antes de tudo a realidade ao nível de cada projeto e, em grau menor, a realidade dentro de cada subconjunto de projetos e, em ainda menor escala, a realidade do universo do conjunto de projetos.

O porquê desta escolha é mais ou menos óbvio, na medida em que o projeto é a unidade financiada através das operações do BNDES.

Para a seleção dos projetos utilizaram-se dois procedimentos: no caso dos projetos grandes e médios, foram realizadas amostras independentes, respectivamente de 7 e 10 projetos. Em ambos os casos utilizou-se amostragem de conglomerados, sendo os projetos selecionados com probabilidade proporcional ao tamanho e extração sistemática dos lotes com partida aleatória. De cada conglomerado selecionado (projeto) foi retirado igual número de lotes a serem pesquisados (100 no caso dos projetos grandes e 60 no caso dos médios).

Tal metodologia nos fornece informações com diferentes, mas aceitáveis, erros de amostragem em cada projeto (nos projetos grandes o maior erro é de 7 (sete) pontos percentuais, nos médios é de 9 (nove) pontos percentuais). Por outro lado, nos permite agregações por grupos (grandes e médios) sem necessidade de ponderações. Neste caso, tanto para o conjunto dos grandes, como dos médios, teremos um erro de 3 (três) pontos percentuais, levando-se em conta um possível efeito de conglomeração.

Os projetos pequenos, em número de 9, foram selecionados visando otimizar os recursos despendidos na coleta de dados. Desta forma é apenas uma amostra exploratória, não podendo ser calculados ex-ante os erros com relação ao universo. A agregação destes projetos não pode ser feita de maneira imediata. Por outro lado as informações de cada projeto pequeno não apresentam erros de amostragem na medida em que foram pesquisados todos os lotes em cada projeto.

A agregação dos dados dos 3 (três) grupos mencionados, totalizando 26, só pode ser feita com ressalva na medida em que as amostras são independentes.

Cabe assinalar ainda que, em que pese o universo compreender aqueles projetos implantados entre 1980 e 1983, todos os projetos sorteados foram implantados entre 1981 e 1983.

O procedimento de amostragem fez parte do treinamento dos agentes de coleta, que foram os responsáveis pela execução da parte relativa ao sorteio dos parceleiros, e foi um dos itens abordados durante a supervisão.

O trabalho de campo foi iniciado imediatamente após o treinamento. E a supervisão teve início a partir da segunda semana de pesquisa.

Não é difícil imaginar a natureza dos problemas encontrados neste tipo de trabalho. Apesar do apoio logístico dado pelas delegacias estaduais do IBGE, e sem ele esta pesquisa nunca seria realizada, os problemas de transporte, comunicação e levantamento das primeiras informações para a elaboração da amostra de parceleiros foram significativos. Acreditamos inclusive que esta pesquisa só foi levada a termo pelo empenho e competência dos agentes de coleta do IBGE que dela participaram.

O treinamento direto e intensivo não só os capacitou a resolver todos os problemas advindos da utilização de um questionário grande e complexo, como também atuou no sentido de motivá-los à realização de uma pesquisa pioneira e ligada à Reforma Agrária.

Para a realização do trabalho de campo foram utilizados entrevistadores e supervisores. Como a pesquisa foi aplicada simultaneamente em 26 projetos e localidades, tivemos o cuidado de manter um canal de comunicação durante todo o tempo com os nossos agentes, deixando dois telefones para contato e esclarecimentos de eventuais dúvidas.

O trabalho de supervisão, realizado por uma equipe mista IBGE/BNDES, também foi fundamental, pois atuava no sentido de homogeneizar os dados entre diferentes projetos, evitando os possíveis desvios de interpretação entre os diferentes entrevistadores. Vale repetir que, para garantir a homogeneidade dos dados, para cada projeto foi destinado apenas um entrevistador.

A receptividade dos entrevistadores por parte da população pesquisada foi, para nós, neófitos neste tipo de trabalho, surpreendente. O mesmo não se pode generalizar por parte dos administradores dos projetos. Houve lugares, onde predominavam a ineficiência e o abuso administrativo, em que a animosidade chegou a ameaças explícitas ao agente de coleta.

Entretanto, o maior problema foi, como era previsto, o questionário em si. O tamanho e a quantidade de detalhes ao longo de seu preenchimento definiam-no como um pesado instrumento de trabalho, levando cerca de três horas para o seu preenchimento. Se adicionarmos o tempo de deslocamento entre as entrevistas, chegaremos a um tempo médio de quatro horas por questionário preenchido. Apenas o empenho do IBGE, através de seus agentes de coleta, tornou possível a execução desta pesquisa dentro do cronograma planejado e impôs, indubitavelmente, como obrigação moral, o tratamento e análise dos dados levantados.

Por último cabe dizer que, a despeito de todas as dificuldades acima referidas, consideramos extremamente válido este instrumento de pesquisa. A ida a campo com um questionário ajusta e torna homogêneas as diferentes entrevistas individuais. Por outro lado, ao contrário do que o senso comum poderia indicar, é notável a memória (e os registros em documentos) da população camponesa. Talvez pelo fato de o número de transações monetárias ser relativamente pequeno, o conhecimento de valores e datas é surpreendente e não deve ser abandonado como objeto de pesquisa. É verdade que auxiliou-nos o fato de o ano a que se referiu a maioria das transações monetárias pesquisadas - 1986 - ter sido de grande estabilidade de preços. Mesmo os valores relativos a períodos anteriores não foram prejudicados, na medida em que a inflação, embora existente, não atingia os patamares que agora experimentamos. Talvez em uma conjuntura de alta inflação, principalmente se acompanhada de reformas monetárias seguidas, essa metodologia deva ser reavaliada do ponto de vista de sua correta aplicação.

Após o trabalho de campo, toma início a parte mais trabalhosa da pesquisa.

Foi feita a verificação de cada questionário, à procura de erros de preenchimento (campos de identificação em branco, unidades de medida corretas, perfeito preenchimento dos valores e datas, etc.).

Para o cumprimento desta etapa houve a necessidade de um grande número de pessoas envolvidas, devido ao volume de trabalho, e de inúmeras reuniões, visando uniformizar os procedimentos para que ao término ficasse neutralizada a opinião de cada integrante da equipe.

À medida que os projetos passavam pela crítica eram então encaminhados para a digitação. Para esta tarefa foi contratada uma firma especializada, já que o Departamento de Sistemas do BNDES não dispunha de digitadores em número adequado à sua realização. Na entrega das primeiras fitas verificou-se grande número de erros, o que ocasionou a redigitação de todos os dados.

Estes dados deram origem ao seguinte conjunto de tabelas básicas:

T I	- Renda
T II	- Ativos
T III	- Caracterização Social
T IV	- Assistência Técnica
T V	- Estocagem
T VI	- Utilização das Terras
T VII	- Acesso ao Crédito
T VIII	- Utilização de Insumos
T VIII-A	- Utilização de Insumos no Primeiro ano civil
T IX	- Despesas Correntes de Produção
T X	- Mão de Obra
T X-A	- Mão-de-Obra - Informações complementares
T XI	- Produção Final
T XII	- Situação do Parceleiro Antes de Chegar ao Projeto
T XIII	- Experiências de Trabalhos Anteriores
T XIV	- Investimentos e Despesas em Lavouras e Outros
T XV	- Comercialização

A análise de qualquer pesquisa é condicionada pelas hipóteses formuladas antes e ao longo de seu desenrolar e pela quantidade e qualidade das informações disponíveis. As questões que surgem no percurso da análise nem sempre podem ser respondidas. Às vezes os dados são adequados tão somente para levantar problemas e não para respondê-los.

O tamanho do questionário em si impõe um limite referente às informações a serem processadas, pois a elaboração de um questionário é, antes de tudo, uma atividade de exclusão de indagações que, naquele instante, são consideradas menos relevantes aos objetivos. Este conjunto de opções desenharão de alguma forma o resultado alcançado.

Assim sendo, a análise dos dados é uma tarefa realizada com escassa liberdade. Nem sempre as informações são adequadas para testar determinadas hipóteses ou se prestam diretamente ao estabelecimento de desejáveis relações funcionais entre as variáveis.

A presente pesquisa apresenta, naturalmente, todas estas limitações.

Tentaremos apresentar, em grandes linhas, as principais características e limitações da análise realizada.

Em geral a análise foi realizada em dois níveis de agregação: um mais agregado - por projeto - e outro menos agregado - por decim de população, dentro de cada projeto, ordenada segundo a renda auferida. O nível mais agregado serve para identificar a diferenciação existente entre os projetos estudados. O segundo nível identifica a diferenciação entre parceleiros, dentro de cada projeto. Além disto, a comparação entre os resultados obtidos pelos dois níveis referidos serve, de alguma forma, para testar a generalidade das conclusões alcançadas.

Vale dizer, quando encontramos um resultado referido aos dados médios dos projetos e este se repete ao nível dos parcelheiros, concluímos, então, que estamos diante de um forte indício de que o fenômeno estudado assume características de generalidade. Quando, ao contrário, os resultados são discrepantes, tendemos a desconfiar da possibilidade de sua generalização ao mesmo tempo que tendemos também a privilegiar as informações obtidas da análise mais desagregada dos parcelheiros.

A análise comparativa dos projetos é feita sistematicamente por tamanho do projeto, medido em número de lotes, e pelo nível de renda média. A análise dos parcelheiros é realizada pela renda e, em casos específicos, por alguma outra variável que julgemos importante para a questão tratada.

Todas as variáveis são estudadas e apresentadas, em um primeiro momento, de forma isolada, e, depois, realizamos o confronto com outras variáveis selecionadas.

No que toca ao conjunto das principais variáveis estudadas, a principal dificuldade do ponto de vista teórico é o esclarecimento da natureza de suas relações. Todas as variáveis serão, individualmente ou em grupo, contrapostas à renda. Entretanto, e aí reside uma imperfeição, não buscaremos nesta primeira análise estabelecer relações funcionais entre as variáveis. Aqui o que interessa é identificar a existência de relação entre as variáveis antes de definir qual a natureza deste vínculo propriamente dito.

As variáveis não valem em si, como num exercício de econometria, pela sua relação matemática, mas sim por uma relação teórica que a pesquisa empírica busca tão somente realçar. Neste sentido, nem a renda é tão exclusivamente uma variável dependente nem as demais variáveis são também independentes de forma absoluta.

Sabemos perfeitamente da limitação explicativa de um pequeno conjunto de variáveis para tratar de um fenômeno tão complexo - o processo de transformação da pequena produção no interior dos projetos de Reforma Agrária - em termos estatísticos, tão somente. O que importa, entretanto, é o ajuste destas variáveis à teoria implícita à pesquisa.

As variáveis selecionadas foram, no momento da concepção da pesquisa, por nós consideradas as mais relevantes na explicação do processo de transformação da pequena produção. Estas variáveis são determinantes e determinadas apenas por sua posição no modelo analítico e pela disponibilidade de informações (por exemplo, a renda só foi pesquisada para o ano de 1986; desta forma, a utilização da renda como uma variável independente condicionando as demais variáveis fica impossibilitada pela inexistência da informação). Mas em termos teóricos trata-se de uma relação bastante complexa. Todas as variáveis são de fato interdependentes e a análise estatística de suas interrelações não esgota o estudo do problema em questão. Na realidade este conjunto de variáveis deve ser tomado como um conjunto de indicadores ou "proxies" de um processo - que é o cerne de nossa investigação - que não pode ser tratado por uma única variável estatisticamente pesquisável.

Em resumo, estamos realizando uma pesquisa empírica para captar, no conjunto de variáveis apresentado, indicadores do processo de modernização da pequena produção, mas este em si não se reduz a nenhuma delas em particular.

Por esta razão optamos por não perseguir um modelo fechado em termos estatísticos, contábeis ou econômicos. Acreditamos que a força desta análise está em explicitar, antes, as manifestações da transformação e, em sentido amplo, o conjunto de problemas adjacentes.

Vale observar ainda que este conjunto de variáveis foi coletado na pesquisa de campo com um grau de profundidade diferenciado, o que impede na prática operações analíticas que num primeiro impulso seríamos levados a fazer. Mesmo variáveis que têm a mesma unidade de medida e referência temporal - como é o caso da renda e das despesas correntes de produção, ambas monetárias e correspondentes ao ano de 1986 - não podem ser operadas sem reservas, desde que seus procedimentos de coleta não foram inteiramente homogêneos. Por isto sempre que possível evitamos construir variáveis a partir de informações procedentes de diferentes blocos do questionário.

Se bem que em alguns casos buscaremos definir relações e estimar parâmetros, estes procedimentos não implicam necessariamente em postularmos causalidades teóricas. É perfeitamente possível se tentar estimar o crédito e o capital produtivo necessário para a obtenção de um determinado nível de renda agrícola, sem ignorarmos que o processo de determinação desta renda é muito mais complexo e que a utilização destes ingredientes não esgotam o processo econômico em questão. Tais procedimentos devem ser entendidos como exercícios subsidiários que, apesar de válidos para o esclarecimento de aspectos pontuais, não substituem um tratamento mais complexo e abrangente.

Para finalizar a apresentação destas definições analíticas convém apresentar alguns comentários sobre a que é a principal variável (1) organizadora de nossa análise - a renda.

Como entendemos que o processo de desenvolvimento da pequena produção nos projetos de Reforma Agrária coincide com seu processo de integração na economia capitalista, ou seja, o desenvolvimento de relações mercantis sólidas e iterativas, a renda monetária foi escolhida como a variável-chave em nossa análise. Ela é entendida como a variável que melhor sintetiza o comportamento do parceleiro e, por agregação, do projeto.

É uma variável exclusivamente monetária. Não foram realizadas imputações sobre o auto-consumo para efeito da construção da renda - as imputações realizadas se referem apenas às transações efetivas e serviram, tão somente, para disciplinar o processo de coleta de dados (2).

-
- (1) Todas as variáveis envolvidas na pesquisa estão apresentadas no questionário, no manual de instruções e no próprio relatório.
- (2) A preferência por uma variável inteiramente monetária se liga ao fato de que assim construída a renda também é um indicador de integração com o mercado. Entende-se que a dissolução do complexo rural - a ruptura de um sistema de produção voltada para o auto-consumo onde apenas o excedente é comercializado - se faz acompanhar pela elevação do volume das transações monetárias.

Como a renda só foi apurada para o ano de 1986, todos os exercícios que pressuporiam a renda como uma variável independente e determinante ficaram afastados em um primeiro momento (fazê-los seria supor a renda de 1986 como uma "proxy" das rendas anteriores)

Apesar disto a renda será a principal variável ordenadora da apresentação das demais variáveis. Este procedimento, entretanto, é meramente expositivo e não implica em reconhecimento implícito da determinação da renda sobre as outras variáveis.

Nos casos onde se supõem as determinações das demais variáveis sobre a renda o texto deixa explícita tal hipótese. A princípio esperávamos que todas as variáveis se relacionassem positiva ou negativamente com a renda. Continuamos acreditando nestas relações; entretanto, também sabemos que as informações que estamos manejando nem sempre retratam com fidedignidade as variáveis que teoricamente estamos pensando.

Cabe ainda, para concluir este capítulo, apresentarmos as definições das variáveis que compõem a renda.

VARIÁVEIS DEFINIDAS

Renda Bruta Total (YBT) - definida a partir de todos os ganhos monetários, de qualquer origem. Trata-se de uma variável que agrega a renda de todos os elementos da família do parceleiro que estão ligados ao lote. A composição desta variável é a seguinte:

Renda Agrícola Bruta Total (YABT) - rendimentos derivados da venda dos produtos agrícolas. Esta variável se decompõe em duas partes:

Renda Agrícola Bruta do Lote (YABL) - rendimentos derivados da venda dos produtos agrícolas do lote

Renda Agrícola Bruta Extra Lote (YAB/L) - rendimentos auferidos na venda dos produtos agrícolas produzidos em outras terras que não as do lote.

Renda Bruta do Extrativismo (YBE) - conjunto de rendimentos oriundos de produtos do extrativismo, no lote ou fora dele (lenha, madeira, carvão, castanha, etc)

Renda de Trabalho (W) - são rendimentos obtidos através de trabalho assalariado

Outras Rendas (YK) - são todas as outras formas de rendimentos. Podem ser oriundos de transferências, negócios, aluguéis, etc.

Em resumo temos:

$$YBT = YABT + YBE + W + YK \text{ ou}$$

$$YBT = YABL + YAB/L + YBE + W + YK$$

2. RENDA

Não passa despercebida a qualquer pessoa que visite os projetos de assentamento a diferenciação apresentada pela população ali assentada. Não é raro encontrarmos sítios que, ocupados por uma choupana circundada por uma pequena roça de subsistência e por poucos pequenos animais, fazem vizinhança a outros que apresentam uma boa casa, criações e roças desenvolvidas.

Se os resultados da ocupação dos lotes são percebidos a uma simples visita a um projeto, o que não dizer quando visitamos inúmeros projetos localizados nas mais diferentes situações econômicas e geográficas?

Entretanto, ao contrário dos resultados visíveis, o processo que gera esta segmentação e seu futuro desempenho é difícil de ser apreendido.

A idéia que nos vem à cabeça, de que estamos presenciando o resultado de formas diferentes de integração com a economia capitalista, só pode ser confirmada com a realização de um levantamento técnico-econômico dessas unidades produtivas.

Como entendemos que o processo de desenvolvimento da pequena produção nos projetos de reforma agrária coincide com seu processo de integração na economia capitalista, ou seja, com o desenvolvimento de relações mercantis sólidas e interativas, a renda monetária deve ser escolhida como a variável-chave em nossa análise na medida em que sintetiza o desempenho do parceleiro e, por agregação, do projeto (3).

(3) A renda encontrada se refere ao lote, vale dizer, agrega-se toda e qualquer renda obtida pelos moradores que compõem a família do organizador da produção. Devemos assinalar que não se trata de uma renda imputada e sim uma renda fruto de transações mercantis efetivas. Neste sentido, ao lado da renda, as variáveis que informam o nível de investimento e o capital total aplicado também podem servir de bons indicadores de desempenho e da integração com o mercado, pois são contabilizadas de mesma maneira.

Não é por outro motivo que a mais expressiva informação que sustenta a presente tese está relacionada com o comportamento da renda.

Ao contrário de nossa hipótese inicial, alimentada por uma visão simplista da agricultura e por viés favorável à realização de uma reforma agrária, encontramos uma renda fortemente concentrada. O nível de renda médio, em torno de três salários, que deve ser considerado satisfatório nas condições brasileiras, não pode esconder o problema que está por trás de desigualdade encontrada.

Que os parceleiros deveriam apresentar diferenças em seu desempenho era uma hipótese plausível e central do trabalho, na medida em que a própria pesquisa, com seu questionário e plano tabular, voltava-se para identificar os fatores de desenvolvimento das unidades familiares. Entretanto, o grau em que o fenômeno se apresentou alterou profundamente seu significado.

Neste sentido, encontrar uma renda tão mal distribuída mostra a existência de um processo de modernização diferenciado, que deve ser estudado cuidadosamente.

Não devemos, entretanto, nesta tese, cair na tentação de nos escondermos atrás da reprodução dos dados das pesquisas em que nos baseamos. Os dados existem e foram publicados. Se problemas existem nesta tese, e, sem dúvida, existem muitos, não residem nos números, que prazerosamente instamos os estudiosos a consultá-los nos relatórios de pesquisa citados. Cabe, ao contrário, apresentar sinteticamente as principais conclusões da análise e tentar interpretá-las de forma mais ousada e radical do que foi feito até então.

A investigação sobre a renda dos parceleiros e dos projetos privilegiou três aspectos: o nível, a composição, ou seja, participação dos diferentes componentes - renda agrícola, extrativismo, renda proveniente de salários e outras rendas - e finalmente a distribuição.

No quadro X, apesar da grande variação no nível de renda dos projetos, podemos afirmar que encontramos uma situação adequada na medida em que 16 projetos têm renda superior a 2 salários mínimos e apenas 2 estão abaixo de 1 salário (4).

O quadro XI reforça a idéia anterior, ao informar que em termos médios o nível de renda total é satisfatório - pouco mais de 3 salários mínimos - para a totalidade dos projetos. Podemos ainda perceber que a renda agrícola bruta total (YABT) é a variável mais importante na composição da renda bruta total (YBT) e que a maior parte dela é oriunda do lote (YABL).

Entretanto, quando observamos o quadro X, identificamos grande diversidade de situações, tanto relativamente ao nível da renda bruta total, como à sua composição. Para tentarmos esclarecer alguns pontos relativos ao nível e à composição da renda, optamos por agrupar os projetos por três grupos de renda, como pode ser observado no quadro XII, adiante.

(4) Todos os valores são apresentados em OTN e, em 1986, um salário mínimo anual (M min) equivalia a 89,56 OTN.

QUADRO X

RENDA BRUTA TOTAL MÉDIA E SUA COMPOSIÇÃO POR PROJETOS DIVIDIDOS POR CLASSES DE RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS E ORDENADOS POR RENDA

CLASSES DE RENDA	PRO- JETOS	YBT MÉDIA POR PROJETO (OTN)	YABT (%)	YABL (%)	YBE (%)	YW (%)	YK (%)
YBT < 2	PE06	79,64	64,25	52,64	1,60	33,11	1,02
	GR03	80,58	50,09	43,94	2,04	47,85	-
	ME09	98,21	86,66	79,43	-	10,94	2,39
	GR05	100,78	62,87	59,57	19,80	16,02	1,30
	PE08	105,18	91,85	91,85	-	8,14	-
	ME04	120,56	81,20	66,81	-	16,71	2,08
	ME01	126,66	89,72	89,72	-	10,27	-
	PE07	162,22	67,28	65,89	-	25,60	7,11
	GR01	164,80	86,48	81,51	4,35	5,21	3,93
	PE09	170,68	47,61	47,31	5,00	43,36	4,00
2 < YBT < 4	ME07	190,82	61,43	52,85	-	26,72	11,83
	ME06	194,54	66,93	60,17	-	24,62	8,43
	ME02	202,06	39,57	35,22	-	42,46	17,95
	GR06	220,08	90,12	76,55	-	5,31	3,89
	PE02	229,31	100,00	100,00	-	-	-
	ME05	232,36	74,77	65,87	0,02	21,55	3,65
	PE01	237,33	96,65	96,65	-	3,34	-
4 < YBT	GR04	364,33	27,35	24,29	0,88	28,08	43,67
	PE03	395,76	100,00	100,00	-	-	-
	ME10	410,23	94,87	88,89	-	4,90	0,21
	ME03	421,30	92,51	89,53	-	6,14	1,33
	PE04	468,80	98,56	93,87	-	1,43	-
	PE05	513,89	99,74	98,71	-	0,25	-
	GR02	555,73	32,30	24,03	0,53	31,03	36,12
	GR07	686,73	93,75	59,43	-	5,44	0,79
	ME08	978,54	99,51	87,92	-	0,48	-

Fonte: BNDES (1990)

(*) 1 OTN corresponde a aproximadamente US\$ 8.

QUADRO XI

RENDA BRUTA TOTAL MÉDIA (YBT) E SUA COMPOSIÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR MÉDIO OTN	PARTICIPAÇÃO %
Renda bruta total (YBT)	295,33	100,00
Renda agrícola bruta total (YABT)	221,90	75,14
Renda agrícola do lote (YABL)	189,54	64,18
Renda de extrativismo (YBE)	2,47	0,84
Renda de salários (W)	41,65	14,10
Outras rendas (YK)	29,30	9,92

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XII

RENDA BRUTA TOTAL MÉDIA E SUA COMPOSIÇÃO PARA OS PROJETOS
DIVIDIDOS SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA BRUTA TOTAL

PROJETOS SEGUNDO YBT MÉDIA EM Wmin (nº de projetos)	YBT OTN (%)	YABT OTN (%)	YABL OTN (%)	YBE OTN (%)	W OTN (%)	YK OTN (%)
YBT < 2 (10)	116,25 (100,00)	86,59 (74,49)	80,59 (69,03)	5,19 (4,47)	21,86 (18,80)	2,61 (2,24)
2 < YBT < 4 (7)	210,98 (100,00)	152,77 (72,41)	135,02 (64,00)	0,01 (0,00)	42,10 (19,95)	16,09 (7,63)
YBT > 4 (9)	550,40 (100,00)	418,31 (76,00)	346,89 (63,03)	1,14 (0,21)	63,20 (11,48)	67,75 (12,31)

FONTE: BNDES (1990)

Antes de apresentarmos as conclusões que os dados nos impuseram, convém explicitar as hipóteses que estávamos manejando ao iniciarmos a análise. Talvez a principal delas fosse a que supunha ser a participação da renda agrícola diretamente relacionada com o nível de renda total. O que estava por trás desta suposição é facilmente explicável. Sendo as duas principais componentes da renda do pequeno produtor originadas pelas atividades agrícolas e as do trabalho assalariado, hipótese plenamente comprovada pelos dados apresentados no quadro XI, e sendo o trabalho (basicamente não-qualificado) e sua remuneração (próxima do salário mínimo) homogêneos, a diferenciação da renda total dependeria basicamente da extensão da atividade agrícola, nem tanto da intensidade. Por esta razão, também pressupúnhamos ser a renda agrícola oriunda do exterior do lote um atributo ligado às rendas mais elevadas.

Todos estes apriorismos foram derrubados quando da verificação empírica. O que os dados indicam é que não podemos afirmar nenhuma regra - nem as que pensávamos nem seus contrários, ou ainda, quaisquer outras do mesmo tipo - que relacione nível e composição de renda.

Observando os quadros XII, X e XIII, podemos extrair evidências da inexistência de relações entre nível e composição da renda. O quadro XII apresenta informações mais agregadas, médias por classe de renda; o quadro X apresenta dados médios por projeto e o quadro XIII médias por decis, portanto, dados menos agregados.

Conforme pode ser observado, não encontramos nenhuma das relações esperadas entre o nível de renda e as suas componentes. A renda agrícola total (YABT) não aumenta sua participação com o nível de renda (ver quadro XII), além do mais apresenta grande diversidade e nenhuma tendência crescente ao longo do quadro X. O quadro XIII também pode ser invocado como testemunha. A renda agrícola do lote (YABL) também não diminui, significativamente, com o nível de renda (ver quadro XII). Além do mais, quando olhamos os quadros X e XIII fica clara a inexistência de tendências.

QUADRO XIII

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS RENDAS AGRÍCOLA TOTAL E DO LOTE NA RENDA TOTAL, POR DECIL DE POPULAÇÃO ORDENADA SEGUNDO A RENDA TOTAL (PROJETOS ORDENADOS POR TAMANHO)

PROJETO	YABT/YBT (%)				YABL/YBT (%)			
	1º	2º	9º	10º	1º	2º	9º	10º
PE02	100	100	100	100	100	100	100	100
PE03	100	100	100	100	100	100	100	100
PE01	100	100	100	86	100	100	100	86
PE04	100	100	100	93	100	100	95	77
PE07	65	29	79	55	65	29	79	55
PE08	100	73	96	99	100	73	96	99
PE05	100	96	100	100	100	96	97	100
PE06	100	100	64	79	-	100	64	57
PE09	83	71	74	36	83	71	74	36
ME05	86	40	83	80	54	40	53	76
ME06	86	74	54	90	86	72	46	78
ME07	83	52	53	71	83	52	48	56
ME03	99	100	81	98	58	67	79	96
ME04	100	88	82	100	100	80	75	80
ME10	100	82	98	96	100	82	93	84
ME01	-	75	98	100	-	75	98	100
ME09	92	90	64	96	92	87	52	92
ME02	75	46	41	29	68	46	22	29
ME08	100	90	100	100	100	70	98	76
GR07	60	97	95	96	60	97	90	30
GR01	70	86	82	85	45	80	81	83
GR06	80	88	94	90	73	70	76	77
GR02	-	65	20	27	-	65	20	15
GR04	77	40	34	22	68	38	30	20
GR05	-	7	66	72	-	7	64	65
GR03	-	-	59	39	-	-	53	30

FONTE: BNDES (1990)

Com relação a componente salários também não encontramos as relações esperadas. Além do que, constatamos que apenas 12 projetos têm nos salários uma participação que arbitramos significativa (mais do que 15%, que é a porcentagem dos salários na renda total do conjunto de projetos estudados). Mesmo para este subconjunto estudado separadamente não foi constatada nenhuma relação. A análise dos decis também nada indicou.

A componente outras rendas, que no quadro XII parece ter um comportamento consistente com a hipótese de que os mais ricos teriam outras fontes de renda mais significativa, também nada apresentou. Observando o quadro X constatava-se que apenas 4 projetos apresentam alguma relevância, o que nos faz interpretar o resultado apresentado no quadro XII como puro acaso.

Todas estas relações envolvendo nível e composição foram investigadas relacionando-as com o tamanho dos projetos, que em nenhum momento mostrou-se relevante na explicação de qualquer comportamento.

Em resumo, não confirmamos nenhuma das hipóteses que intuitivamente manejávamos, nem encontramos resultados que nos permitissem formular outras da mesma natureza. O aumento da renda total como fruto de uma maior participação da renda agrícola não aconteceu. A participação das componentes da renda agrícola - do lote e fora dele - também não apresentou nenhuma tendência nítida. Os salários não diminuíram sua participação nos níveis de renda mais elevados. O aumento da participação de outras rendas, segundo o nível de renda total também não ocorreu. Todas estas hipóteses baseavam-se na idéia de homogeneidade técnica entre os parceleiros e crescimento extensivo da atividade agrícola uma vez estruturada. Hipóteses que, como vimos, mostraram sua fragilidade nem bem iniciamos a análise dos dados.

Se por um lado perdemos nossas hipóteses iniciais de trabalho analisando o nível e a composição da renda, ao estudarmos sua distribuição encontramos outras relativas à forte

e rápida diferenciação que atinge a população rural brasileira, ocorrendo, de forma privilegiada para a observação, dentro dos projetos de reforma agrária.

Os dados sobre a repartição da renda são, por si só, eloquentes. Passamos a analisá-los.

Conforme havíamos apurado, a renda total média para os parceleiros envolvidos nessa pesquisa parece ser razoável: cerca de 3 salários mínimos. Não obstante, ela não é igualmente distribuída no interior dos projetos. Construimos, inicialmente, o quadro XIV, onde os parceleiros de cada projeto se distribuem segundo sua renda total média, medida em salários mínimos. O resultado, como pode ser observado, é que na maioria dos projetos existe grande concentração de população (vale dizer, de parceleiros) nas primeiras faixas de renda, equivalentes a até 2 salários mínimos.

Mais uma vez, para termos noção do conjunto dos projetos, agregamos os parceleiros por faixa, ao final do quadro XIV, obtendo o seguinte resultado: 36% do total dos parceleiros estudados ganham menos de 1 salário mínimo e 58% dessa população ganham menos de 2 salários mínimos.

A observação desses dados começa a relativizar a afirmação de que a renda média dos projetos é satisfatória. Prosseguindo, portanto, na investigação da distribuição da renda no interior dos projetos, construimos o quadro XV, onde os parceleiros de cada projeto são separados, conforme já explicitado, por decis de população ordenada segundo a renda bruta. Para cada decil é calculada a porcentagem da renda bruta detida pelo decil sobre a totalidade de renda obtida pelo projeto. Calculamos, também, a porcentagem de renda detida pelos 50% mais pobres e, finalmente, na última coluna do quadro, calculamos o índice que compara a renda dos 10% mais ricos com a dos 50% mais pobres.

QUADRO XIV

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO, EM PORCENTAGEM, POR CLASSES DE RENDA BRUTA TOTAL NOS PROJETOS ORDENADOS PELO TAMANHO

YBT em	0 - 1		1 - 2		2 - 3		3 - 4		4 - 5		5 - 6		6 --
Wmin													
PE02	-	30,0	50,0	10,0	-	-	10,0	-	-	-	-	-	10,0
PE03	-	13,3	20,0	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	13,3	26,8
PE01	12,5	31,2	6,2	18,8	31,3	-	-	-	-	-	-	-	-
PE04	9,5	4,8	9,5	14,3	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	9,5	42,9
PE07	33,3	33,3	11,1	22,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE08	70,4	3,7	18,5	3,7	-	-	-	-	-	-	-	-	3,7
PE05	-	3,4	13,8	13,8	17,3	10,3	41,4	-	-	-	-	-	-
PE06	69,6	23,9	-	4,3	-	-	2,2	-	-	-	-	-	-
PE09	22,8	45,5	13,6	9,1	4,5	4,5	-	-	-	-	-	-	-
ME05	28,3	28,3	18,3	8,3	-	5,0	11,7	-	-	-	-	-	-
ME06	42,9	25,4	17,5	4,8	3,2	-	6,3	-	-	-	-	-	-
ME07	32,8	34,4	13,0	6,6	6,6	-	6,6	-	-	-	-	-	-
ME03	33,3	20,0	15,0	18,3	5,0	1,7	6,7	-	-	-	-	-	-
ME04	65,0	15,0	5,0	5,0	6,7	-	3,3	-	-	-	-	-	-
ME10	10,0	13,3	13,3	13,3	11,7	15,0	23,4	-	-	-	-	-	-
ME01	55,0	26,7	5,0	3,3	5,0	3,3	1,7	-	-	-	-	-	-
ME09	61,6	26,6	6,7	1,7	1,7	-	1,7	-	-	-	-	-	-
ME02	45,0	26,7	10,0	1,7	3,3	5,0	8,3	-	-	-	-	-	-
ME08	11,8	8,3	8,3	3,3	10,0	8,3	30,0	-	-	-	-	-	-
GR07	9,0	11,0	12,0	14,0	10,0	10,0	34,0	-	-	-	-	-	-
GR01	38,0	31,0	14,0	8,0	2,0	1,0	6,0	-	-	-	-	-	-
GR06	5,0	40,0	33,0	12,0	4,0	4,0	2,0	-	-	-	-	-	-
GR02	29,0	19,0	9,0	8,0	4,0	9,0	22,0	-	-	-	-	-	-
GR04	16,0	29,0	10,0	20,0	6,0	5,0	14,0	-	-	-	-	-	-
GR05	67,0	19,0	6,0	4,0	2,0	-	2,0	-	-	-	-	-	-
GR03	73,0	11,0	9,0	3,0	2,0	1,0	1,0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	35,6	22,3	12,3	8,8	5,1	4,0	11,9	-	-	-	-	-	-

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XV

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA BRUTA TOTAL (YBT) POR
DECIS NOS PROJETOS ORDENADOS PELO TAMANHO

PROJETO	DISTRIBUIÇÃO DA RENDA POR DECIS, EM %					índice 10% +
	1º	2º	9º	10º	50% menos	50% -
PE02	5,65	5,65	13,03	25,16	34,36	0,73
PE03	5,50	7,94	18,63	22,48	34,39	0,65
PE01	3,72	5,67	19,51	21,63	25,09	0,86
PE04	1,15	3,76	14,41	19,68	30,57	0,64
PE07	2,76	3,67	20,98	24,03	24,29	0,99
PE08	0,35	1,74	20,50	41,69	13,77	3,03
PE05	4,18	5,64	14,99	19,39	33,81	0,57
PE06	0,08	0,63	18,51	41,12	13,33	3,08
PE09	2,03	2,66	17,50	23,92	24,70	0,97
ME05	0,52	2,18	19,60	33,53	18,28	1,83
ME06	0,63	1,84	13,77	46,48	14,54	3,20
ME07	2,11	3,37	17,28	32,60	21,28	1,53
ME03	0,33	1,15	8,28	65,67	8,58	7,65
ME04	0,42	1,40	20,82	44,66	11,73	3,81
ME10	0,55	3,26	15,48	27,53	22,99	1,20
ME01	0,09	1,13	19,70	40,31	11,87	3,40
ME09	1,53	3,28	16,67	32,34	21,13	1,53
ME02	0,55	1,59	19,33	43,28	13,53	3,20
ME08	0,31	1,38	20,35	34,47	13,12	2,63
GR07	0,75	1,92	14,71	46,46	14,92	3,11
GR01	0,89	2,62	17,17	33,63	18,99	1,77
GR06	3,61	5,49	13,98	22,96	31,59	0,73
GR02	-	0,25	14,74	58,42	6,24	9,36
GR04	0,65	2,42	15,79	44,85	15,89	2,82
GR05	-	0,85	17,08	41,47	14,28	2,90
GR03	-	-	21,95	44,34	5,83	7,61
T O T A L (M É D I A)						2,68

FONTE: BNDES (1990)

Observando apenas os quatro decis, verificamos que todos os projetos, sem exceção, apresentam grande concentração de renda nos 2 decis mais ricos; da mesma forma, a concentração fica nítida quando observamos a renda detida pelos 50% mais pobres: no melhor dos casos, eles detêm 34% da renda total, mas não chegam a obter 6% dela, no caso mais dramático. O índice da última coluna ajuda a medir a concentração de renda, já que ele é o resultado da divisão da renda dos 10% mais ricos pela dos 50% mais pobres. Mais uma vez, para termos idéia do quadro geral representado por estes projetos, calculamos o índice médio para a totalidade deles, que se situou em 2,68. É óbvio que estas relações tenderiam a se agravar, caso trabalhássemos com uma parcela menor de pobres - os 10% mais pobres ou os 20% mais pobres, por exemplo. Optamos por não fazê-lo, na medida em que há parceleiros cuja renda é irrisória simplesmente por terem eles recém-chegado ao lote; eles não necessariamente permanecerão pobres nos próximos anos; este efeito é diluído ou minimizado quando tomamos os 50% mais pobres.

Verificamos ainda se existia relação entre a concentração e o nível de renda, bem como entre ela e o tamanho dos projetos. Nos dois casos, não podemos afirmar que exista.

Com relação à concentração das componentes da renda bruta total, encontramos na renda agrícola um grau de concentração semelhante ao da renda total, o que revela, aparentemente, que a diferenciação dos parceleiros se faz através da própria atividade agrícola por eles exercida. Com relação aos salários, encontramos concentração nos decis mais ricos (e não nos mais pobres, como originalmente pensávamos), não obstante, esta concentração é em sua grande maioria menor do que as encontradas na renda agrícola e total.

Assim sendo, damos por encerrada a análise da variável renda, cujas principais conclusões informam que a renda bruta total média dos projetos, de pouco mais de 3 salários mínimos, seria satisfatória, não estivesse ela demasiadamente concentrada: cerca de 58% da população recebem menos de 2 salários mínimos; aproximadamente 75% da renda total são oriundos da atividade agrícola, exercida principalmente (85%) no interior dos lotes; a essa renda agrícola se deve a concentração da renda bruta total, que se verifica igualmente em projetos de todos os níveis de renda. Finalmente, também em termos de

composição, não aparecem tendências relacionando o nível de renda bruta à participação de renda agrícola ou salários, seja a nível dos projetos, seja a nível dos indivíduos que os integram. O porte do projeto, ou seja, o fato de ele ser pequeno, médio ou grande, aparentemente também não determina nenhuma relação com o nível da renda bruta total, sua composição ou concentração.

É difícil a partir de poucos dados preliminares elaborarmos conclusões definitivas. Entretanto, arriscamos dizer que as tabulações preliminares estão apontando na direção, já detectada em estudos anteriores (5), de que os projetos de Reforma Agrária, mesmo quando em termos médios apresentam resultados satisfatórios, desenvolvem em seu interior forte heterogeneidade, em que, a nosso ver, está a raiz de sua futura desestruturação.

Uma vez constatada a diferenciação dos parceleiros segundo a renda, devemos concentrar nossa atenção naquelas variáveis que podem explicar tal situação.

(5) (Braz, 1986)

3. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Trataremos inicialmente da assistência técnica, sem que isto signifique privilegiá-la com relação a outras que virão a seguir.

Em que pese a exigüidade das informações levantadas, que se resumem na existência de assistência técnica, sua periodicidade e a opinião por parte do parceleiro sobre sua adequabilidade, os resultados encontrados não poderiam ter sido mais expressivos.

Ao contrário do que seria esperado, a assistência técnica não apresentou nenhuma relação com o desempenho global dos parceleiros e, especialmente, com o rendimento oriundo das atividades agropecuárias.

Isto coloca em xeque uma das mais fortes idéias para se viabilizar uma reforma agrária nos dias atuais. É comum dizer-se que não basta dar a terra, sendo mais que necessário fornecer outras condições para o produtor rural, entre elas a assistência técnica. Entretanto, o que os dados nos indicaram é que a assistência técnica real, a que existia e foi fornecida (e não uma idealizada), não cumpre papel relevante na promoção do produtor rural dentro dos projetos de reforma agrária.

Os fatos de que a maioria da população investigada (55%) não tivera assistência técnica, que a maior parte dos que a receberam consideraram-na satisfatória (87%) e, ainda, que existe grande variedade entre os projetos pesquisados no que tange à parcela da população que obteve assistência técnica, perdem relevância ao constatarmos a inexistência de relação com o desempenho, tanto a nível de projetos (quadro XVI), quanto a nível de parceleiros (quadro XVII).

Os quadros abaixo sintetizam as principais informações que justificam nossas conclusões, cabendo ainda registrar que, com relação à periodicidade, não aprofundamos a investigação devido ao fato já citado de que aqueles que receberam assistência técnica consideraram-se bem atendidos.

QUADRO XVI

DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS SEGUNDO A PARCELA DA
POPULAÇÃO COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E A YABT

YABT EM OTN	POPULAÇÃO COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA (X)					TOTAL
	0 -I 20	20 -I 40	40 -I 60	60 -I 80	80 -I 100	
0 --I 100	3	2	1	2	1	9
100 --I 150	1	-	1	1	2	5
150 --I 200	2	-	-	-	1	3
200 --I 250	-	1	-	-	1	2
250 --I 400	2	-	-	-	1	3
400 --	1	-	-	1	2	4
TOTAL	9	3	2	4	8	26

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XVII
RESUMO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
(PROJETOS ORDENADOS SEGUNDO O TAMANHO)

PROJETO	Nº	% DA POPULAÇÃO COM A.T.	PERÍODO- CIDADE MÉDIA EM DIAS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS DECIS SEGUNDO A RENDA TOTAL (%)					ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS DECIS SEGUNDO A RENDA AGRÍCOLA (%)				
				1º D	2º D	9º D	10º D	50%	1º D	2º D	9º D	10º D	
				PE02	10	100,0	30	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PE03	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PE01	16	25,0	45	100,0	50,0	-	-	50,0	100,0	50,0	-	-	-
PE04	21	71,4	91	-	100,0	50,0	100,0	81,8	-	100,0	50,0	100,0	-
PE07	27	85,2	73	66,7	100,0	100,0	100,0	92,9	100,0	66,7	33,3	100,0	-
PE08	27	29,6	64	-	-	33,3	100,0	28,6	-	-	-	100,0	-
PE05	29	100,0	30	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
PE06	46	43,5	76	60,0	40,0	40,0	20,0	47,8	80,0	60,0	40,0	20,0	-
PE09	22	95,5	17	100,0	100,0	100,0	100,0	90,9	100,0	50,0	100,0	100,0	-
ME05	60	91,7	09	66,7	100,0	100,0	83,3	86,7	83,3	83,3	83,3	100,0	-
ME06	63	74,6	26	83,3	66,7	66,7	83,3	81,3	100,0	50,0	66,7	83,3	-
ME07	61	52,5	69	66,7	16,7	50,0	83,3	41,9	33,3	66,7	50,0	100,0	-
ME03	60	16,7	51	-	16,7	33,3	16,7	16,7	33,3	50,0	16,7	16,7	-
ME04	60	3,3	30	16,7	16,7	-	-	6,7	16,7	16,7	-	-	-
ME10	60	93,3	18	100,0	83,3	66,7	100,0	96,7	100,0	83,3	83,3	83,3	-
ME01	60	1,7	30	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ME09	60	71,7	156	50,0	83,3	66,7	100,0	70,0	50,0	50,0	66,7	100,0	-
ME02	60	21,7	166	16,7	33,3	16,7	66,7	23,3	16,7	16,7	16,7	50,0	-
ME08	60	8,3	07	-	-	33,3	16,7	3,3	-	-	33,3	16,7	-
GR07	100	89,0	28	70,0	90,0	90,0	70,0	88,0	70,0	80,0	90,0	70,0	-
GR01	100	97,0	11	80,0	100,0	100,0	100,0	94,0	80,0	100,0	100,0	100,0	-
GR06	100	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GR02	100	19,0	114	10,0	10,0	20,0	20,0	10,0	-	10,0	40,0	40,0	-
GR04	100	69,0	12	70,0	90,0	60,0	50,0	84,0	60,0	60,0	30,0	50,0	-
GR05	100	2,0	273	-	-	10,0	10,0	-	-	-	20,0	10,0	-
GR03	100	1,0	30	-	-	-	-	2,0	-	-	-	-	-

FONTE: BNDES (1990)

Por último, convém registrar que, mais uma vez, tentamos verificar se a variável se diferencia segundo o tamanho do projeto. Esperávamos que o número de lotes de alguma forma estaria ligado ao exercício da atividade de extensão, o que não ocorreu. Entretanto, essa realidade não nos deve surpreender, face ao mecanismo de funcionamento dos órgãos prestadores de assistência técnica aos projetos de reforma agrária. Via de regra vamos encontrar os órgãos presentes nos locais dos projetos, mas parece não haver obrigatoriedade para a prestação desse serviço, ficando a cargo do técnico que lá trabalha "decidir" se presta ou não a assistência. Encontramos desde excelentes técnicos, com grande dedicação, que realmente se interessam e buscam de alguma forma ajudar os parceleiros, até aqueles "técnicos de escritório", que sequer sabem a localização de determinados projetos situados em sua área de atuação.

4. CRÉDITO

O crédito é outra das variáveis que são apontadas como condição de uma reforma agrária bem sucedida. Ao lado da assistência técnica é tido como um instrumento poderoso na modernização da produção agrícola. Boa parte das críticas que se fazem ao desenvolvimento agrícola das últimas décadas - corretamente denominada "modernização conservadora" - reside, não só na manutenção da estrutura fundiária, como também na existência de um sistema de crédito concentrador e não apropriado à modernização da pequena produção (6).

Portanto é imprescindível para o avanço de nosso argumento que façamos um estudo sobre a atuação do crédito no interior dos projetos estudados. Entretanto devemos manter nosso propósito de não abusarmos da reprodução dos dados oriundos do relatório de pesquisa em que nos baseamos.

Para simplificar a exposição da variável crédito, que na pesquisa concentrou-se em dois momentos - na chegada dos parceiros e no ano base da pesquisa, 1986 -, vamos resumir as principais conclusões tratando, inicialmente, dos aspectos referentes à presença do sistema de crédito nos projetos e, depois, estudando a relação do crédito com a renda dos projetos e dos parceiros.

Apesar de não podermos considerar satisfatória a situação da oferta de crédito nos projetos de reforma agrária em termos de volume e cobertura, simultaneamente, foi com surpresa que constatamos que o crédito está presente para os parceiros destes projetos desde o momento de sua chegada. E, mais ainda, é visível que o sistema amplia sua cobertura ao longo do tempo, apesar de não aumentar significativamente o volume total disponí-

(6) (Rezende, 1988, 95)

vel (7). Os problemas mais agudos de má cobertura e escassez de crédito explicam-se em quase sua totalidade (5 entre 6 casos) (8) pela localização dos projetos (todos 5 de colonização e situados nas regiões norte e centro-oeste) e pela inexistência de postos bancários. Nos demais casos (os 20 restantes) o sistema existe e é utilizado por uma parcela significativa da população.

Logo no ano de chegada, 318 parceleiros, cerca de 21%, receberam um crédito médio de 229,22 OTN. É verdade que o índice de cobertura por projeto varia demasiadamente, de modo que apenas 7 projetos tiveram mais da metade de sua população contemplada por financiamento. O crédito médio por projeto também apresenta grandes variações. E por isso, se arbitrarmos em 100 OTN um número limite a partir do qual se define como satisfatório o volume individual médio de crédito, vamos encontrar 12 projetos com crédito médio acima deste limite. Atendendo, simultaneamente, o critério de cobertura e de crédito médio temos 5 projetos tão somente.

Os Bancos oficiais foram absolutos na oferta desses recursos, situando-se sua participação em 93%. O custeio, 92%, foi o destino preponderante.

Em 1986, ano da pesquisa, 482 parceleiros, 32% do total, receberam um crédito médio de 154,39 OTN. Agora 9 projetos tiveram mais da metade de sua população contemplada por financiamento. Acima de 100 OTN de crédito médio vamos encontrar 15 projetos. Superando os dois limites encontramos 6 projetos.

(7) Até que ponto isto é devido à política geral de crédito agrícola que restringiu o crédito neste período (Rezende, 1988, 20-21) é uma indagação a que não podemos responder definitivamente no âmbito deste trabalho.

(8) Destes 6 projetos, 3 tiveram apenas 1 caso de financiamento, 2 tiveram 2 casos e o sexto apenas 4.

Com relação às fontes de crédito o quadro não muda, com os bancos oficiais respondendo por 96% do crédito ofertado. Com relação aos usos, o custeio, apesar de preponderante, cai para 80%, refletindo o apoio do crédito, discreto, é verdade (9), à formação de capital.

Os dados acima são suficientes para sustentarmos que, apesar de não haver acréscimo significativo no volume de crédito para os projetos (no 1º ano temos 72.891,96 OTN e em 1986 temos 74.415,98), houve avanço do ponto de vista da cobertura.

Entretanto, se compararmos os dados referentes ao ano de 1986, entre o total dos projetos e o subconjunto dos 20 projetos, onde o sistema de crédito, de fato, existe (isto é, vamos retirar os seis projetos que praticamente não têm crédito), os dados de cobertura se apresentam significativamente melhorados, embora a oferta global de crédito continue a ser um problema. Para os 20 projetos citados, praticamente a metade dos parceleiros (49,2%) receberam crédito.

Se do ponto de vista dos parceleiros que receberam crédito não existe nenhuma grande revelação na comparação dos dois conjuntos de projetos, com referência aos parceleiros que não receberam crédito, o resultado é, no mínimo, curioso.

Para o total dos projetos, a "ausência de título de propriedade" é o principal impedimento ao financiamento, seguido da "ausência de necessidade" e de enigmáticos "outros motivos". Para o subconjunto dos 20 projetos onde o crédito é disseminado, os "outros motivos" se apresentam como o principal impedimento, seguido por "ausência de necessidade". A falta de titulação vem em terceiro lugar. O que deve ser notado é que deve haver um fator de ordem subjetiva nas respostas "outros" e "ausência de necessidade", que mantém uma parcela significativa da população afastada do sistema de crédito. Talvez o estudo da relação entre o crédito e a renda poderá esclarecer, pelo menos parcialmente, este aspecto.

(9) O volume de financiamento ao investimento em relação ao investimento total situa-se em torno de 8%.

Talvez uma das passagens mais problemáticas desta tese resida na análise da relação entre o crédito e a renda.

Os dados evidenciam que renda e crédito caminham juntos quando analisamos os dados agregados por projetos e desagregados por parceleiros.

O que devemos investigar é a natureza desta relação evidente e este é um ponto central para a questão que estamos tratando. Pois se o crédito é um instrumento fundamental para a determinação da renda agrícola, o aperfeiçoamento do sistema poderá ser individualmente, talvez, a principal medida que garante a implementação de uma reforma agrária do tipo que estamos estudando - baseada na distribuição de lotes familiares.

Infelizmente, não podemos neste trabalho chegar a um resultado definitivo e esclarecedor sobre este aspecto crucial. Aqui deparamos com um daqueles problemas a que nos referimos na introdução: que nos faltam informações adicionais, bem como nos faltam meios materiais para realizarmos uma análise estatística mais rigorosa.

Entretanto, usando uma estatística elementar e solicitando um quanto de boa vontade e intuição do leitor, tentaremos dar uma resposta mesmo que precária para tal problema e, para tanto, mesmo contra nossa intenção, abusaremos da apresentação de informações do relatório de pesquisa.

Os quadros XVIII e XIX apontam para o fato de que os assentamentos com maior renda, total no quadro XVIII e agrícola no XIX, tendem tanto a concentrar a maior porção do valor total concedido como a apresentar maiores parcelas de população com acesso a crédito (melhor cobertura) além de seu crédito médio ser mais elevado que os demais. E devemos observar que os grupos de projetos se diferenciam mais pelo crédito médio do que pela cobertura.

QUADRO XVIII

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS PARA OS
PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA BRUTA

YBT EM W MÍNIMO	Nº PROJETOS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)	PARCELA DA POPULAÇÃO QUE TEVE ACESSO AO CRÉDITO(%)	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS (%)	CRÉDITO MÉDIO PARA OS QUE OBTIVERAM CRÉDITO (OTN)
YBT < 2	10	39,7	28,7	19,5	83,73
2 < YBT < 4	7	24,4	30,0	17,4	116,88
YBT > 4	9	35,9	36,3	63,1	239,57

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XIX

DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS PARA OS PROJETOS
DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA AGRÍCOLA

YABT EM W MÍNIMO	Nº PROJETOS	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO (%)	PARCELA DA POPULAÇÃO QUE TEVE ACESSO AO CRÉDITO(%)	DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS (%)	CRÉDITO MÉDIO PARA OS QUE OBTIVERAM CRÉDITO (OTN)
YABT < 2	15	62,4	27,8	31,6	89,47
2 < YABT < 4	4	14,9	10,2	5,8	187,92
YABT > 4	7	22,7	56,8	62,6	237,55

FONTE: BNDES (1990)

Estes quadros refeitos retirando-se os 6 projetos atípicos que mencionamos mantêm as conclusões acima com exceção da taxa de cobertura que neste caso não se amplia, nem diminui com o nível de renda.

QUADRO XX
RESUMO DE ACESSO A CRÉDITO

PRO- JETO	Nº	TDT	IX DA PO- PULAÇÃO	ICRÉD. MÉDIO	ICRÉDITO	DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS POR					DISTRIB. DE CRÉDITOS POR NECIS				
						DECIS SEGUNDO A RENDA BRUTA (X)					SEGUNDO A RENDA AGRÍCOLA (X)				
						1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
		(OTN)	ICRESSO A	ICENEM	CRI-ICELEIRO	DECIL	DECIL	DECIL	DECIL	MEMOS	DECIL	DECIL	DECIL	DECIL	MEMOS
			ICRÉDITO	BITO	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)	(OTN)
PE02	10	229,31	100,0	241,34	241,34	10,0	10,0	10,0	10,0	50,0	10,0	10,0	10,0	10,0	50,0
PE03	15	395,76	66,0	112,00	67,68	-	-	25,7	26,3	26,7	-	-	25,7	26,3	26,7
PE01	16	238,16	62,5	155,17	96,98	17,8	14,3	9,1	11,7	59,9	17,8	14,4	13,3	20,8	59,9
PE04	21	484,94	61,9	160,10	99,11	0,9	-	12,7	10,4	24,3	0,9	-	12,7	10,4	24,3
PE07	27	162,22	33,3	96,32	47,16	2,8	0,0	37,5	3,3	22,1	-	0,0	35,5	37,5	9,3
PE08	27	105,19	22,2	172,60	30,13	-	0,4	3,1	92,1	0,4	-	0,4	-	92,1	4,8
PE05	29	350,06	86,2	129,09	111,28	10,6	8,6	16,1	13,7	43,3	6,4	12,8	16,1	13,7	43,3
PE06	46	101,15	50,0	13,64	6,82	2,9	11,9	5,6	23,6	47,9	8,6	5,7	5,7	20,5	40,6
PE09	22	183,97	50,0	69,00	64,10	5,1	4,2	13,7	50,6	31,5	38,4	-	2,5	25,9	66,7
NE05	60	220,13	56,7	93,70	53,10	0,7	0,6	24,5	17,3	23,1	2,1	1,0	22,4	27,8	18,0
NE06	63	162,88	44,4	82,32	36,58	0,9	3,2	26,1	37,7	17,3	-	0,8	12,8	43,7	9,5
NE07	61	194,97	36,1	97,83	35,28	2,9	2,6	18,2	39,5	15,1	-	3,3	10,7	40,5	11,0
NE03	60	214,28	33,3	103,92	34,64	1,6	14,5	18,1	13,7	25,7	1,2	3,4	11,5	21,4	25,7
NE04	60	125,00	26,7	125,27	33,40	1,4	-	22,6	57,8	8,2	-	-	25,8	57,8	8,2
NE10	60	394,22	78,3	126,98	99,47	3,1	4,3	14,6	27,8	20,3	2,1	4,6	18,3	28,0	20,1
NE01	60	164,68	1,7	140,97	2,34	100,0	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0
NE09	60	117,24	20,0	49,13	9,82	11,2	19,8	5,3	32,9	41,4	-	11,2	-	32,9	41,4
NE02	60	214,12	8,3	239,28	19,94	-	-	18,9	57,3	3,5	-	-	20,3	76,2	-
NE08	60	558,92	28,3	818,49	231,91	-	-	39,0	6,9	19,9	-	-	39,0	6,9	19,9
GR07	100	610,15	65,0	293,96	151,23	2,2	3,4	14,4	44,2	17,1	2,9	1,8	11,8	46,8	16,8
GR01	100	386,68	89,0	87,19	77,59	6,7	8,9	10,8	13,2	44,8	5,2	9,2	10,8	13,8	46,6
GR06	100	231,16	2,0	84,58	1,69	-	-	-	-	100,0	-	-	-	-	44,4
GR02	100	537,16	1,0	107,96	1,87	-	-	100,0	-	-	-	-	-	-	-
GR04	100	378,55	1,0	206,76	2,06	100,0	-	-	-	100,0	100,0	-	-	-	100,0
GR05	100	98,35	4,0	92,40	3,69	-	30,6	-	44,6	43,9	-	-	-	44,6	43,9
GR03	100	86,73	2,0	119,04	3,57	-	-	-	-	79,0	-	-	-	-	79,0

FONTE: BNDES (1990)

No quadro XX acima apresentamos a distribuição do crédito no ano de 1986 pelos decis da população ordenada segundo a renda total e agrícola por projetos.

Fica evidente a concentração de crédito nas mãos da população com maior renda tanto agrícola quanto total.

Com estes poucos dados já podemos entretanto fazer uma observação sobre um ponto que nos parece interessante. Em variáveis estritamente ligadas às atividade agrícola, é de se esperar que sua relação com a renda se acentue quando analisamos apenas a parcela agrícola da renda total. Isto não é percebido nos três quadros anteriores.

Está claro neste ponto que nossa questão reside no sentido de determinação destas variáveis. Para enfrentar, toscamente, é verdade, este problema, vamos nos apoiar no quadro XXI que nos informa os índices de concentração do crédito nos vinte por cento parceiros mais ricos em relação aos 50% mais pobres de cada projeto.

Comparando os dados para o ano de 1986, percebemos que apenas em 6 projetos o indicador de concentração de crédito é significativamente maior na renda agrícola do que na total. Aliás, quase o mesmo número de projetos (cinco) em que justamente o contrario acontece - maior concentração de crédito segundo a renda total. Para os demais, os índices são basicamente os mesmos. Isto se deve a que em 10 destes projetos, a renda agrícola quase que coincide com a renda total. Também pertencem a este grupo 5 dos 6 projetos onde o crédito praticamente inexistente.

Tudo isto nos faz pensar na hipótese de que o crédito não influencia a renda com a intensidade esperada. O quadro XXI nos permite observar um outro fato que reforça esta posição. Os parceiros, mesmo no ano de chegada, estão ordenados segundo renda obtida no ano de 1986. Quando analisamos a evolução do índice de concentração de crédito percebemos um crescimento na maioria dos projetos. Isto quer dizer que os mais ricos hoje

receberam na chegada relativamente menos crédito e apesar disto em 1986 se situavam nos estratos superiores. A hipótese que nos vem à cabeça é a de que o crédito absorvido hoje tende a ser explicado pela renda entendida como uma proxy da situação do parceleiro, em resumo, não seria o crédito que explicaria a renda e sim a situação do indivíduo que explicaria o fato de que buscasse e conseguisse o crédito.

Esta hipótese, que pode parecer estranha a alguns, casa-se bem com os motivos alegados (ou falta de) para a não utilização do crédito por parte de um bom número de parceleiros. E nos permite especular que, se estamos tratando de uma população com uma considerável parcela de produtores atrasados, podemos esperar por parte deles uma atitude refratária ao sistema de crédito vigente. Se a agricultura praticada é rudimentar, baseada na fertilidade natural do solo, na mão-de-obra familiar e numa quase total ausência de elementos produtivos modernos, o que, naturalmente, implica em reduzidos custos monetários de produção, não existe nenhum imperativo em se endividar, dentro de uma estratégia de vida conservadora por parte do produtor. Aqui, o endividamento, na ausência de uma antevisão dos frutos de uma agricultura moderna, é visto como um risco desnecessário que pode levar à perda da terra.

Deve estar claro que não estamos falando de uma população não mercantil, ao contrário, ela está plenamente integrada à economia capitalista no que se refere à esfera da circulação. É no acesso e domínio das modernas técnicas de produção - que para esta população são crescentemente inadequadas por serem inatingíveis - onde residem os problemas.

Apenas para ilustrar, de forma pitoresca, esta inserção assimétrica na economia mercantil, relatamos duas histórias colhidas quando da realização do trabalho de campo no projeto ABAPÁ, localizado no município de CASTRO-PR.

Por volta de 1985, os parceleiros desse projeto obtiveram créditos para custeio e investimento em condições bastante favoráveis (sem correção monetária e juros de 3% a.a.). Dos casos em que ocorreram desvios de aplicação, dois foram particularmente curiosos. Passamos a relatá-los.

Nos dois casos, imediatamente após tomarem posse dos ativos produtivos, animais de tração que foram adquiridos pela administração do projeto com os recursos financiados, os parceiros venderam os animais e empregaram o dinheiro de forma diferente. Um deles comprou uma televisão colorida e, quando questionado pelo seu ato, até porque o projeto não era servido de energia elétrica, afirmou que "a mesma lhe seria de grande serventia, ou para a venda ou para o uso ... quando morasse em Curitiba". O segundo, seguramente menos previdente e poupador, tão logo se viu de posse do dinheiro oriundo da venda dos animais, foi para a cidade de Ponta Grossa, onde se alojou, por doze dias, numa casa de moças bonitas e generosas, voltando ao projeto após gastar seu último tostão.

Para fechar este assunto, cabe referir, ainda, que o tamanho do projeto não apresentou nenhuma relação com o volume ou o crédito médio, uma vez que se suprimam os seis projetos atípicos dos quais 5 são grandes.

QUADRO XXI

Indicador de concentração de crédito (20+/50-) segundo os decis de população ordenados pela renda total e agrícola do ano de 1986, neste ano e no ano de chegada

PROJETOS	RENDA BRUTA TOTAL		RENDA AGRÍCOLA	
	1986	CHEGADA	1986	CHEGADA
PE02	0,4	0,4	0,4	0,4
PE03	1,95	0,55	0,95	0,55
PE01	0,35	0,38	0,57	0,40
PE04	0,95	0,33	0,95	0,33
PE07	1,85	3,52	7,85	1,43
PE08	238,0	(1)	19,19	(1)
PE05	0,69	0,1	0,69	0,1
PE06	0,61	7,06	0,65	7,06
PE09	2,04	0,01	0,43	0,03
ME05	1,81	0,48	2,79	0,49
ME06	3,69	0,38	5,95	0,54
ME07	3,42	1,14	5,38	1,80
ME03	1,24	3,04	1,28	3,87
ME04	9,8	1,59	8,98	1,74
ME10	2,09	0	2,3	0
ME01	0	0	0	0
ME09	0,92	0,56	0,79	0,89
ME02	22,77	0,47	(1)	0
ME08	2,31	0,85	2,31	0,85
GR07	3,43	0,55	3,49	0,55
GR01	0,54	(1)	0,53	0
GR06	0	0	0	0
GR02	(1)	0,41	0	0,83
GR04	0	4,15	0	4,15
GR05	1,02	0	0	0
GR03	0	0	0	0

(1) Divisão por zero

FONTE: BNDES (1990)

5. ELEMENTOS PRODUTIVOS

Talvez o ponto mais esclarecedor da tese que estamos apresentando - o da "modernização problemática" da pequena produção - possa ser percebido a partir da análise da utilização dos elementos produtivos. O conjunto estudado compreende elementos dos mais simples, que não necessitam de nenhum conhecimento técnico para sua utilização, até aqueles mais sofisticados que vão exigir do usuário alguma capacitação técnica.

As limitações do tratamento estatístico já foram mencionadas anteriormente, e não é necessário apresentá-las novamente. Convém apenas registrar que a melhor maneira de lidar com estas variáveis técnicas seria destacar as diversas combinações de elementos produtivos realmente utilizadas pelos parceiros e abordar o tema a partir de famílias de técnicas por eles adotadas. Na impossibilidade de realizarmos tal tarefa, construímos um outro caminho - maior, sem dúvida - que nos apresentou resultados bastante consistentes.

O primeiro passo foi dividir os elementos produtivos em grupos cujos componentes fossem de tecnologia semelhante.

É evidente o declínio da frequência à medida em que se aumenta o conteúdo técnico. Este fato já aponta para uma modernização assimétrica encontrada nos projetos em questão.

A alta utilização dos elementos do Grupo A, principalmente sementes e instrumentos, evidencia que a quase totalidade dos parceiros se dedica à agricultura, ainda que muitos não consigam obter produção excedente significativa para comercialização, como se viu quando estudamos a renda. O pequeno uso de mudas aponta para o fato de que apenas uma parcela dos assentados está investindo em culturas permanentes, que refletem uma agricultura mais estruturada (10).

(10) Do ponto de vista técnico, a utilização de mudas não seleccionadas não indica uma exploração agrícola evoluída. Entretanto, do ponto de vista econômico, já pressupõe certa estruturação e a ruptura com uma agricultura itinerante.

QUADRO XXII

UTILIZAÇÃO MÉDIA DE INSUMOS E GRUPOS DE INSUMOS
Em porcentagem

INSUMOS	1º ANO	ÚLTIMO ANO CIVIL
GRUPO A (*)		
Mudas	17,1	34,3
Sementes	82,1	93,3
Instr. Man.	85,1	95,9
T O T A L	61,4	74,5
GRUPO B		
Adbos Orgân.	5,4	12,4
Animais de Trab.	26,6	45,7
Tracção Animal	23,1	41,4
T O T A L	18,4	33,2
GRUPO C		
Adbos Químicos	10,3	19,1
Defensivos	26,6	38,6
Calcário	4,0	9,1
Med. p/ Animais	16,5	35,0
T O T A L	14,4	25,4
GRUPO D		
Tratores	13,8	16,7
Impl. Mecân.	18,3	20,8
Máq. Benef.	4,2	8,4
Veículos	2,0	4,6
Combust.	12,7	18,3
Irrigação	1,0	3,3
T O T A L	8,7	12,0

(*) Sementes e mudas foram tratadas como elementos sem conteúdo tecnológico, pois não se tratam de sementes e mudas selecionadas

FONTE: BNDES (1990)

k. +

Outro ponto a ser observado é que apenas uma pequena parcela da população utiliza elementos que aumentem a produtividade do solo, como mostram as frequências de utilização de calcário e adubos (orgânicos e químicos). Isto aponta para uma agricultura baseada na fertilidade do solo, ou no extremo, para uma agricultura tradicional, na forma caipira.

Também é pequena a frequência de elementos que elevam a produtividade do trabalho - tratores, implementos mecânicos, máquinas de beneficiamento. O elevado uso de defensivos deve ser explicado pela facilidade de aquisição (inclusive pelo preço) e de aplicação, o que torna possível sua utilização mesmo pelos praticantes de uma agricultura pouco sofisticada.

O leitor, ao ler estas informações, quase que imediatamente passa a supor que esta diferenciação técnica deve estar relacionada com os rendimentos obtidos, de forma que o grupo mais tecnificado se identifique com aquele de maior renda.

Sem dúvida, isto é plenamente verdadeiro. Tanto a nível de grupos de projetos, quanto no interior deles, os mais ricos utilizam mais insumos modernos e, o que também é relevante para discutirmos a causalidade, esta relação se acentua quando passamos da observação dos dados ordenados segundo a renda total para os dados ordenados segundo a renda agrícola.

Apenas para exemplificarmos a afirmação anterior, apresentamos os quadros XXIII e XXIV, onde ficam evidentes a diferenciação técnica segundo o nível de renda bruta, bem como a intensificação desta relação quando olhamos segundo a renda agrícola.

QUADRO XXIII

PORCENTAGEM MÉDIA DE UTILIZAÇÃO DE GRUPOS DE INSUMOS
PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA BRUTA

Projetos segundo YBT em Wmin	Porcentagem média da população que utiliza (%)			
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
0 -- 2	77,9	20,8	17,1	8,1
2 -- 4	70,4	52,1	32,2	9,2
4 --	73,6	34,0	30,1	18,2
T O T A L	74,5	33,2	25,4	12,0

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XXIV

PORCENTAGEM MÉDIA DE UTILIZAÇÃO DE GRUPOS DE INSUMOS
PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA AGRÍCOLA

Projetos segundo YABT em Wmin	Porcentagem média da população que utiliza (%)			
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
0 -- 2	77,1	23,3	21,4	7,5
2 -- 4	63,1	44,3	14,8	10,6
4 --	74,7	52,9	43,6	25,4
T O T A L	74,5	33,2	25,4	12,0

FONTE: BNDES (1990)

Outra forma de apresentar a relação entre renda e insumos é construir os quadros XXV e XXVI, onde se apresenta a distribuição da população média usuária dos grupos de insumos pelos projetos segmentados segundo as rendas total e agrícola, respectivamente.

QUADRO XXV

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DOS INSUMOS DE CADA GRUPO PELOS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA TOTAL

Projetos segundo a YBT em Wmin	População Total (%)	Grupo A (%)	Grupo B (%)	Grupo C (%)	Grupo D (%)
0 -- 2	39,7	41,5	24,9	26,7	26,9
2 -- 4	24,4	23,0	38,3	30,9	18,7
4 --	35,9	35,5	36,8	42,4	54,4
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XXVI

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO USUÁRIA DOS INSUMOS DE CADA GRUPO PELOS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA AGRÍCOLA

Projetos segundo a YABT em Wmin	População Total (%)	Grupo A (%)	Grupo B (%)	Grupo C (%)	Grupo D (%)
0 -- 2	62,4	64,6	43,9	52,4	38,8
2 -- 4	14,9	12,6	19,9	8,7	13,2
4 --	22,7	22,8	36,2	38,9	48,0
T O T A L	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: BNDES (1990)

Devido ao fato de que a população se distribuiu desigualmente ao longo das faixas de projetos, construímos, para tornar mais clara a análise, os quadros XXVII e XXVIII. Os coeficientes que os compõem resultam da divisão dos percentuais referentes à utilização dos grupos de insumos pelos percentuais referentes à população.

QUADRO XXVII

COEFICIENTE USO DE INSUMOS/POPULAÇÃO PARA OS
PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA TOTAL

Projetos segundo a YBT em Wmin	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
0 -- 2	1,05	0,63	0,67	0,68
2 -- 4	0,94	1,57	1,27	0,77
4 --	0,99	1,03	1,18	1,52
T O T A L	1,00	1,00	1,00	1,00

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XXVIII

COEFICIENTE USO DE INSUMOS/POPULAÇÃO PARA OS
PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA AGRÍCOLA

Projetos segundo a YABT em Wmin	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
0 -- 2	1,04	0,70	0,84	0,62
2 -- 4	0,85	1,34	0,58	0,89
4 --	1,00	1,59	1,71	2,11
T O T A L	1,00	1,00	1,00	1,00

FONTE: BNDES (1990)

No Quadro XXVII, estratificado conforme a renda bruta, observando as faixas extremas (de até 2 Wmin e de mais de 4 Wmin) percebe-se, de um lado, o equilíbrio dos coeficientes relativos ao Grupo A (insumos mais tradicionais) e, de outro, os maiores coeficientes relativos aos demais grupos na faixa de maior renda. Na faixa intermediária de renda (entre 2 e 4 Wmin) registram-se os maiores coeficientes dos grupos B e C, ou seja, o uso desses insumos concentra-se principalmente nessa faixa; quanto ao Grupo D (de maior conteúdo tecnológico), a faixa ocupa posição intermediária e, outrossim, quanto ao Grupo A não se destaca das demais.

Em suma, os estratos não se diferenciam no uso do Grupo A, pois instrumentos manuais, sementes e mudas sempre serão utilizados, em alguma medida, na agricultura, cabendo lembrar que os dados ora examinados não informam a intensidade com que os insumos são empregados por cada parceleiro; quer dizer, o uso de mudas, em princípio ligado a explorações mais estruturadas, permanentes, pode referir-se a uma pequena lavoura, sem expressão comercial. Já quanto ao Grupo D, há notável diferenciação, relacionando-se os coeficientes positivamente com o nível de renda, e, ainda, ocorrendo grande concentração do uso na faixa de maior renda.

Examinaremos agora o comportamento dos coeficientes dentro de cada estrato de renda. Na primeira faixa, exceto quanto ao Grupo A, os coeficientes são bastante semelhantes. Na segunda faixa, os coeficientes decrescem de B a D, quer dizer, quanto maior o conteúdo tecnológico, menor parcela do uso total dos insumos de cada grupo incide na faixa. Na faixa de maior renda observe-se que, de B a D, ocorre o oposto em relação à faixa precedente.

Passemos ao Quadro XXVIII, estratificado pela renda agrícola. No confronto da primeira com a última faixa de renda, mantêm-se as colocações extraídas do quadro precedente, acentuadas, porém. Nesta análise, mais apropriada que a anterior, pois relaciona uso de insumos com a renda agrícola (e não com a renda total), o estrato médio de renda (de 2 a 4 Wmin) assume com maior nitidez seu caráter intermediário, sobretudo se considerarmos o μ_{IX} dos Grupos B e C. Na análise horizontal do quadro, observe-se que, de B a D, são, grosso modo, decrescentes os coeficientes para as duas primeiras faixas de renda, enquanto que na última ocorre o oposto, a exemplo do acontecido no Quadro XXVII.

Como já foi dito, as famílias de técnicas e as combinações de insumos de fato utilizados por parceiros não foram identificadas. Estas podem combinar elementos de conteúdos técnicos distintos provenientes de mais de um dos grupos que arbitramos, sendo mesmo mais provável que cada parceiro utilize uma combinação de recursos com estágios técnicos diferenciados. Assim sendo, surgiu a necessidade de realizarmos outros exercícios. Não devemos, entretanto, prolongar a exposição com dados que apenas reforçariam o argumento já apresentado. Registre-se apenas que foram realizados exercícios com grupos de elementos produtivos formados por critérios técnicos (11) e, em todos eles, a renda total se relacionou positivamente com a utilização destes elementos. E isto foi acentuado quando investigamos a renda agrícola.

Como resultados destes estudos descobrimos que 73% dos parceiros não usam nenhum elemento que aumenta a produtividade do solo, 47% não usam nenhum que aumenta a produtividade da mão-de-obra e que 53% não usam nenhum dos elementos considerados modernos

Até aqui a relação entre renda (total ou agrícola) e a utilização de insumos foi apresentada com dados agregados por projetos. Agora convém reforçar as mesmas conclusões através da apresentação dos dados referentes aos decis da população ordenado segundo a renda.

O quadro XXIX nos informa que na maioria dos projetos os 20% mais ricos tendem a utilizar mais todos os grupos de insumos, com exceção do grupo A que, como já se evidenciou em análises precedentes, tem pouca relevância para diferenciar rendas. No grupo D esta diferença de utilização é mais evidente.

(11) Um grupo que eleva a produtividade do solo - adubos químicos, adubos orgânicos e calcário. Outro que eleva a produtividade do trabalho - tratores, tração animal e implementos. O último grupo é composto por elementos modernos - adubos químicos, calcário, implementos mecânicos, tratores, combustíveis e máquinas de beneficiamento.

No entanto, este resultado não deve obscurecer um outro que pode ser extraído do mesmo quadro. Nos referimos ao fato de que em praticamente todos os projetos, quando se trata do grupo D, os percentuais de utilização não alcançam sequer 50% mesmo no estrato mais rico da população. Ou seja, não obstante a relação entre a utilização de elementos produtivos modernos e renda, é ainda bem pequena a parcela dos usuários de elementos modernos, o que reforça a conclusão de que maior parcela da população nesses projetos, mesmo quando chega a obter renda monetária relativamente expressiva, pratica uma agricultura tradicional.

Até aqui não fizemos nenhuma referência sobre como a utilização dos elementos produtivos evoluiu no tempo. No quadro XXII anteriormente apresentado percebe-se que para todos os elementos, e conseqüentemente grupos, houve um pequeno acréscimo da população usuária, revelando, inclusive, que os grupos C e D aumentaram sua utilização, num processo de modernização.

O quadro XXX, quando analisado horizontalmente, nos informa que todas as faixas de projetos tiveram aumento de utilização de todos os grupos de elementos produtivos, o que significa que, ao lado do aumento da atividade produtiva, simplesmente ocorreu um aumento do grau de modernização dessa agricultura. Entretanto, o mesmo quadro, quando lido no sentido vertical, sugere que já existia certo grau de diferenciação entre a última faixa de projeto, que apresenta maior grau de utilização de todos os grupos observados, e as demais.

É razoável supor, neste momento, que os projetos mais ricos tenham uma mais rápida modernização (12). Para melhor avaliarmos o grau de modernização por que passaram estes parceleiros, optamos por apresentar um exercício com os 6 insumos selecionados como os mais modernos dentre os 17 pesquisados, ou seja, adubos químicos, calcário, implementos mecânicos, tratores, máquinas de beneficiamento e combustíveis.

(12) Não estamos necessariamente pensando a renda como determinante do processo de modernização, pois o contrário será mais próximo de nossa idéia: a modernização é condicionante do nível de renda.

QUADRO XXIX

UTILIZAÇÃO PERCENTUAL MÉDIA DE INSUMOS, PELOS 20% MAIS POBRES E MAIS RICOS, RESPECTIVAMENTE, SEGUNDO YBT E YABT, POR PROJETOS ORDENADOS CONFORME O TAMANHO

PRO- JETOS	DECIS YBT				DECIS YABT			
	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
	20X- 20X+	20X- 20X+	20X- 20X+	20X- 20X+				
PE02	100 - 100	100 - 100	75 - 87	67 - 67	100 - 100	100 - 100	75 - 87	67 - 67
PE03	92 - 75	83 - 83	94 - 81	54 - 46	92 - 75	83 - 83	94 - 81	54 - 46
PE01	83 - 92	67 - 67	56 - 62	42 - 37	83 - 92	67 - 67	56 - 67	42 - 42
PE04	83 - 83	83 - 75	50 - 69	17 - 46	83 - 83	83 - 75	50 - 69	17 - 46
PE07	78 - 72	67 - 55	4 - 58	0 - 5	72 - 72	55 - 50	4 - 54	0 - 3
PE08	67 - 78	17 - 33	0 - 46	0 - 19	67 - 83	5 - 33	8 - 42	3 - 19
PE05	100 - 94	72 - 67	33 - 25	3 - 30	100 - 94	72 - 67	33 - 25	3 - 30
PE06	57 - 67	3 - 23	12 - 30	0 - 25	53 - 63	3 - 23	5 - 27	0 - 30
PE09	67 - 58	50 - 67	31 - 56	0 - 4	58 - 67	17 - 75	25 - 56	0 - 4
NE05	69 - 75	28 - 67	19 - 77	3 - 7	67 - 78	39 - 67	15 - 85	0 - 7
NE06	53 - 78	22 - 69	19 - 56	0 - 21	50 - 75	11 - 61	19 - 60	0 - 21
NE07	75 - 78	36 - 61	29 - 60	0 - 15	72 - 78	28 - 50	19 - 65	0 - 18
NE03	75 - 72	30 - 53	31 - 56	5 - 14	72 - 72	25 - 58	12 - 56	0 - 10
NE04	64 - 75	11 - 55	15 - 60	0 - 26	69 - 75	11 - 55	4 - 58	0 - 22
NE10	61 - 67	47 - 67	21 - 44	19 - 40	61 - 67	47 - 67	21 - 42	19 - 39
NE01	61 - 67	3 - 0	0 - 0	7 - 8	61 - 67	3 - 0	0 - 0	1 - 8
NE09	67 - 61	0 - 14	27 - 37	0 - 3	61 - 67	0 - 14	27 - 40	0 - 3
NE02	72 - 69	17 - 25	27 - 35	1 - 4	50 - 61	11 - 25	6 - 40	3 - 7
NE08	64 - 80	17 - 33	25 - 44	0 - 40	64 - 80	17 - 33	25 - 44	0 - 40
GR07	53 - 78	40 - 47	27 - 61	27 - 48	50 - 78	40 - 47	27 - 61	27 - 48
GR01	83 - 98	48 - 73	20 - 34	3 - 9	83 - 98	48 - 72	21 - 34	2 - 9
GR06	67 - 67	68 - 83	1 - 16	4 - 16	67 - 67	73 - 85	2 - 15	5 - 17
GR02	42 - 48	0 - 2	1 - 9	0 - 0	47 - 55	0 - 0	5 - 6	0 - 0
GR04	83 - 93	0 - 3	6 - 10	4 - 18	85 - 92	0 - 8	4 - 15	2 - 23
GR05	65 - 75	5 - 13	4 - 10	16 - 20	67 - 83	5 - 13	5 - 9	13 - 18
GR03	87 - 88	2 - 0	5 - 6	21 - 21	87 - 92	2 - 0	4 - 6	20 - 20

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XXX

UTILIZAÇÃO MÉDIA DE GRUPOS DE INSUMOS PARA
OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YABT MÉDIA

YABT em Wmin	GRUPO A (%)		GRUPO B (%)		GRUPO C (%)		GRUPO D (%)	
	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO
0 - 2	60,3	77,1	11,2	23,3	9,4	21,4	5,0	7,5
2 - 4	55,7	63,1	11,9	44,3	8,8	14,8	7,8	10,6
4 -	68,1	74,7	42,3	52,9	31,5	43,6	19,4	25,4
TOTAL	61,4	74,5	18,4	33,2	14,4	25,4	8,7	12,0

FONTE: BNDES (1990)

O quadro XXXI revela uma modernização dos parceleiros como um todo, dado que diminuiu o número daqueles que não usam elementos modernos, aumentando o número daqueles que usam 1 ou mais. O caráter lento desta modernização pode ser constatado no fato de que o maior acréscimo se verificou junto àqueles que usam apenas um insumo moderno.

QUADRO XXXI

DISTRIBUIÇÃO DOS PARCELEIROS SEGUNDO
O NÚMERO DE INSUMOS MODERNOS USADOS

Nº DE INSUMOS MODERNOS USADOS	1º ANO (%)	ÚLTIMO ANO (%)
0	69,9	52,9
1	9,9	20,8
2	13,0	14,7
3	3,0	6,0
4	2,6	3,0
5	1,5	2,5
6	-	0,1

FONTE: BNDES (1990)

Seria esta modernização diferenciada pela renda? Para responder esta questão, construímos o quadro XXXII.

QUADRO XXXII

DISTRIBUIÇÃO DOS PARCELEIROS DOS PROJETOS DE CADA FAIXA DE RENDA SEGUNDO O NÚMERO DE INSUMOS MODERNOS QUE USA(VA)M

FAIXAS DE YABT	Nº DE INSUMOS MODERNOS UTILIZADOS (%)					
	0		1 ou 2		3 ou mais	
	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO
0 - 2	79,6	62,8	18,6	33,1	1,8	4,1
2 - 4	71,7	60,6	17,3	28,7	11,0	10,7
4 -	42,2	20,6	38,5	46,6	19,4	32,8
TOTAL	69,9	52,9	22,9	35,5	7,2	11,6

FORTE: BNDES (1990)

A terceira faixa era e continua sendo a maior usuária dos elementos modernos. Entretanto, a modernização ocorre em todas as faixas, não se podendo concluir que exista uma relação clara entre o nível de renda dos projetos e o processo de modernização.

Outra forma de fazer estas constatações consiste em analisar a distribuição dos usuários pelas faixas de renda, conforme pode ser apresentado no quadro XXXIII.

QUADRO XXXIII

DISTRIBUIÇÃO DOS USUÁRIOS DE 0, 1 E 2 E 3
OU MAIS INSUMOS MODERNOS PELAS FAIXAS DE
RENDA AGRÍCOLA BRUTA TOTAL DOS PROJETOS

FAIXAS DE YABT	Nº DE PARCE- LEIROS (%)	0 (%)		1 e 2 (%)		3 ou mais (%)	
		PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO	PRIMEIRO ANO	ÚLTIMO ANO
0 - 2	62,4	71,0	74,1	50,6	58,1	15,6	22,2
2 - 4	14,9	15,3	17,1	11,2	12,0	22,9	13,6
4 -	22,7	13,7	8,8	38,2	29,9	61,5	64,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: BNDES (1990)

A seguir, para verificar se estas constatações são válidas quando observamos os parceleiros no interior dos projetos, agrupamos, em cada um deles, os 20% parceleiros mais pobres e os 20% mais ricos em renda agrícola bruta total (YABT) e calculamos, para cada grupo de insumos analisado, sua utilização percentual média no primeiro e último ano analisado, respectivamente, obtendo o Quadro XXXIV, adiante.

QUADRO XXXIV

UTILIZAÇÃO MÉDIA DE CADA GRUPO DE INSUMOS NO
PRIMEIRO E ÚLTIMO ANO PESQUISADO PARA OS 20% MAIS POBRES
E 20% MAIS RICOS DE CADA PROJETO, RESPECTIVAMENTE
(PROJETOS ORDENADOS POR TAMANHO)

PROJETO	20% MAIS POBRES (em YABT)								20% MAIS RICOS (em YABT)							
	GRUPO A		GRUPO B		GRUPO C		GRUPO D		GRUPO A		GRUPO B		GRUPO C		GRUPO D	
	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO	1º ANO	ÚLTIMO ANO
PE02	100	100	100	100	75	75	50	67	100	100	100	100	75	87	50	67
PE03	67	92	67	83	75	94	50	54	67	75	67	83	69	81	50	46
PE01	75	83	75	67	75	56	42	42	75	92	50	67	62	69	33	42
PE04	75	83	50	83	37	50	0	17	83	83	67	75	75	69	37	46
PE07	67	72	0	55	0	4	0	0	67	72	22	50	4	54	0	3
PE08	72	67	0	5	0	8	0	3	77	83	22	33	17	42	3	19
PE05	100	100	55	72	12	33	3	3	100	94	67	67	25	25	19	30
PE06	40	53	7	3	7	5	0	0	53	63	23	23	20	27	15	30
PE09	33	58	0	17	6	25	0	0	50	67	0	75	12	56	0	4
NE05	39	67	16	39	2	15	0	0	64	78	22	67	21	85	3	7
NE06	50	50	19	11	10	19	3	0	66	75	38	61	48	60	12	21
NE07	61	72	17	28	23	19	5	0	72	78	39	50	44	65	21	18
NE03	67	72	3	25	8	12	0	0	69	72	27	58	31	56	4	10
NE04	64	69	5	11	2	4	0	0	67	75	28	55	27	58	17	22
NE10	58	61	36	47	10	21	15	19	61	67	36	67	19	42	18	39
NE01	33	61	0	3	0	0	0	1	55	67	0	0	0	0	1	8
NE09	11	61	0	0	6	27	0	0	38	67	8	14	12	40	0	3
NE02	50	50	8	11	2	6	1	3	64	61	25	25	35	40	4	7
NE08	64	64	22	17	25	25	3	0	58	80	19	33	23	44	7	40
GR07	63	50	53	40	25	27	32	27	72	78	57	47	50	61	47	48
GR01	40	83	8	48	5	21	0	3	65	98	38	72	16	34	1	9
GR06	63	67	5	73	0	2	4	5	60	67	12	85	1	15	11	17
GR02	37	47	0	0	1	5	0	0	57	55	0	0	0	6	0	0
GR04	60	85	0	0	1	4	2	4	70	92	3	8	7	15	17	23
GR05	52	67	2	5	1	5	9	13	68	83	13	13	9	9	14	18
GR03	53	87	0	2	2	4	16	18	80	92	0	0	4	6	16	20

FONTE: BNDES (1990)

A primeira observação a fazer do Quadro XXXIV é que, de um modo geral, cresce o grau de utilização de todos os grupos de insumos, do primeiro para o último ano analisado, para ambos os grupos de parceleiros - tanto os 20% mais pobres, como os 20% mais ricos - em todos os projetos. Isto confirma uma das observações precedentes, a de que cresceu o nível de atividade dos lotes durante o período analisado. O caráter lento da modernização dos parceleiros também é aqui confirmado, na medida em que de um modo geral é pequeno o crescimento médio da utilização dos grupos de insumos mais modernos, vale dizer, Grupos C e D.

As demais observações feitas durante a análise dos projetos como um todo - a de que a modernização é diferenciada entre os mais ricos e mais pobres parceleiros e que, além disso, já estava presente no primeiro ano analisado - também podem ser confirmadas.

Observando as colunas referentes à utilização dos insumos dos Grupos C e D do Quadro XXXIV, verificamos, inicialmente, que em 16 dos 26 projetos analisados, os parceleiros que integram os 20% mais pobres apresentaram, no primeiro ano de atividade no lote, utilização média de ambos os grupos de insumos menor que os parceleiros que integram os 20% mais ricos, confirmando a hipótese de que os que hoje são mais ricos em renda já chegaram ao lote utilizando técnicas de cultivo mais modernas que os que hoje são mais pobres.

Por outro lado, a análise da diferença entre a utilização dos insumos modernos (grupos C e D) pelos 20% mais pobres em relação aos 20% mais ricos aumentou no último ano vis a vis o primeiro ano. Isto aconteceu em 20 projetos no caso do Grupo C e em 21 projetos no caso do Grupo D. Em outras palavras, se no primeiro ano os mais ricos apresentavam maior utilização média desses insumos que os mais pobres, no último ano essa diferença tendeu a se alargar, confirmando também a hipótese de que a modernização, além de lenta, é assimétrica, atingindo com maior intensidade o grupo dos 20% mais ricos hoje em renda agrícola de cada projeto.

Para concluir este assunto, convém registrar que procuramos encontrar uma possível relação entre a cobertura da população

por assistência técnica e a frequência da utilização dos grupos de elementos produtivos. Aparentemente, não se percebe uma relação nítida, como pode ser concluído do quadro XXXV.

QUADRO XXXV
FREQÜÊNCIA MÉDIA DE UTILIZAÇÃO DE
GRUPOS DE INSUMOS PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS
SEGUNDO A POPULAÇÃO COBERTA POR ASSISTÊNCIA TÉCNICA

PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A POPULAÇÃO COBERTA POR ASSIST. TÉCNICA (%)	FREQÜÊNCIA MÉDIA DE UTILIZAÇÃO (%)			
	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C	GRUPO D
0 -- 20	71,7	24,5	15,3	10,2
20 -- 40	71,2	30,4	30,8	10,2
40 -- 60	72,3	29,3	29,2	6,8
60 -- 80	77,7	19,7	26,5	9,8
80 -- 100	78,4	56,9	38,7	18,1

FONTE: BNDES (1990)

6 MÃO-DE-OBRA

Já vimos, até agora, que a Assistência Técnica não deve ser considerada uma variável decisiva na determinação dos rendimentos auferidos pelos assentados. O crédito, aparentemente, também não diferenciou a renda com a intensidade esperada em que pese sua concentração nos estratos superiores. A utilização de elementos técnicos modernos pode ser considerada um atributo das camadas mais exitosas. Conseguimos inclusive arriscar que a diferenciação técnica antecede a formação da renda e esta, quando muito, tende a acentuar esta diferenciação.

É óbvio que as questões que as afirmações acima suscitam só podem ser respondidas com maior certeza a partir de uma sucessão de pesquisas e de um tratamento estatístico mais elaborado. Entretanto, o que temos até o presente momento permite organizarmos nossa exposição de forma diferente da que está sendo feita.

A hipótese central seria então sintetizada na afirmação de que existe uma diferenciação entre os assentados que se manifesta na renda obtida e que reflete uma situação determinada complexamente. Os indicadores desta situação - a assistência técnica, o crédito, os equipamentos, etc - não devem ser percebidos como variáveis instrumentais de política, apenas, são de fato indicadores do grau de inserção na economia capitalista existente e da cultura que condiciona a performance do indivíduo. Nestes termos, devemos olhar os resultados apresentados mais com o enfoque dos antropólogos do que dos estatísticos.

Assim, quando olharmos para os dados referentes à utilização da mão-de-obra, não nos surpreenderemos ao encontrar novamente mais uma característica do que nos estamos intuindo ser um estrato mais avançado, mais inserido na economia capitalista.

O fato de que a mão-de-obra predominante em todos os projetos e em todos os estratos ser permanente, não-remunerada, moradora e familiar, não deve obscurecer o fato de que nas camadas superiores ocorre de forma nítida o emprego do trabalho assalariado temporário, conforme pode ser observado nos quadros XXXVI, XXXVII e XXXVIII

QUADRO XXXVI
IDENTIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA UTILIZADA

DISCRIMINAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA	MORADORES				NÃO MORADORES	
	FAMILIARES		NÃO FAMILIARES			
	Nº DE HOMENS	(%)	Nº DE HOMENS	(%)	Nº DE HOMENS	(%)
Permanente não remunerada	4.751	(95,2%)	35	(0,7%)	205	(4,1%)
Permanente remunerada	40	(30,8%)	50	(38,4%)	40	(30,8%)
Temporária não remunerada	298	(60,8%)	7	(1,4%)	185	(37,8%)
Temporária remunerada	12	(0,8%)	23	(1,6%)	...	(97,6%)

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XXXVII

DEMANDA MÉDIA ANUAL DE CADA LOTE, POR MÃO-DE-OBRA,
EM HOMENS-DIA, PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YBT

YBT em Moin	MÃO-DE-OBRA PERMANENTE				MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA				TOTAL	
	NÃO REMUNERADA		REMUNERADA		NÃO REMUNERADA		REMUNERADA			
	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(%)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(%)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(%)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(%)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(%)
0 - 2	687	90,8	6	0,8	40	5,3	23	3,1	756	100,0
2 - 4	807	93,4	11	1,3	16	1,9	30	3,5	864	100,0
4 -	846	82,6	38	3,7	35	3,4	106	10,3	1.025	100,0
TOTAL	773	88,0	19	2,2	32	3,7	55	6,2	879	100,0

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XXXVIII (13)

DEMANDA MÉDIA ANUAL DE CADA LOTE, POR MÃO-DE-OBRA,
EM HOMENS-DIA, PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YABT

YABT em Min	MÃO-DE-OBRA PERMANENTE				MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA				TOTAL	
	NÃO REMUNERADA		REMUNERADA		NÃO REMUNERADA		REMUNERADA			
	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(X)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(X)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(X)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(X)	HOMENS- DIA	PARTICI- PAÇÃO(X)
0 - 2	688	90,8	10	1,3	31	4,1	29	3,8	758	100,0
2 - 4	787	96,3	-	-	12	1,5	18	2,1	817	100,0
4 -	996	79,6	56	4,5	49	3,9	150	11,9	1.251	100,0
TOTAL	773	88,0	19	2,2	32	3,7	55	6,2	879	100,0

FONTE: BNDES (1990)

Este fato é mais um dos indicadores que vêm confirmar a hipótese de que nos deparamos com uma população diferenciada que contém nos seus estratos superiores unidades produtivas proto-capitalistas ou mesmo capitalistas (14).

(13) Convém deixar explícito que o aumento da mão-de-obra total utilizada nos lotes não é capaz de explicar o aumento da renda. Tanto a renda total quanto a agrícola aumentam significativamente por unidade de mão-de-obra. Ou seja, o coeficiente renda/homens-dia é crescente, refletindo possivelmente condições de produção mais favoráveis. Para o quadro XXXVII, os índices são: 0,15; 0,24 e 0,54. Para o quadro XXXVIII, temos: 0,11; 0,18 e 0,33.

(14) Não devemos em momento algum criar uma confusão entre as unidades típicas da via prussiana e as da via americana, que podem, como é o caso, empregar o trabalho assalariado em conjunto com o trabalho familiar que lhe é característico. Ademais, hoje em dia esta classificação oriunda de casos históricos deve ser utilizada com reservas, dado a carga de associação que carrega consigo com relação à área utilizada.

Os dados encontrados justificam plenamente a idéia de que encontramos nestes projetos de reforma agrária uma formação *farmer* nos estratos superiores. O que é relevante, como vimos, é seu pequeno peso relativo no conjunto da população assentada, o que faz com que afirmemos que os projetos de Reforma Agrária reproduzem em seu interior a modernização assimétrica que atinge a pequena produção agrícola em geral. Podemos afirmar que "sobre este aspecto não existem diferenças significativas entre os pequenos produtores, localizados no interior ou fora do projeto de reforma agrária. Utilizando-se os dados do censo agropecuário do IBGE de 1980, e os dados oriundos da pesquisa realizada pelo BNDES sobre assentamentos de reforma agrária, podemos concluir que apenas algo em torno de 20% dos pequenos produtores conseguem realizar a transformação da pequena exploração moderna, isto é, com alguma combinação de máquinas, insumos químicos ou técnicas intensivas de criação. Isto quer dizer que a maioria dos pequenos produtores não logra êxito em se modernizar e, portanto, tem seu futuro ameaçado." (Castro, 1991, 128-129) (15).

O quadro XXXIX demonstra que a mão-de-obra temporária remunerada é mais utilizada nos decis de maior renda, o que vem reforçar a idéia de formação de uma camada moderna na população assentada. Registre-se, entretanto, que a base empírica apresentada para sustentar este argumento é frágil. O que o apóia é fundamentalmente a diferença quantitativa referente ao uso do trabalho assalariado temporário. Entretanto, a existência deste mesmo trabalho nos estratos mais pobres é uma indicação da inserção mercantil destas camadas. A conclusão a que se pode chegar a partir destes dados, isoladamente, refere-se à existência de uma diferenciação entre os parceleiros. Com relação à natureza desta diferenciação não podemos avançar muito com as informações disponíveis.

(15) (Müller, 1989, 97) estudando a agricultura dinâmica no Brasil chega a resultados semelhantes. 3+

QUADRO XXXIX

VOLUME MÉDIO DE MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA
REMUNERADA POR QUINTIS DE YBT
(PROJETOS ORDENADOS POR YBT)

Em homens-dia

PROJETO	20% MAIS POBRES	20% MAIS RICOS
PRIMEIRO		
ESTRATO (1)		
PE06	7	39
GR03	6	4
ME09	8	41
GR05	10	53
PE08	-	256
ME04	16	174
ME01	2	14
PE07	39	80
GR01	-	-
PE09	52	69
SEGUNDO		
ESTRATO (2)		
ME07	18	114
ME06	4	133
ME02	-	-
GR06	4	46
PE02	-	-
ME05	13	140
PE01	-	-
TERCEIRO		
ESTRATO (3)		
GR04	12	80
PE03	-	-
ME10	38	147
ME03	7	167
PE04	8	-
PE05	12	18
GR02	49	21
GR07	14	264
ME08	126	1.088

(1) YBT até 2 Wmin. (2) YBT de 2 até 4 Wmin.

(3) YBT igual a 4 ou mais Wmin

FONTE: BNDES (1990)

7. UTILIZAÇÃO DAS TERRAS

A análise de como as terras são utilizadas e sua relação com a formação da renda do parceleiro ajudará a defender a afirmativa anterior.

Antes de tratarmos dos resultados encontrados, convém fazer um pequeno registro sobre os procedimentos para trabalharmos esta variável, dado que é irrealista a suposição de conteúdo homogêneo de potencial produtivo por unidade de área. Além disto, o padrão técnico utilizado irá proporcionar resultados distintos, dificultando, portanto, relacionarmos diretamente área com renda.

Para minimizar estas dificuldades, a análise foi realizada em termos absolutos (ha) e em termos relativos. A idéia que está subjacente a esta escolha é a de que dentro de cada projeto os lotes de tamanhos diferentes mais ou menos se equivalem em potencial produtivo. Esta hipótese não é infensa a críticas, mas apesar disto é a única que possibilita a realização de nossa investigação, quando realizada dentro de cada projeto. A comparação entre projetos, mesmo em termos relativos, não permite maiores generalizações, dado que é irrealista a suposição de que lotes diferentes em projetos distintos poderiam ter o mesmo potencial produtivo.

Em que pese estes obstáculos, é possível apresentar alguns resultados interessantes sobre a utilização das terras

Talvez o principal dado se refira ao elevado grau de utilização das terras nos projetos de reforma agrária. O quadro XL adiante não nos dá diretamente estas informações. Para tanto é necessário subtrairmos as áreas ocupadas por matas naturais.

Este procedimento não é arbitrário na medida em que a elevada participação de matas é explicada pelos projetos situados nas regiões Norte e Centro-Oeste, onde se encontram lotes de grande tamanho, originalmente cobertos de matas. Assim,

se tomarmos as matas naturais dos 5 projetos situados nas mencionadas regiões, encontraremos 94,2% do total de terras cobertas por matas. Aparentemente, com base nas observações que já fizemos acerca da formação da renda nos projetos estudados, estas matas significam mais um problema que a possibilidade de efetiva exploração, já que a renda bruta de extrativismo (YBE), embora existente na maioria destes projetos, tem pouca representatividade em sua renda bruta total (YBT), conforme mostra o quadro XLI.

QUADRO XL
UTILIZAÇÃO GERAL DAS TERRAS

DISCRIMINAÇÃO	MÉDIA (HA)	PARTICIPAÇÃO (%)
Lote	36,52	100,00
1. Lavouras permanentes	1,01	2,78
2. Lavouras temporárias	5,73	15,70
3. Terras em descanso	1,31	3,58
4. Pastagens naturais	3,07	8,41
5. Pastagens plantadas	2,18	5,96
6. Matas naturais	21,74	59,53
7. Matas plantadas	0,01	0,02
8. Outras terras produtivas	0,79	2,17
9. Terras inaproveitáveis	0,35	0,96
10. Construções/caminhos	0,32	0,89
Terras exploradas por terceiros	0,32	0,89
Exploração de outras terras	0,67	1,83

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XLI

RENDA DE EXTRATIVISMO NOS PROJETOS
DAS REGIÕES NORTE E CENTRO OESTE

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	PARTICIPACÃO DE MATAS (%)	RENDA DE EXTRATIVISMO (YBE) COMO PARTE DE YBT (%)
ME01	Mato Grosso	82,9	-
GR02	Mato Grosso	70,2	0,55
GR03	Roraima	83,6	12,36
GR04	Amazonas	80,0	0,84
GR05	Acre	77,7	14,60

FONTE: BNDES (1990)

Por outro lado, ainda observando o quadro XL, percebemos que é irrelevante a porcentagem de terras tidas como inaproveitáveis (0,96%), ou mesmo aquelas ditas produtivas, mas sem utilização (2,17%). Isto significa que, excluindo-se o problema das matas naturais, de um modo geral os projetos têm um grau de utilização das terras elevado. Se tomarmos as terras que estão sendo produtivamente utilizadas (itens 1, 2, 3, 4, 5 e 7 do quadro XL) e dividirmos pela área total dos lotes, achamos uma taxa de utilização de 36,44%; se excluirmos do total de terras aquelas ocupadas com matas, encontramos uma taxa de utilização de 90,05%. Desta utilização, destaca-se o item lavouras temporárias, que passa a representar 38,80% do total das terras dos projetos, excluídas as matas naturais.

Como última observação geral sobre o quadro XL, destacamos que são insignificantes as terras destes projetos exploradas por terceiros e a exploração, por estes parceleiros, de terras fora dos lotes pesquisados, que representam 0,89% e 1,83%, respectivamente, da área total mencionada.

Este resultado permite duas observações. A primeira é a de que quaisquer que sejam os problemas que afetem os resultados atingidos pelos parceleiros nos projetos de Reforma Agrária, eles não poderão ser atribuídos à subutilização da área pelos seus ocupantes. A segunda refere-se à questão das matas, que se apresentam como um obstáculo à ocupação e exploração do lote. Nestas condições, a distribuição de terras cobertas por matas é extremamente desfavorável ao parceleiro e benéfica ao processo de expansão concentrada da fronteira agrícola, na medida em que como regra geral o parceleiro vende a terra poucos anos após seu desmatamento. A distribuição desses lotes pode ser entendida como um processo de ocupação da fronteira agrícola onde os parceleiros arcam com o custo de desmatamento.

Um outro resultado interessante refere-se à importância do item lavoura temporária que é, de longe, o mais significativo para a atividade agrícola dos parceleiros.

Por último cabe ressaltar que há diferença entre a utilização das terras dos mais pobres e mais ricos parceleiros. Os quadros XLII e XLIII confirmam tal afirmativa.

QUADRO XLII

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE TERRAS SEGUNDO TIPO DE USO NOS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO NÍVEL DE RENDA AGRÍCOLA

PROJETOS SE- GUNDO YABT (Wmin)	LAV. PERM. (%)	LAV. TEMP. (%)	PAST. NAT. (%)	PAST. PLANT. (%)
YABT < 2	10,3	33,1	33,8	22,8
2 < YABT < 4	0,4	90,3	2,9	6,5
YABT > 4	5,0	87,5	2,8	4,7
T O T A L	8,5	47,7	25,5	18,3

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XLIII

TAMANHO MÉDIO DO LOTE E DA LAVOURA TEMPORÁRIA
DOS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO NÍVEL DE YABT

PROJETOS SE- GUNDO YABT	TAMANHO DO LOTE (HA)	TAMANHO DA LAV. TEMP. (HA)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (%)
YABT < 2	51,77	4,66	9,0
2 < YABT < 4	7,12	4,60	64,6
YABT > 4	15,40	10,42	67,7
T O T A L	36,52	5,73	15,7

FONTE: BNDES (1990)

OBS.: a área total inclui matas, construções etc

O quadro XLIII ainda nos mostra que é o grupo superior que tem maiores áreas exploradas e elevada participação percentual. Este é o mesmo grupo que, como vimos, absorve mais mão-de-obra e insumos modernos, etc.

8 ATIVOS

Esta diferenciação, como já seria de se esperar, também se reflete na concentração dos ativos, que no presente trabalho engloba o conjunto de bens de propriedade dos parceleiros, compreendendo, dentre outros, casa, animais, equipamentos, ativos financeiros, bens duráveis, culturas permanentes, etc (16).

Como dispomos de dados em três momentos do tempo - na chegada, ao término do 1º ano e no ano da pesquisa - e como investigamos o investimento para dois períodos - no primeiro e no último ano - podemos ainda estudar algumas características da acumulação de ativos por parte dos parceleiros.

Quanto aos ativos totais, o quadro XLIV parece indicar que seus valores absolutos na chegada e no final do primeiro ano não têm relação direta com o valor da renda bruta total atual, na medida em que a faixa intermediária de renda apresenta menores ativos que a faixa inferior de renda. Não obstante, como a faixa superior de renda apresenta ativos bastante superiores, é possível que outros cortes na amostra de projetos acusassem a relação procurada.

Quanto ao ativo médio atual, este parece apresentar relação com a renda bruta atual, mas esta deverá ser checada posteriormente.

(16) Na pesquisa (BNDES, 1990, cap.X) realizamos duas análises dos ativos, uma considerando as matas, outra sem elas. Como o item matas não reflete o esforço de acumulação realizado pelos parceleiros e dado que o ativo inicial não condiciona o desempenho posterior, como será discutido adiante, optamos nesta tese de apresentar os resultados não considerando as matas nos ativos.

QUADRO XLIV
RESUMO DOS ATIVOS PARA OS PROJETOS
DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA BRUTA TOTAL MÉDIA

D I S C R I M I N A Ç Ã O	YBT(2	2 (YBT(4	YBT) 4
Ativo Médio Chegada (OTN)	219,31	169,97	333,44
Ativo Médio 1º Ano (OTN)	278,04	224,57	485,38
Ativo Médio Atual (OTN)	406,11	494,18	1.017,63
"I" 1º Ano (At. 1º Ano - At. Cheg)(OTN)	58,73	54,60	151,94
I último ano (OTN)	72,54	73,83	206,59
Crescimento ativo 1º ano (%)	26,78	32,12	45,57
"Crescimento" ativo último ano (%)	21,75	17,56	25,47
Taxa de I no último ano (%)	17,86	14,94	20,30

FONTE: BNDES (1990)

Os investimentos, medidos em termos absolutos, tanto para o primeiro ano (tomado por diferença de ativos), como para o último ano, também não parecem apresentar relação direta com a renda bruta total, assim como sua taxa no último ano ou o crescimento do ativo neste período. Apenas o crescimento do ativo no primeiro ano - uma *proxy* para a taxa de investimento - parece ter relação direta com a renda bruta total atual, mas, dado o quadro descrito anteriormente, não podemos nem afirmar que exista esta relação - pode ser apenas coincidência. Entretanto, é visível que o grupo de projetos com maior renda apresentam uma maior propensão a acumular

Por outro lado, verificamos que todas as faixas de renda apresentam processo de acumulação, na medida em que seus ativos

totais crescem sistematicamente com o tempo, mas, novamente esse crescimento tende a ser menor no último ano observado do que foi no primeiro, mostrando que este fato ocorre indistintamente com todos os grupos de projetos, independentemente de sua renda bruta total média.

Para observação da estrutura dos ativos e investimentos nestes grupos de projetos, construímos o quadro XLV

Quanto à estrutura dos ativos na chegada, a única possível relação que podemos perceber é referente ao item "outros" - parece que tanto mais ricos em renda são os projetos hoje, mais seus parceiros trouxeram "outros ativos" na chegada ao lote

A estrutura do ativo atual mostra certa tendência a convergir para uma estrutura do tipo: 30% de construção civil, 60% de ativos produtivos e 10% de outros ativos. Este fato é bastante curioso, na medida em que, sendo os níveis absolutos destes ativos bastante diferentes, não temos como explicar essa tendência

De fato, quando observamos as estruturas dos investimentos no primeiro e último anos pesquisados, verificamos que no primeiro existe um esforço de investimento em construção civil acentuado, mormente para os grupos com pouco deste ativo na chegada. Já no último ano, decresce a participação deste item no investimento, chegando à proporção já mencionada, com ligeiro acréscimo para ativos produtivos e acentuado acréscimo para "outros"

A análise da estrutura dos ativos para projetos divididos segundo a renda agrícola também não indicou nenhuma relação. E mais, no caso da renda agrícola, desaparece a tendência mencionada do grupo de maior renda em acumular proporcionalmente mais.

QUADRO XLV
ESTRUTURA DOS ATIVOS PARA OS PROJETOS
DIVIDIDOS SEGUNDO A RENDA BRUTA TOTAL MÈDIA

D I S C R I M I N A C Ã O	YBT (2	2 (YBT(4	YBT) 4
Distribuição Ativos na Chegada (%)			
- Construção Civil	25,20	37,46	11,67
- Máquinas	33,33	8,55	47,27
- Animais	29,07	17,46	20,22
- Cult. perm.	0,10	21,62	1,82
- Total ativos produtivos	62,50	47,63	69,31
- Outros	12,30	14,91	19,03
Distribuição Ativos ultimo ano (%)			
- Construção Civil	31,73	34,75	26,88
- Máquinas	23,29	10,97	29,68
- Animais	33,78	23,46	21,84
- Cult. perm.	4,21	20,61	12,59
- Total ativos produtivos	61,28	55,04	64,11
- Outros	6,97	10,21	9,01
Distribuição "I" primeiro ano (%)			
- Construção Civil	62,11	45,86	65,50
- Máquinas	10,79	12,76	27,54
- Animais	18,71	9,71	8,18
- Cult. perm.	8,05	26,98	7,55
- Total ativos produtivos	37,55	49,45	43,27
- Outros	0,32	4,72	(8,77)
Distribuição "I" último ano (%)			
- Construção Civil	32,74	48,34	28,31
- Máquinas	17,92	20,88	31,15
- Animais	22,66	20,17	17,01
- Cult. perm.	0,98	0,73	19,05
- Total ativos produtivos	41,56	41,78	67,21
- Outros	25,70	9,87	4,48

FONTE: BNDES (1990)

Por tudo que foi visto, poderíamos ponderar que a renda dos projetos e, em especial, sua renda agrícola, pouco ou quase nada tem a ver com seus respectivos ativos, já que não se observaram tendências relacionando as duas variáveis e já que as tendências observadas para o comportamento dos ativos ocorrem indistintamente para as diversas faixas de renda.

Feita a análise em dados agrupados dos projetos, passamos a observar o comportamento dos ativos tomando por base os decis da população ordenados pelas rendas totais e agrícola. Os quadros XLVI e XLVII lastreariam as principais conclusões.

A principal delas indica que o ativo atual tem relação positiva com a renda bruta total, ou seja, ainda que na chegada cerca de 77% dos projetos apresentassem os parceleiros, atualmente, com maiores rendas, detendo menor parcela de ativos que os parceleiros, atualmente, mais pobres, a situação no momento da pesquisa tinha se modificado. Agora em 92% dos projetos os mais ricos em renda são também os mais ricos em bens.

Também com relação a renda agrícola, quando olhamos para os decis a relação não encontrada em um nível mais agregado começa a aparecer. A concentração dos ativos nas mãos dos parceleiros de maior renda atualmente que aparecia em 76% dos projetos, agora, ocorre em 96% deles.

Tudo isto nos leva a concluir que o ativo atual se relaciona com a renda, em que pese que não se constate com a mesma intensidade esta relação quando olhamos para os ativos no momento da chegada. Entretanto, é evidente que para o que estamos discutindo - fatores que determinam o processo de desenvolvimento da pequena produção - esta conclusão é de pouca valia na medida em que pode ser lida como a renda formando os ativos. Ou ainda, e esta idéia é mais próxima ao que pensamos, que a acumulação de ativos e a obtenção de maior renda são apenas indicadores de uma parcela da população que possui uma maior aptidão para se desenvolver em um ambiente mercantil, Mas o porquê da aptidão permanece obscuro.

QUADRO XLVI

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DECIS SEGUNDO A YBT NOS
ATIVOS (CHEGADA E ATUAL) E INVESTIMENTOS, POR PROJETO

DISCRI- MINAÇÃO	ATIVO NA CHEGADA (X)				ATIVO ATUAL (X)				INVESTIMENTOS NO ULTIMO ANO (X)			
	19	29	99	109	19	29	99	109	19	29	99	109
DECIS												
PE01	14	16	5	5	13	11	17	13	7	9	18	14
PE02	7	10	9	9	7	8	14	10	3	4	24	5
PE03	7	14	11	5	13	11	16	14	24	16	2	26
PE04	15	12	1	3	6	8	8	9	7	0	14	10
PE05	2	6	25	21	4	6	23	18	5	8	13	12
PE06	0	1	15	23	0	2	18	22	1	2	18	55
PE07	4	11	17	5	6	8	13	9	7	0	26	33
PE08	7	10	17	9	7	8	18	15	0	1	53	34
PE09	7	7	7	5	3	6	12	13	5	2	8	57
ME01	43	23	2	31	30	19	5	23	54	-	11	-
ME02	6	9	15	18	5	9	10	16	1	1	9	28
ME03	5	5	5	13	4	6	9	35	3	8	4	51
ME04	1	10	16	25	1	9	11	35	0	1	8	56
ME05	9	4	12	5	4	4	14	12	4	6	9	18
ME06	-	7	17	12	3	7	17	23	1	4	11	52
ME07	8	2	9	25	4	3	9	32	6	-	10	37
ME08	9	4	11	28	5	2	9	27	-	-	3	15
ME09	8	9	12	18	7	9	14	14	6	5	40	23
ME10	6	3	5	20	11	3	5	17	1	3	8	30
GR01	14	7	7	19	6	7	13	15	4	9	15	12
GR02	18	5	11	20	27	4	8	24	24	3	13	13
GR03	19	13	8	13	16	11	15	8	23	10	16	3
GR04	10	5	15	17	8	5	16	19	12	7	11	11
GR05	4	8	9	22	9	7	9	24	18	3	12	27
GR06	3	-	2	26	4	2	8	26	4	-	7	30
GR07	2	6	7	32	2	3	9	23	3	2	7	24

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO XLVII

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS DECIS SEGUNDO A YABT NOS
ATIVOS (CHEGADA E ATUAL) E INVESTIMENTOS, POR PROJETO

DISCRI- MINAÇÃO	ATIVO NA CHEGADA (%)				ATIVO ATUAL (%)				INVESTIMENTOS NO ULTIMO ANO (%)				
	19	29	99	109	19	29	99	109	19	29	99	109	
DECIS													
PE01	5	10	5	10	10	10	15	14	7	9	20	5	
PE02	1	9	6	6	6	7	14	9	2	4	24	5	
PE03	1	19	14	3	12	11	16	14	24	16	2	26	
PE04	25	8	1	7	6	7	8	10	8	0	14	11	
PE05	4	5	29	25	4	5	24	19	7	6	13	12	
PE06	5	9	15	23	5	9	15	22	0	6	6	0	
PE07	12	10	20	8	10	6	15	8	3	1	11	37	
PE08	9	10	35	9	7	8	33	15	0	2	52	34	
PE09	1	8	10	9	12	9	13	10	69	1	6	4	
ME01	43	0	1	31	31	2	5	23	57	0	11	0	
ME02	4	2	13	31	8	3	11	20	0	6	14	20	
ME03	4	7	4	13	3	4	11	33	1	3	10	50	
ME04	3	8	14	25	2	6	13	34	1	2	15	53	
ME05	5	9	13	5	3	8	15	16	8	2	11	10	
ME06	8	7	17	8	6	8	17	22	1	2	12	49	
ME07	3	15	5	10	3	13	9	28	1	3	3	10	
ME08	9	4	13	28	5	2	12	28	1	0	3	15	
ME09	8	2	14	36	5	4	11	16	7	3	9	55	
ME10	5	4	4	20	11	4	7	16	1	1	8	11	
GR01	24	7	8	8	6	7	14	12	5	7	13	13	
GR02	18	4	18	6	28	2	28	7	24	3	17	18	
GR03	7	17	7	19	5	16	6	19	9	22	8	13	
GR04	2	5	4	49	5	4	14	34	10	3	17	13	
GR05	13	1	3	65	10	2	9	50	24	6	15	26	
GR06	1	1	2	27	2	2	10	19	4	4	42	33	
GR07	2	7	12	44	4	3	9	34	2	2	10	21	

FONTE: BNDES (1990)

A análise dos investimentos e das modificações na estrutura do ativo total é capaz entretanto de reforçar este ponto. Conseguimos identificar uma maior propensão a acumular dos mais ricos e uma preferência por acumular em ativos produtivos. Entretanto, a estrutura do ativo atual registrada por todos os níveis de renda não apresenta nenhuma diferenciação marcante (Ver quadro XLIV e XLV).

Talvez isto se deva ao relativamente curto período de instalação, ou seja, ainda não decorreu tempo suficiente para que fluxos diferentes conformem estruturas de estoques distintas.

Por falar em tempo, já deve estar claro que a análise precedente se baseou em um resumo envolvendo todos os parceiros em questão e estes, por suposto, chegaram aos projetos em datas distintas. Assim, o primeiro ano civil não é o mesmo para todos e mesmo o investimento e o ativo total no último ano correspondem a diferentes estágios dos parceiros nos projetos. Para resolver este problema dividimos os indivíduos por data de chegada ao lote e consolidamos os dados dos que chegaram em cada ano. A distribuição dos parceiros resultante é a seguinte:

Ano de chegada	Nº de parceiros
1986	123
1985	256
1984	224
1983	392
1982	174
1981	105
1980	85
Antes de 1980	150
Sem data	8

O quadro resumo obtido é o mostrado adiante.

QUADRO XLVIII

RESUMO DOS ATIVOS PARA OS PARCELEIROS
DIVIDIDOS SEGUNDO A DATA DE CHEGADA

Parceiros que chegaram em	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	(Antes de 1980)
Ativo médio chegada (OTN)	521,04	168,71	264,77	259,16	253,59	183,30	530,04	152,35
"I" (diferença 1º ano) (OTN)	113,63	77,71	59,56	64,20	51,33	258,66	83,55	65,56
Ativo médio 1º ano civil (OTN)	634,67	246,42	324,33	323,36	304,92	441,96	613,59	217,91
Ativo atual médio (OTN)	634,67	364,64	678,57	760,72	546,04	1067,25	1466,92	686,81
II no último ano (OTN)	137,50	110,70	172,08	124,70	87,10	158,33	197,53	46,20
Crescimento do ativo no 1º ano (%)	21,81	46,06	22,49	24,77	20,24	141,11	15,76	43,03
Taxa anual de crescimento do ativo (%)	-	47,97	44,64	33,00	15,68	19,28	15,63	15,43
Taxa de I no último ano (%)	21,68	30,36	25,36	16,39	15,95	14,83	13,46	5,73

FONTE: BNDES (1990)

Pelo quadro XLVIII percebe-se que não há nenhuma lei de formação para o ativo médio dos parceiros na chegada, que poderia existir, caso houvesse um acentuado empobrecimento ou enriquecimento da população-alvo dos projetos de reforma agrária (ou da população atualmente encontrada nos projetos), durante a década de 80. Como essa hipótese não se sustenta, o resultado é o esperado.

Quanto ao ativo médio atual, confirma-se a sugestão, feita anteriormente, de que ele apresenta tendência ao crescimento com o tempo; ou seja, de um modo geral, os parceiros mais antigos tendem a contar com maiores ativos. Não obstante, este crescimento precisa ser melhor caracterizado, pois tanto a taxa anual de crescimento do ativo, como a taxa de investimento no último ano apresentam tendência declinante no tempo. Isto significa que, a despeito de estar crescendo, o ativo total dos parceiros cresce cada vez menos, confirmando, também, a sugestão de que, embora exista acumulação, ela não é suficiente para reproduzir as taxas de crescimento dos primeiros tempos.

Como não poderia deixar de ser, as taxas decrescentes de investimento mostram um desvio desta população como um todo de uma agricultura capitalista dinâmica. Em outros termos, deverão estar refletindo significativa parcela da população que estrutura uma economia próxima à economia de subsistência, ou melhor dizendo, de baixo rendimento.

9. DESPESAS MONETÁRIAS

Os dados referentes a despesas monetárias, tanto as de produção quanto àquelas relativas ao consumo corrente da família, também vão apontar para uma real diferenciação na população assentada.

Enquanto que as despesas com família crescem suavemente com a renda, as despesas correntes de produção - compra de insumos e serviços produtivos - crescem de forma mais significativa.

Como estamos tratando de desembolsos efetivos, as despesas em insumos e serviços produtivos refletem o grau de mercantilização dos parceleiros, ou seja, o quanto eles estão integrados ao mercado de insumos agrícolas. O fato de isto ocorrer naquelas parcelas que possuem maior renda monetária reforça a idéia de que este segmento é mais integrado ao mercado em todos os aspectos.

Para o conjunto dos parceleiros, encontramos valores de despesas familiares que são maiores do que as de produção, o que reflete em baixo nível técnico e econômico das explorações quando vistas agregadamente.

Quando olhamos apenas o comportamento das despesas de produção e as relacionamos com a renda por grupos de projetos, identificamos uma relação positiva e um coeficiente crescente entre despesas de produção e renda bruta.

QUADRO XLIX

DCP, YBT, YABT E DF EM OTN

MÉDIAS POR PARCELEIRO

ITENS	OTN
DCP	82,82
YBT	295,33
YABT	221,90
DF	137,14

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO L

DCP MÉDIAS POR PARCELEIRO
POR PROJETOS ESTRATIFICADOS CONFORME A YBT MÉDIA

YBT EM W MIN	Nº PROJETOS	DCP (OTN)	DCP/ YBT
0 -- 2	10	16,21	0,14
2 -- 4	7	35,71	0,17
> 4	9	188,38	0,34

FONTE: BNDES (1990)

Vale assinalar entretanto que apesar de o quadro acima sugerir que as despesas correntes crescem proporcionalmente à renda, tal indicação não se sustenta ao examinarmos os projetos individualmente. Em cada projeto, quando observamos os parceiros ordenados segundo a renda, encontramos uma queda do coeficiente acompanhando o crescimento das despesas de produção. O resultado é inequívoco: os parceiros de maior renda (os 20+) deferenciam-se bastante dos de menor renda (os 20-), não só pelo volume mais elevado de recursos monetários aplicados na produção, como também pela maior eficiência dessa aplicação, conforme pode ser visto no quadro LI.

A relação entre as despesas de produção e as despesas com a família também indicará a formação de um estrato economicamente mais desenvolvido. O quadro LII, adiante, nos indica que os parceiros de maior renda incorrem em maiores despesas com a família; outrossim, na estrutura de despesas desses parceiros, tais despesas são menos importantes do que são entre os parceiros de menor renda. Dito de outro modo, as despesas produtivas desempenham papel mais importante na estrutura de despesas dos parceiros de maior renda do que no âmbito dos de menor renda.

QUADRO LI

DCP E YBT E QUOCIENTE DCP/YBT RELATIVOS AOS 2 DECIS DE PARCELEIROS DE MAIOR YBT (20+) E AOS 2 DECIS DE PARCELEIROS DE MENOR YBT (20-) POR PROJETOS ORDENADOS CONFORME O TAMANHO

TOTAIS POR PROJETO

PROJETOS	YBT (DTN)		DCP (DTN)		DCP/YBT	
	20-	20+	20-	20+	20-	20+
PE02	259,44	875,99	261,05	256,36	1,01	0,29
PE03	798,42	2.440,87	316,01	646,04	0,40	0,26
PE01	357,09	1.562,26	270,70	629,47	0,76	0,40
PE04	484,91	3.357,41	269,12	701,18	0,55	0,21
PE07	282,23	1.971,92	18,41	218,91	0,07	0,11
PE08	59,52	1.766,32	2,93	212,39	0,05	0,12
PE05	1.465,91	5.125,47	288,59	815,97	0,20	0,16
PE06	26,42	2.184,86	46,22	292,73	1,75	0,13
PE09	176,13	1.555,65	17,83	117,61	0,10	0,08
ME05	378,22	7.408,84	41,78	861,60	0,11	0,12
ME06	303,89	7.385,30	50,91	1.205,55	0,17	0,16
ME07	638,98	5.806,41	70,05	422,57	0,11	0,07
ME03	375,58	18.696,35	218,63	835,87	0,58	0,04
ME04	132,67	4.738,18	101,51	1.293,79	0,77	0,27
ME10	939,98	10.589,16	490,53	2.407,60	0,52	0,23
ME01	93,78	4.562,11	305,69	29,45	3,26	0,01
ME09	284,20	2.888,98	47,28	53,69	0,17	0,02
ME02	261,04	7.592,08	111,92	1.562,21	0,43	0,21
ME08	995,29	32.193,52	619,66	28.038,82	0,62	0,87
GR07	1.845,07	42.020,18	1.129,52	19.356,81	0,61	0,46
GR01	580,97	8.375,19	249,61	1.058,76	0,43	0,13
GR06	2.005,52	8.132,62	177,58	694,93	0,09	0,09
GR02	139,77	40.664,71	310,08	1.331,67	2,22	0,03
GR04	1.122,76	22.096,88	648,45	1.736,10	0,58	0,08
GR05	85,93	5.902,07	90,40	544,12	1,05	0,09
GR03	0,00	5.343,50	537,63	175,87	(1)	0,03

(1) Divisão por zero.

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO LII

DCP E DF E QUOCIENTE DCP/DF RELATIVOS AOS 2 DECIS DE
MAIOR YBT (20+) E AOS 2 DECIS DE MENOR YBT (20-)
POR PROJETOS ORDENADOS CONFORME O TAMANHO

TOTAIS POR PROJETO

PRO- JETOS	DCP (OTN)		DF (OTN)		QUOCIENTE DCP/DF	
	20-	20+	20-	20+	20-	20+
PE02	261,05	256,36	263,15	234,96	0,99	1,09
PE03	316,01	646,04	343,03	234,94	0,92	2,75
PE01	270,70	629,47	338,33	436,07	0,80	1,44
PE04	269,12	701,18	252,53	584,10	1,07	1,20
PE07	18,41	218,91	535,69	1.090,19	0,03	0,20
PE08	2,93	212,39	341,15	855,22	0,01	0,25
PE05	288,59	815,97	562,93	686,06	0,51	1,19
PE06	46,22	292,73	759,38	1.842,04	0,06	0,16
PE09	17,83	117,61	460,50	827,05	0,04	0,14
ME05	41,78	861,60	1.033,77	1.654,29	0,04	0,52
ME06	50,91	1.205,55	695,43	2.828,86	0,07	0,43
ME07	70,05	422,57	982,09	2.142,79	0,07	0,20
ME03	218,63	835,87	1.842,05	2.622,10	0,12	0,32
ME04	101,51	1.293,79	2.481,14	2.687,89	0,04	0,48
ME10	490,53	2.407,60	1.278,13	2.180,37	0,38	1,10
ME01	305,69	29,45	1.259,33	1.043,17	0,24	0,03
ME09	47,28	53,69	1.170,04	1.259,34	0,04	0,04
ME02	112,92	1.562,21	2.161,59	3.881,50	0,05	0,40
ME08	619,66	28.038,82	1.870,26	2.871,18	0,33	9,77
GR07	1.129,52	19.356,81	2.133,36	5.216,04	0,53	3,71
GR01	249,61	1.058,76	2.044,07	3.002,68	0,12	0,35
GR06	177,58	694,93	1.429,39	2.894,61	0,12	0,24
GR02	310,08	1.331,67	3.853,28	7.170,90	0,08	0,19
GR04	648,45	1.736,10	1.813,81	3.740,47	0,36	0,46
GR05	90,40	544,12	935,99	1.550,64	0,10	0,35
GR03	537,63	175,87	3.176,57	3.688,79	0,17	0,05

FONTE: BNDES (1990)

10. COMERCIALIZAÇÃO

Ainda com relação à inserção do mercado, podemos reforçar nossas conclusões com a análise de alguns aspectos que envolvem a comercialização dos produtos agropecuários oriundos das atividades dos parceleiros.

Infelizmente, devemos registrar que não possuímos os dados de comercialização discriminados por decís, mas, mesmo assim, podemos tirar algumas conclusões que elucidam o tipo da economia agrária que está se estruturando nos projetos de assentamento, na medida que não devemos nos esquecer que, como vimos anteriormente, a renda agrícola é concentrada nos estratos superiores.

O quadro LIII apresenta por projeto os valores dos doze principais produtos comercializados pelos parceleiros. O total comercializado deste conjunto se situa em 83% do total da soma da renda agrícola e da oriunda do estrativismo. O total destes doze produtos em cada projeto também alcança uma participação expressiva. Tudo isto nos indica que este subconjunto reflete com precisão o que ocorre com a comercialização dos produtos agropecuários oriundos dos projetos estudados.

A primeira observação que podemos extrair do quadro abaixo é a grande concentração da renda agrícola em poucos produtos. Cinco deles são responsáveis por 72,5% do valor comercializado dos doze principais discriminados e por 60% de toda a renda agrícola. Também entre os projetos, a concentração é expressiva. Cinco deles detêm 61% do total comercializado dos produtos selecionados, sendo que apenas dois detêm 41%.

Uma outra observação importante é a de que praticamente em todos os projetos encontramos um produto responsável pela maior parte do total comercializado.

QUADRO LIII
VALOR DA COMERCIALIZAÇÃO
10 PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGRICULTURA COMERCIALIZADOS + PECUÁRIA DE BOVINOS E SUÍNOS

PROD- JETOS	ALGODÃO HERB	ZINZANE	TOMATE	FEIJÃO	MILHO GRÃO	BOVI- NOS	ARROZ	SUÍNOS	SOJA	MAN- DIOCA	MILHO VERDE	CANA- DE- AÇÚCAR	TOTAL	% DO TO- TAL GERAL
PE02	-	-	-	28	-	-	-	996	688	-	-	-	1.712	0,61%
PE03	-	-	-	14	224	252	3	255	3.203	-	-	-	3.951	1,40%
PE01	-	-	-	65	84	16	-	193	2.305	-	-	-	2.662	0,95%
PE04	-	-	-	262	341	122	-	250	3.277	-	-	-	4.271	1,52%
PE07	-	-	2.281	454	157	-	-	-	-	-	-	-	2.893	1,03%
PE08	81	-	1.782	272	282	-	-	-	-	31	-	-	2.375	0,84%
PE05	-	-	-	3.796	4.455	337	8	4.881	216	-	-	-	13.693	4,86%
PE06	-	-	858	123	221	564	-	54	-	6	21	2	1.848	0,66%
PE09	361	-	580	73	79	50	-	30	-	2	713	-	1.562	0,55%
NE05	-	-	6.458	336	430	943	-	464	-	22	924	6	9.581	3,40%
NE06	-	-	4.828	840	1.018	-	-	-	-	37	115	-	6.838	2,43%
NE07	-	-	2.071	808	945	521	-	2	-	9	1.260	-	5.616	1,99%
NE03	-	-	8.346	305	581	12.816	-	73	-	5	-	-	22.126	7,86%
NE04	-	-	3.488	218	665	187	-	44	-	5	-	-	4.586	1,62%
NE10	17.598	-	-	1.162	1.119	-	91	202	-	66	-	-	20.238	7,19%
NE01	-	-	-	595	2.204	-	3.573	377	-	-	-	-	6.749	2,40%
NE09	522	-	-	679	381	366	-	620	-	-	-	-	2.569	0,91%
NE02	-	-	-	2	-	-	-	-	-	411	-	-	413	0,15%
NE08	-	47.806	-	1.382	7	893	-	-	-	2.293	56	2.152	54.588	19,39%
GE07	53.839	-	-	5.705	957	625	55	61	-	100	-	-	61.341	21,79%
GE01	-	-	-	4.119	6.091	630	323	2.005	640	0	-	-	13.809	4,90%
GE06	441	-	-	5.331	2.129	1.248	-	475	-	4.949	-	-	14.176	5,03%
GE02	-	-	-	49	2.851	31	4.505	1.682	-	131	-	8	9.258	3,29%
GE04	-	-	-	17	224	853	2.906	1.070	-	472	-	0	5.542	1,97%
GE05	-	-	-	569	392	2.332	1.289	539	-	330	-	-	5.451	1,94%
GE03	-	101	-	242	214	42	3.053	184	-	-	-	-	3.746	1,33%
TOTAL GERAL	72.046	47.816	30.632	27.446	26.052	22.828	15.808	14.453	10.350	8.868	3.089	2.168	281.555	100,00%
% DO TO- TAL GERAL	25,6%	17,0%	10,9%	9,8%	9,3%	8,1%	5,6%	5,1%	3,7%	3,2%	1,1%	0,8%	100,0%	
% DO YANTI + YDE	21,2%	14,1%	9,0%	8,1%	7,7%	6,7%	4,6%	4,3%	3,0%	2,6%	0,9%	0,6%	82,7%	

FONTE: BNDES (1990)

A conclusão é inequívoca. Estamos observando uma agricultura produtora de mercadorias. Não se trata de comercialização de excedentes que extrapolam as necessidades de consumo. Antes são produtos que se destinam integralmente ao mercado. Observando o quadro LIII constatamos inclusive que os três principais produtos são caracteristicamente frutos de uma agricultura comercial: algodão, inhame e tomate. O feijão e o milho, que são comercializados em quase todos os projetos, e o arroz, todos cultura típicas de subsistência, quase sempre aparecem superados por alguma cultura típica de mercado.

Sabendo que a renda agrícola é bastante concentrada, não é arriscado supor que esta agricultura comercial que conseguimos identificar se concentre nos estratos superiores da população assentada.

Para concluir, convém registrar que não foi identificada nenhuma diferença no que se refere ao padrão de comercialização por parte dos projetos. O intermediário é significativo em todos eles, tanto para as informações relativas ao preço quanto como canal de comercialização, embora a cooperativa apareça como um canal relevante para alguns projetos.

11. OUTROS ASPECTOS

Em alguns momentos deste trabalho tratamos de variáveis que estão relacionadas aos parceleiros no seu momento de chegada ao lote. Até agora não encontramos nestas condições iniciais uma explicação plausível para a diferenciação que efetivamente ocorre na população estudada. Nem o crédito no primeiro ano de instalação, nem o ativo inicial e tampouco a utilização de insumos modernos no primeiro ano puderam explicar a situação atual.

Outros aspectos investigados e relacionados com a situação dos parceleiros na chegada ou nos momentos que a precederam também não tem poder explicativo sobre a situação atual.

Com relação à origem, não encontramos grande diferenciação. A grande maioria dos parceleiros (85,7%) mantinha residência em domicílios rurais. Um dado significativo é a revelação de que 28% do total dos parceleiros já ocupava a área do projeto antes de sua implantação, não tendo vivido, portanto, problemas relativos a dificuldades de adaptação em passado recente. Registre-se ainda que este dado não influencia positivamente a renda obtida como, em princípio, poderia ser suposto.

Uma outra informação interessante demonstra que apenas 43,5% dos parceleiros conseguiram o lote através dos processos usuais dos órgãos executores. Um número considerável (29%) obteve o lote por outros meios, onde podemos destacar a compra (12%). Entretanto, todas estas informações não apresentaram nenhuma relação com a renda que merecesse uma investigação mais sistemática.

A sobrevivência ao longo do primeiro ano, que é o momento crítico para o desempenho do parceleiro, foi provida principalmente por economias anteriores e trabalho assalariado.

Os empréstimos dos órgãos de colonização também aparecem com alguma importância. Estas três fontes de meios de subsistência ao longo do primeiro ano apresentam, com relação à renda, um comportamento distinto. Enquanto as economias anteriores e o trabalho assalariado são mais utilizados nas menores faixas de renda, o crédito é mais utilizado pelas maiores faixas. Registre-se que, apesar disto os dados não são suficientemente marcantes para pensarmos que pode existir um sentido de determinação com relação ao desempenho futuro.

As experiências anteriores vivenciadas pelos parceiros também foram objeto de investigação. Observa-se que a grande maioria dos parceiros teve experiências anteriores em lavouras (95,8%) e na pecuária (86,4%). São consideráveis as frequências registradas para alguns itens cujo uso, em tese, denotaria práticas modernas, como por exemplo adubos, calcário e corretivos (42,5%), rações e confinamento (69,5%), pastos plantados (40,0%). Quanto as experiências ligadas à economia urbana, é interessante registrar que existiram para 40% dos parceiros. Aqui, entretanto, a construção civil foi a atividade preponderante, alcançando 24% do total dos parceiros.

Convém registrar que os dados trabalhados na pesquisa são demasiado brutos para esclarecer como se deu realmente a prática, inclusive quanto a sua intensidade e duração, o que nos impede de avaliar a real modernidade das práticas produtivas anteriores dos parceiros. Além disso, não encontramos nenhuma correspondência significativa entre a experiência, tal como coletada na pesquisa, e a renda obtida nos lotes.

Para concluir esta parte da tese, convém apresentarmos alguns dados adicionais que complementam o perfil da população investigada.

O Quadro LIV adiante descreve as primeiras características observadas:

QUADRO LIV
 CARACTERÍSTICAS DOS LOTES PARA OS PROJETOS
 DIVIDIDOS SEGUNDO A YBT MÉDIA

YBT em Mein	NÚMERO DE LOTES	LOTES SEM MO- RADORES (%)	Nº DE DOMICÍLIOS		Nº DE FAMÍLIAS MORADORAS		Nº DE PESSOAS MORADORAS		
			TOTAL	POR LOTE OCUPADO	TOTAL	POR LOTE OCUPADO	TOTAL	(COM MAIS DE PESSOAS POR 7 ANOS (%))	FAMÍLIA
0 - 2	602	7,8	586	1,06	620	1,12	3.274	78,9	5,3
2 - 4	370	9,7	375	1,12	364	1,09	2.045	80,2	5,6
4 -	545	6,1	700	1,37	618	1,21	3.486	80,3	5,6
TOTAL	1.517	7,6	1.661	1,18	1.602	1,14	8.805	79,7	5,5

FONTE: BNDES (1990)

A primeira observação a fazer do Quadro LIV acima refere-se ao fato de 7,6% dos lotes apresentarem-se sem moradores. A hipótese de que esses lotes - no total de 116 - não estariam sendo explorados não é verdadeira, na medida em que em apenas 8 não foram encontrados os parceleiros para responder aos questionários; os demais parceleiros, portanto, têm residência em vilas ou pequenas cidades próximas ao projeto, valendo-se do assentamento para prover (ou complementar) sua subsistência e não com a finalidade de se estabelecer domiciliarmente. Observe-se que a variável lotes sem moradores não se relaciona com o nível de renda.

Quanto ao número de domicílios por lote, no total constatamos que existem, em média, 18% mais domicílios que lotes ocupados, sendo que esta percentagem tende à elevação segundo observamos os projetos divididos por YBT média: enquanto nos mais pobres existem 6% mais domicílios que lotes, nos mais ricos a percentagem chega a 37%.

O número de famílias, não obstante, não acompanha esta elevação: existem em média 14% mais famílias que lotes ocupados, sendo, em média, cerca de 10% nas duas primeiras faixas de projetos e 21% na faixa mais rica em renda observada. É interessante cotejar essas observações com as informações referentes ao número de domicílios, pois fica evidente que na primeira faixa de renda certamente há casos de duas ou mais famílias compartilharem apenas um domicílio, enquanto nas duas demais faixas não há evidência de que isto ocorra.

O número de pessoas moradoras nos lotes atinge 8.805, das quais 79,7% com mais de 7 anos de idade. Nota-se também que esta conformação etária não apresenta diferenças significativas entre as faixas de renda média observadas, assim como o número médio de pessoas por família, no geral 5,5 membros, aproximadamente equivalentes para os três blocos de projetos

Também foram pesquisados aspectos sumários do grau de alfabetização da população pesquisada, obtendo-se o Quadro LV abaixo:

QUADRO LV

ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO PESQUISADA PARA OS
PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YBT MÉDIA

YBT em Wmin	PESSOAS COM MAIS DE 7 ANOS	SABEM LER E ESCREVER (%)		
		SIM	NÃO	Só o NOME
0 - 2	2.584	47,9	29,1	23,0
2 - 4	1.641	28,3	42,9	28,8
4 -	2.800	56,7	23,0	20,3
TOTAL	7.025	46,8	30,0	23,2

FONTE: BNDES (1990)

Observa-se, na população pesquisada como um todo, que menos da metade dela, ou 46,8%, sabe ler e escrever, contra 30,0% de analfabetos e 23,2% que só assinam o nome. Nota-se, inclusive, que esta situação é menos perversa para a faixa de projetos com maior YBT: nela os alfabetizados compõem 56,7% da população.

Embora esta não seja uma variável estritamente ligada à atividade agropecuária, é, sem dúvida, um indicador do nível sócio-cultural da população envolvida.

Analisamos, ainda, o comportamento dos moradores com relação ao trabalho assalariado fora do lote. Para avaliação da magnitude deste contingente, tomamos como referência a mão de obra potencial existente, definida como os moradores com idade entre 10 e 65 anos. Os resultados são mostrados no Quadro LVI abaixo:

QUADRO LVI

EMPREGO DE MORADORES FORA DO LOTE PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YBT MÉDIA

YBT em Wmin	MÃO-DE- OBRA POTEN- CIAL	NÚMERO DE PESSOAS QUE TRABALHAM FORA		PARTICIPAÇÃO NA MÃO-DE-OBRA POTENCIAL (%)		PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
		DE FORMA TEMPORÁRIA	DE FORMA PERMANENTE	TEMPO- RÁRIOS	PERMA- NENTES	TEMPO- RÁRIOS	PERMA- NENTES
0 - 2	2.291	348	65	15,2	2,8	84,3	15,7
2 - 4	1.407	261	105	18,6	7,5	71,3	28,7
4 -	2.448	242	112	9,9	4,6	68,4	31,6
TOTAL	6.146	851	282	13,8	4,6	75,1	24,9

FONTE: BNDES (1990)

De um modo geral, observa-se que 18,4% da mão de obra potencial dos lotes exercem trabalho assalariado extra-lote, sendo 13,8%, de forma temporária e 4,6%, de forma permanente. Dois aspectos podem ainda ser ressaltados do Quadro LVI acima: o primeiro é que a porcentagem da mão-de-obra potencial que busca trabalho fora é menor na última faixa de renda estudada; o segundo é que também se nota a tendência de a estrutura deste emprego se modificar quando observamos os projetos dos mais pobres para os mais ricos: nestes últimos o assalariamento começa a assumir um caráter mais permanente.

Ainda com relação ao trabalho de moradores fora do lote, preocupa-nos o fato de o número de pessoas que se ocupam de forma esporádica não ser a melhor medida para esta variável: importa, neste caso, saber o volume de trabalho efetivamente realizado. Portanto, procuramos observar o número de dias de trabalho médio por cada morador que se empregou fora de forma temporária

QUADRO LVII

VOLUME DE TRABALHO TEMPORÁRIO FORA DO LOTE PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YBT MÉDIA

YBT EM Wmin	Nº MÉDIO DE DIAS POR TRABALHADOR TEMPORÁRIO	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL	
		DO Nº DE TRABALHADORES TEMPORÁRIOS	DO VOLUME DE TRABALHO TEMPORÁRIO
0 - 2	58	40,9	34,2
2 - 4	74	30,7	32,8
4 -	81	28,4	33,0
TOTAL	69	100,0	100,0

FONTE: BNDES (1990)

Do quadro LVII observa-se que, em média, cada morador que trabalhou fora de forma esporádica ocupou-se 69 dias no ano pesquisado. Além disso, esta variável se relaciona positivamente com o nível de renda. Assim, embora menor parcela da mão-de-obra potencial realize trabalho temporário extra-lote quanto maior é o nível de renda - como visto no Quadro LVI - cada trabalhador temporário tende a trabalhar maior número de dias quanto maior é a renda do projeto.

Finalmente, sobre o trabalho dos moradores fora dos lotes, fizemos o levantamento das atividades que exerceram no ano pesquisado, obtendo a distribuição mostrada no Quadro LVIII abaixo:

QUADRO LVIII

DISTRIBUIÇÃO DOS MORADORES QUE TRABALHARAM FORA DO LOTE SEGUNDO AS ATIVIDADES EXERCIDAS

YBT em Wmin	A T I V I D A D E S E X E R C I D A S				
	EMPREGADO DOMÉSTICO (%)	CONSTRUÇÃO CIVIL (%)	AGRICULTURA (%)	CONTA PRÓPRIA (%)	OUTROS (%)
0 - 2	3,6	11,2	69,5	9,2	6,5
2 - 4	1,5	6,3	80,9	6,8	4,5
4 -	2,5	16,4	64,5	8,0	8,6
TOTAL	2,6	10,9	72,1	8,0	6,4

FONTE: BNDES (1990)

Observa-se, no Quadro LVIII acima, que para a totalidade da população estudada, 72,1% dos moradores que trabalharam fora dedicaram-se à agricultura. Não obstante, é no mínimo curioso encontrarmos quase 30% das pessoas, teoricamente vinculadas ao meio rural, em empregos urbanos, como certamente são as atividades de empregado doméstico e trabalhador na construção

civil e, muito provavelmente, as situações não especificadas "conta própria" e "outros". Este fato vem ratificar a hipótese de que, mesmo nos projetos de Reforma Agrária, o meio rural não se encontra dissociado do meio urbano; ao contrário, faz parte da estratégia de obtenção de renda dos pequenos produtores rurais buscarem nas pequenas cidades e vilas vizinhas uma complementação para sua subsistência.

A segunda observação a fazer do Quadro LVIII acima diz respeito à inexistência de tendências nítidas com relação à estrutura do emprego nas diversas faixas de renda. Conquanto a última seja a que mais se dirige ao meio urbano, esta diferença não parece significativa a ponto de identificarmos relação entre esta variável e o nível de renda médio do projeto.

Finalmente, para encerrar a breve caracterização dos moradores dos lotes estudados, apresentamos alguns aspectos relacionados à sua condição de sindicalização e cooperativismo.

QUADRO LIX

SINDICALIZAÇÃO E COOPERATIVISMO PARA OS PROJETOS DIVIDIDOS SEGUNDO A YBT MÉDIA

YBT em Wmin	SINDICALIZADOS				COOPERATIVADOS			
	Nº DE PESSOAS		PARTICIPAÇÃO NA MÃO-DE-OBRA POTENCIAL (%)		Nº DE PESSOAS		PARTICIPAÇÃO NA MÃO-DE-OBRA POTENCIAL (%)	
	ANTES	ATUAL- MENTE	ANTES	ATUAL- MENTE	ANTES	ATUAL- MENTE	ANTES	ATUAL- MENTE
0 - 2	299	222	13,1	9,7	43	132	1,9	5,8
2 - 4	180	181	12,8	12,9	29	151	2,1	10,7
4 -	322	262	13,2	10,7	99	227	4,0	9,3
TOTAL	801	665	13,0	10,8	171	510	2,8	8,3

FONTE: BNDES (1990)

Inicialmente observa-se que são pequenas, atualmente, as parcelas da mão-de-obra potencial dos projetos que é sindicalizada ou cooperativada - apenas 10,8 e 8,3%, respectivamente. Além disso, este resultado é produto de dois movimentos distintos: enquanto decresceu a parcela de sindicalizados após a vinda para o projeto, cresceu a parcela dos cooperativados.

Estes movimentos são aparentemente lógicos, uma vez que os sindicatos se dedicam em boa medida a reivindicações ligadas à luta pela terra e as cooperativas, por suposto, a aspectos ligados à produção e comercialização decorrentes do uso da terra.

Quanto à observação desses resultados para as faixas de projetos divididos conforme a renda bruta total média, não se verificam tendências marcantes que diferenciem os mais pobres dos mais ricos segundo as variáveis estudadas.

A seguir procuramos verificar como as variáveis acima analisadas se comportam no interior dos projetos; para tanto analisamos os parceleiros ordenados segundo a YBT e agrupados em decis e confrontamos os dois decis mais pobres e mais ricos de cada projeto, respectivamente. Todos os quadros com estas informações encontram-se ao final deste capítulo.

QUADRO LX

RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL
PROJETOS ESTRATIFICADOS SEGUNDO O NÍVEL DA YBT

PROJETOS	PARTICIPAÇÃO DE LOTES DESOCUPADOS NO TOTAL DE LOTES DO DECIL				DOMICÍLIOS POR LOTE OCUPADO				FAMÍLIAS POR LOTE OCUPADO			
	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º	1º	2º	3º	4º
PRIMEIRO ESTRATO(1)												
PE06	100,0	100,0	-	40,0	-	-	1,0	1,7	-	-	1,2	1,0
GR03	-	-	-	-	1,0	1,0	1,2	1,1	1,0	1,1	1,2	1,0
ME09	-	-	-	-	1,2	1,0	1,2	2,0	1,2	1,0	1,0	1,5
GR05	10,0	-	-	-	1,0	0,9	1,3	1,2	1,0	1,1	1,2	1,2
PE08	-	-	-	-	1,0	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3
ME04	50,0	50,0	16,7	50,0	0,3	0,3	0,4	0,7	1,0	1,0	1,0	1,7
ME01	16,7	-	-	16,7	1,2	1,0	1,0	1,2	1,4	1,0	1,0	1,0
PE07	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,3	1,0	1,3	1,0	1,0
GR01	-	-	-	-	1,0	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
PE09	-	-	-	100,0	1,0	1,0	1,5	-	1,0	1,0	1,0	-
SEGUNDO ESTRATO(2)												
ME07	16,7	-	-	16,7	0,4	0,5	0,8	1,0	1,2	1,0	1,0	1,0
ME06	50,0	-	-	-	0,7	0,3	0,7	0,3	1,0	1,0	1,0	1,0
ME02	-	-	16,7	16,7	1,2	1,0	2,0	1,8	1,5	1,0	1,6	1,4
GR06	10,0	40,0	-	20,0	1,0	1,0	1,0	1,3	1,0	1,0	1,0	1,0
PE02	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
ME05	33,3	16,7	33,3	-	1,0	1,2	1,0	1,2	1,0	1,0	1,0	1,0
PE01	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
TERCEIRO ESTRATO(3)												
GR04	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1	1,0	1,2	1,4
PE03	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
ME10	-	-	-	-	0,8	1,2	1,2	1,3	1,0	1,2	1,5	1,2
ME03	50,0	66,7	50,0	16,7	1,0	5,0	1,7	1,0	1,3	1,0	1,0	1,2
PE04	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
PE05	-	-	-	-	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,3	1,0	1,0
GR02	10,0	-	-	-	2,1	1,1	1,7	1,5	1,4	1,3	1,8	1,6
GR07	10,0	10,0	-	20,0	1,1	1,1	1,4	1,3	1,1	1,3	1,5	1,5
ME08	16,7	33,3	16,7	-	4,0	1,0	3,2	4,5	1,0	1,0	1,6	1,2

(1) YBT até 2 Mm. (2) YBT de 2 até 4 Mm. (3) YBT igual a 4 ou mais Mm.

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO LXI

RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL
PROJETOS ESTRATIFICADOS SEGUNDO O NÍVEL DA YBT

PROJETOS	PORCENTAGEM DOS QUE SABEM LER DECIS ORDENADOS PELA YBT				DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VOLUME DE TRABALHO TEMPORÁRIO DECIS ORDENADOS PELA YBT *			
	1º	2º	9º	10º	1º	2º	9º	10º
PRIMEIRO ESTRATO(1)								
PE06	-	-	51,7	32,0	-	-	10,9	23,5
GR03	71,4	71,8	66,7	59,5	-	-	10,5	17,8
ME09	11,8	58,8	58,3	15,9	100,0	-	-	-
GR05	89,2	51,6	59,6	72,0	-	3,4	18,5	10,1
PE08	15,4	7,1	35,7	45,0	-	5,0	11,2	11,2
ME04	35,3	42,1	55,2	40,0	-	0,9	8,2	0,7
ME01	66,7	26,7	33,3	84,6	1,1	4,0	4,0	-
PE07	7,1	28,6	38,1	31,8	6,3	8,5	12,7	15,7
GR01	60,0	58,1	71,1	78,0	4,6	5,6	3,2	2,4
PE09	30,0	58,3	28,6	-	1,6	6,2	23,5	1,6
SEGUNDO ESTRATO(2)								
ME07	23,3	13,3	19,4	42,9	2,3	3,9	17,4	-
ME06	16,7	32,4	48,9	38,1	0,5	2,3	21,9	2,6
ME02	20,0	13,6	40,0	27,3	3,0	11,4	2,0	2,2
GR06	15,2	5,0	11,5	29,5	13,5	5,5	6,4	47,7
PE02	100,0	100,0	100,0	100,0	-	-	-	-
ME05	55,6	8,3	72,0	50,0	-	8,7	4,6	4,5
PE01	100,0	81,8	100,0	77,8	-	-	-	88,9
TERCEIRO ESTRATO(3)								
GR04	42,9	44,8	81,4	67,2	0,8	6,3	6,4	6,6
PE03	85,7	80,0	100,0	100,0	-	-	-	-
ME10	40,0	65,2	75,8	76,5	-	24,0	4,6	-
ME03	9,5	13,3	12,0	29,3	0,1	-	7,4	15,8
PE04	90,9	100,0	71,4	100,0	-	-	-	-
PE05	77,8	86,7	88,9	87,0	-	89,7	-	-
GR02	41,5	20,5	61,5	74,1	5,0	1,4	12,2	10,8
GR07	38,2	77,1	82,2	85,7	7,4	2,2	17,1	15,6
ME08	11,9	20,0	24,5	50,0	-	60,6	24,2	3,0

* Volume de trabalho temporário realizado pelos parceiros do decil em relação ao volume total de trabalho temporário referente ao projeto.

(1) YBT até 2 Wmin.

(2) YBT de 2 até 4 Wmin.

(3) YBT igual a 4 ou mais Wmin.

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO LXII

RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL
PROJETOS ESTRATIFICADOS SEGUNDO O NÍVEL DA YBT

PROJETOS	MORADORES QUE TRABALHAM FORA DE FORMA TEMPORÁRIA PARTICIPAÇÃO NA M.O. POTENCIAL DO DECIL				MORADORES QUE TRABALHAM FORA DE FORMA FIXA PARTICIPAÇÃO NA M.O. POTENCIAL DO DECIL			
	1º	2º	9º	10º	1º	2º	9º	10º
PRIMEIRO ESTRATO(1)								
PE06	-	-	20,0	60,9	-	-	4,0	4,3
GR03	-	-	20,0	21,6	-	-	4,4	10,8
ME09	3,6	-	-	-	-	3,3	2,7	5,3
GR05	-	11,5	7,7	11,9	-	-	5,1	2,4
PE08	-	9,1	16,7	5,9	-	-	-	-
ME04	-	15,8	17,2	3,7	-	-	6,9	-
ME01	7,7	13,3	4,8	-	-	-	-	-
PE07	38,5	50,0	26,3	21,1	-	-	-	5,3
GR01	17,4	12,5	-	8,7	-	-	8,1	-
PE09	25,0	55,6	45,0	-	-	-	-	50,0
SEGUNDO ESTRATO(2)								
ME07	19,2	33,3	35,4	-	-	-	9,7	11,1
ME06	9,1	10,3	23,7	2,8	-	-	7,9	5,6
ME02	12,5	17,6	3,6	5,0	-	5,9	7,1	10,0
GR06	6,9	-	6,1	7,1	-	10,0	4,1	9,5
PE02	-	-	-	-	-	-	-	-
ME05	-	41,7	24,0	16,0	-	-	12,0	10,0
PE01	-	-	-	33,3	-	-	-	-
TERCEIRO ESTRATO(3)								
GR04	15,4	34,8	8,6	7,0	-	-	2,9	1,8
PE03	-	-	-	-	-	-	-	-
ME10	-	28,6	13,3	-	-	-	6,7	15,4
ME03	4,8	-	12,5	2,9	-	-	-	5,9
PE04	-	-	-	-	-	-	-	12,5
PE05	-	14,3	-	-	-	-	-	-
GR02	4,9	15,6	10,4	9,3	-	3,1	20,9	24,1
GR07	25,9	6,7	11,9	8,6	3,7	-	-	8,6
ME08	-	7,7	2,0	1,5	-	-	4,1	1,5

(1) YBT até 2 Wmin.

(2) YBT de 2 até 4 Wmin.

(3) YBT igual a 4 ou mais Wmin.

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO LXIII
RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL
PROJETOS ESTRATIFICADOS SEGUNDO O NÍVEL DA YBT

PROJETOS	1ª E 2ª DECIS (20% -)					9ª E 10ª DECIS (20% +)				
	PESSOAS QUE TRABALHAM FORA	EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS	EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS (%)	EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS (%)	NÃO AGRÍCOLAS (%)	PESSOAS QUE TRABALHAM FORA	EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS	EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS (%)	EM ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS (%)	NÃO AGRÍCOLAS (%)
PRIMEIRO ESTRATO(1)										
PE06	-	-	-	-	-	21	13	8	62	38
GR03	-	-	-	-	-	21	16	5	76	24
ME09	2	1	1	50	50	7	-	7	-	100
GR05	3	-	3	-	100	11	-	11	-	100
PE08	1	1	-	100	-	3	3	-	100	-
ME04	3	3	-	100	-	8	5	3	62	38
ME01	3	3	-	100	-	1	-	1	-	100
PE07	10	10	-	100	-	10	4	6	40	60
GR01	11	10	1	91	9	7	5	2	71	29
PE09	7	6	1	86	14	10	7	3	70	30
SEGUNDO ESTRATO(2)										
ME07	8	8	-	100	-	17	13	4	76	24
ME06	4	4	-	100	-	15	9	6	60	40
ME02	7	6	1	86	14	6	1	5	17	83
GR06	4	2	2	50	50	12	3	9	25	75
PE02	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ME05	5	5	-	100	-	23	13	10	57	43
PE01	-	-	-	-	-	3	3	-	100	-
TERCEIRO ESTRATO(3)										
GR04	12	11	1	92	8	9	5	4	56	44
PE03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ME10	6	5	1	83	17	10	3	7	30	70
ME03	1	1	-	100	-	6	5	1	83	17
PE04	-	-	-	-	-	1	-	1	-	100
PE05	2	-	2	-	100	-	-	-	-	-
GR02	8	4	4	50	50	39	7	32	18	82
GR07	10	10	-	100	-	18	15	3	83	17
ME08	1	1	-	100	-	5	2	3	40	60
TOTAL	108	91	17	84	16	263	132	131	50	50

(1) YBT até 2 Min.

(2) YBT de 2 até 4 Min.

(3) YBT igual a 4 ou mais Min.

FONTE: BNDES (1990)

QUADRO LXIV
RESUMO DA CARACTERIZAÇÃO SOCIAL - PROJETOS ESTRATIFICADOS SEGUNDO O NÍVEL DA YBT

PROJETO	Nº DE LOTES		Nº DE FAMILIAS	Nº DE PESSOAS NO LOTE	Nº DE PESSOAS COM MAIS DE 7 ANOS	SABEM LER E ESCREVER	MORADORES EMPREGADOS DO LOTE		SINDICALIZADOS	COOPERATIVADO			
	SEM MORADORES	DE DOMICÍLIOS					TRAB. TEMP.	TRAB. PERM.		ANTES	ATUAL		
PRIMEIRO ESTRATO(1)													
PE06	46	20	28	34	167	130	36	41	4	12	11	2	22
GR03	100	-	110	111	474	393	244	50	7	68	3	11	-
ME09	60	-	77	74	431	334	114	1	22	49	29	5	17
GR05	100	1	106	106	581	441	238	41	7	49	45	1	-
PE08	27	-	28	31	188	152	45	16	2	15	6	7	25
ME04	60	19	26	48	286	226	79	48	3	11	13	1	34
ME01	60	3	59	62	238	204	84	27	1	1	27	1	1
PE07	27	1	27	28	198	158	51	38	4	16	14	13	32
GR01	100	-	102	107	554	427	307	52	5	63	67	2	-
PE09	22	3	23	19	157	119	38	34	10	15	7	-	1
SUBTOTAL	213	24	199	205	1.214	946	512	136	21	142	138	73	171
SEGUNDO ESTRATO(2)													
ME07	61	5	63	59	332	272	60	75	17	43	13	9	35
ME06	63	5	58	61	410	335	116	66	15	36	6	5	47
ME02	60	2	79	77	377	280	53	37	32	29	40	3	5
GR06	100	17	89	85	482	400	47	15	18	1	54	1	26
PE02	10	-	10	10	47	31	28	-	-	9	16	3	9
ME05	60	7	60	56	313	258	104	64	23	47	34	3	15
PE01	16	-	16	16	84	65	56	4	-	15	18	5	14
SUBTOTAL	604	65	703	634	3.742	3.000	1.046	388	134	315	254	43	204
TERCEIRO ESTRATO(3)													
GR04	100	-	101	108	488	384	254	74	19	36	1	12	1
PE03	15	-	16	15	77	52	47	-	-	15	22	4	16
ME10	60	2	71	70	336	273	197	36	7	29	26	-	8
ME03	60	20	37	45	325	280	77	30	6	14	11	8	28
PE04	21	-	22	22	117	103	90	-	1	19	17	10	22
PE05	29	-	29	30	179	136	121	3	-	26	27	29	30
GR02	100	1	135	131	649	510	256	48	52	50	11	13	34
GR07	100	8	116	115	621	524	385	47	19	77	92	15	74
ME08	60	2	173	82	694	538	162	4	8	56	55	8	14
SUBTOTAL	700	27	759	763	3.849	3.079	1.731	327	127	344	273	55	135
TOTAL	1.517	116	1.661	1.602	8.805	7.025	3.289	851	282	801	665	171	510

(1) YBT até 2 Min. (2) YBT de 2 até 4 Min. (3) YBT igual a 4 ou mais Min.

FORNTE: BNDES (1990)

No Quadro LX examinamos, a nível de cada projeto, a questão dos lotes desocupados e dos domicílios e famílias por lote ocupado. Quando tínhamos apreciado o panorama por grupos de projetos estratificados pela renda, não havíamos detectado tendência de os projetos de maior renda possuírem menos lotes desocupados. No Quadro LX, confrontados os 1º e 2º decis de um lado e os 9º e 10º de outro, observa-se que aqui também não se pode afirmar que entre os parceleiros mais ricos (9º e 10º decis) haja menos lotes desocupados.

Não se confirma no Quadro LX a associação positiva entre domicílios por lote ocupado e nível de renda (vide Quadro LIV), quando confrontamos os dois decis de maior renda com os dois de menor renda. Tampouco se mantém a indicação de nas faixas de maior renda haver maior número de famílias por lote ocupado, conforme sugeriu o Quadro LIV.

Outro aspecto analisado foi o grau de alfabetização dos parceleiros. Na apuração anterior verificou-se que havia maior parcela de alfabetizados nos projetos de maior renda média. No Quadro LXI, quando confrontamos a porcentagem de alfabetizados nos decis, verificamos que no interior de cada projeto há, em geral, menor parcela de alfabetizados nos dois decis mais pobres que nos dois mais ricos; entretanto, as diferenças não são acentuadas, o que não nos permite afirmar a existência de relação entre essas variáveis (nível de renda e alfabetização).

Ainda no Quadro LXI examinamos a distribuição do volume de trabalho temporário (nº total de dias trabalhados fora do lote) pelos 1º, 2º, 9º e 10º decis. Por exemplo, no Projeto PE 01 88,9% do volume de trabalho temporário fora do lote foram realizados por parceleiros do 10º decil. Mantém-se a indicação obtida através do Quadro LVII de que volume de trabalho temporário e nível de renda não se relacionam inversamente.

No Quadro LXII investigamos a ocupação da mão-de-obra potencial fora do lote nos decis em questão, conforme a ocupação dos parceleiros seja temporária ou fixa. Quanto à ocupação temporária, sempre confrontando os 1º e 2º decis com os 9º e 10º, não fica claro que os mais pobres a ela se dediquem mais que os mais ricos. Isso contraria a indicação fornecida pelo

Quadro LVI, no qual no grupo de projeto de maior renda, menor parcela da mão-de-obra potencial dedicava-se ao trabalho temporário. Quanto à ocupação permanente, no Quadro LXII é indubitável sua concentração nos 9º e 10º decis, o que também se opõe às indicações do Quadro LVI, em que os projetos de maior renda não apresentaram maior percentual de trabalhadores permanentes em relação à mão-de-obra potencial.

Finalmente, procuramos verificar se realmente não há relação entre renda e tipo de trabalho assalariado (agrícola ou não agrícola), conforme a análise anterior dos blocos de projetos sugeriu. Para tanto elaboramos o Quadro LXIII, onde agrupamos os dois decis mais ricos e mais pobres de cada projeto e observamos, para cada um, quantas pessoas trabalham fora, quantas em atividades agrícolas e quantas em atividades não-agrícolas. Obtivemos, também, a estrutura, em percentagem, deste trabalho, segundo o tipo de atividade.

O resultado aparentemente desmente a verificação anterior, na medida em que pode-se observar que as pessoas que trabalham fora e pertencem aos 2 primeiros decis de seus projetos, no total de 108 pessoas, dedicam-se principalmente a atividades agrícolas - 91 pessoas ou 84,3% - enquanto das pessoas que trabalham fora e pertencem aos 2 decis mais ricos de cada projeto - 265 pessoas - boa parte, ou 50%, dedica-se a atividades não-agrícolas.

Observando os projetos um a um, verifica-se que dos 24 que apresentaram pessoas assalariadas fora do lote, em 15 a estrutura do trabalho assalariado para os dois primeiros decis é nitidamente agrícola, sendo que em 10 deles sequer há qualquer pessoa em atividade não-agrícola; para os dois últimos decis, ao contrário, em 10 projetos há predominância da atividade não-agrícola. Por tudo isso, parece claro haver relação entre a renda do parceleiro e sua inserção no trabalho urbano. Esta informação, inclusive, é coerente com a observação anterior, de que os mais ricos parceleiros tendem a manter mais empregos fixos que os mais pobres.

Elaboramos ainda o Quadro LXIV, em que apresentamos algumas estatísticas relevantes por projeto.

Para encerrar esta exposição informamos que todas as variáveis apresentadas foram apuradas para os projetos divididos segundo o tamanho - pequenos, médios e grandes -, conforme vem sendo o procedimento adotado neste trabalho. Constatamos, contudo, que nenhuma dessas variáveis apresenta relação com o porte do projeto, como, aliás, era de se esperar. Deixamos, portanto, de apresentar os quadros referentes a esse segmento da análise

12. ALGUMAS CONCLUSÕES

O presente capítulo, dada a natureza de sua exposição, não deve ser concluído sem um breve resumo capaz de permitir ao leitor acompanhar-nos em nossa síntese.

i) Renda

A renda encontrada apresentou-nos a principal informação deste capítulo, que sintetiza o problema que estamos discutindo nesta tese. Apesar de em termos médios revelar um resultado satisfatório (cerca de 3 salários mínimos anuais) e de ser em sua maior parte (75%) oriunda da venda de produtos da agropecuária, a concentração de renda encontrada nos revelou a existência de uma inequívoca diferenciação na população estudada.

ii) A Assistência Técnica atende cerca de 45% da população e é considerada satisfatória por aqueles que a recebem. Entretanto, revelou não influenciar a renda e, nem mesmo, a utilização de modernos fatores de produção, como pode ser visto no item 4 deste capítulo

iii) O crédito esteve presente desde o início dos assentamentos, quando atendeu 20% da população e aumentou sua cobertura para 32%. Entretanto, estes números escondem uma heterogeneidade de projeto a projeto, tanto a nível de cobertura como com relação ao volume de crédito.

Porém, o mais marcante é que apesar de os parceleiros mais ricos receberem a maior parcela de crédito, não fomos capazes de afirmar que o crédito pode ser entendido como um determinante da renda. Confirmando esta conclusão, não encontramos o crédito do ano de chegada ao lote condicionando fortemente a renda atual.

iv) Elementos Produtivos

Encontrou-se uma grande diferença entre os parceleiros no que se refere ao uso desses fatores. É possível identificar uma grande parcela da população que pratica uma agricultura baseada na fertilidade natural do solo e na força de trabalho humana. E ainda mais da metade da população não utiliza nenhum dos elementos produtivos por nós considerados modernos. Em contraponto, identificamos uma minoria que pratica agricultura relativamente tecnificada.

Pode ser identificado, entretanto, um processo de modernização por parte desta população, mas este não deixou de revelar-se concentrado.

v) A mão-de-obra é basicamente familiar e o volume global de trabalho utilizado não é capaz de explicar a diferenciação de renda. Ocorre ainda a utilização de trabalho assalariado temporário que tende a concentrar-se nos grupos de maior renda.

Um outro aspecto que merece ser mencionado prende-se ao fato de que alguns projetos utilizam um maior volume deste trabalho temporário remunerado.

vi) Com relação a utilização das terras fica evidente que o tamanho global do lote não é capaz de explicar a renda obtida. Também a análise dos dados sugeriu que a existência de matas é antes um obstáculo do que um incentivo à obtenção de rendas. Isto é totalmente consistente com o fato de que a renda agrícola proveniente de lavouras temporárias é o componente mais importante da renda total.

Também encontramos no estrato superior uma maior área ocupada por lavouras temporárias. Mas não se pode, apesar disto, estabelecer-se alguma relação funcional entre renda e área de qualquer tipo.

vii) Com relação aos ativos, encontramos uma relação entre o volume do ativo atual e a renda. Mas nada se pode falar referente à determinação. É um caso semelhante ao crédito, onde não se sabe o real sentido de causalidade, se é que se pode pensar nestes termos em um processo complexamente determinado.

Com relação aos ativos iniciais, não foi possível encontrar uma forte relação.

Foi detectada ainda ainda por parte dos parceleiros mais ricos uma maior propensão à acumulação.

Para o conjunto de população, em que pese o aumento dos ativos, com o passar do tempo pode ser identificada uma tendência declinante na taxa de investimento.

Isto aponta para um desvio, desta população como um todo, de uma agricultura dinâmica.

viii) As despesas monetárias confirmam vários pontos importantes. O primeiro é que ocorrem em qualquer segmento, explicitando o fato de que estudamos uma população inserida numa economia mercantil. Além disso, os dados apontam para a existência de uma população diferenciada onde nos estratos superiores as despesas produtivas crescem em termos absolutos e em proporção às despesas de consumo pessoal.

ix) Os dados de comercialização indicam que nos defrontamos com uma agricultura mercantil, pelo menos no que toca àqueles parceleiros mais bem situados em termos de renda agrícola. Sempre poderemos identificar em cada projeto a existência de um ou dois produtos que destinam-se basicamente ao mercado.

x) Para encerrar, gostaríamos de ressaltar que quase 20% dos assentados trabalham fora do lote. Destes, 30% buscam emprego na cidades. Um outro corte neste grupamento, que trabalha fora, nos mostrará que o trabalho temporário é preponderante e não se relaciona com o nível de renda.

Quanto ao trabalho permanente, registra-se uma concentração no grupamento de renda mais elevada. Também neste grupo a participação do trabalho não-agrícola é mais expressiva

xi) Esclarecimento adicional:

Devemos, ao leitor desta tese, um esclarecimento sobre uma lacuna que já deve ter sido percebida. Até aqui não consideramos a data de chegada do parceleiro ao projeto para fins de análise. Isto pode gerar dúvidas com relação às conclusões alcançadas, uma vez que os resultados globais encontrados podem estar distorcidos por uma variável não considerada: o tempo.

No relatório de pesquisa (17), em que se baseou este capítulo da tese, foi investigado este problema e concluiu-se que a exclusão dos parceleiros recém-chegados (8% dos parceleiros totais), conjunto onde se concentram a maior parte (56%) daqueles que têm renda nula, não alterou significativamente os dados encontrados para a população como um todo. Isto justifica não termos discriminado esta população no presente texto).

xii) breve síntese:

Enquanto instrumento de ajuste à penetração do capitalismo no campo brasileiro, a Reforma Agrária tem seu núcleo na transformação do pequeno produtor rural em organizador da produção em bases capitalistas.

Assim, o objetivo da Reforma deve ser o de retirar este produtor do âmbito de uma produção organizada em termos de uma "agricultura caipira" - onde suas condições de sobrevivência face ao avanço das relações de produção capitalista são nulas -

(17) (BNDES, 1990, cap. XVIII)

ou de uma situação de semiproletarização (e, também, semimarginalização) caracterizada por uma intermitência das relações de produção capitalistas, e promover sua integração como produtor no processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no campo brasileiro.

Evidentemente, este processo de transformação refere-se a dimensões outras - da política à cultural - além da dimensão econômica; entretanto, esta é, indubitavelmente, uma dimensão essencial neste processo de transformação.

Os projetos de assentamento solucionam de imediato apenas o acesso à terra. Porém os demais componentes do processo de transformação dependem de outros fatores ao nível das modificações nas forças produtivas. O crédito, assistência técnica, mercado e outros fatores deverão ser rearticulados em um padrão de produção mais avançado e compatível com a etapa de nosso desenvolvimento capitalista.

Para a solução destes problemas não basta a intensificação dos fatores modernizantes que, provavelmente, além de ser antieconômica, não atingirá êxito na escala desejada. Antes, é necessário pensar-se outras alternativas de organização da produção, compatíveis com nível superior das forças produtivas.

A avaliação dos projetos de reforma agrária realizada na segunda parte deste trabalho nos indica quanto é problemática e parcial a transformação de pequenos produtores arcaicos e modernos. A reprodução perversa da "agricultura caipira" no interior dos assentamentos rurais assinala a insuficiência da estratégia em vigor, inspirada, a nosso ver, numa visão idílica que busca transformar parceleiros em "farmers" americanos do século XIX.

A inexorabilidade da Reforma Agrária impõe que busquemos alternativas viáveis (e economicamente exequíveis) para sua implementação exitosa, sob pena, ao assumirmos uma atitude imobilista e pouco criativa, de reforçarmos, na prática, teses atrasadas e reacionárias.

Este trabalho não propõe, obviamente, uma solução à questão - esta virá do processo histórico que vive a Nação brasileira. Busca apenas revelar nossas reflexões e experiências. E se, desta forma, contribuir para estimular o debate, teremos atingido nossos objetivos.

CAPÍTULO III - REFORMA AGRÁRIA: LIMITES, POSSIBILIDADES E ALTERNATIVAS

No primeiro capítulo desta tese analisamos a questão agrária brasileira, concluindo que o processo de modernização dos pequenos produtores é problemático e que, por isto, o próprio desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro que, no atual estágio, impõe a substituição da pequena pela grande exploração, tende a aniquilar o pequeno produtor. As diferentes situações que permitem a sobrevivência da pequena produção - expansão da fronteira agrícola, venda parcial da força de trabalho, auto-exploração, combinações várias com o capital mercantil etc - não são capazes, por um lado, de contrapor-se à tendência geral de eliminação da pequena produção, que se reforça com a elevação do nível técnico e, por outro, estas sobrevivências não permitem a elevação do padrão de vida do pequeno produtor, o que alimenta um fluxo de venda de terras que tende a concentrar a propriedade fundiária.

O segundo capítulo, que estuda de perto a situação dos pequenos produtores dentro dos projetos de reforma agrária, nos apresentou um quadro complexo que, confirmando o enunciado do primeiro capítulo, sugere existir uma grande diferenciação na performance dos assentados.

O presente capítulo busca concluir o estudo discutindo alguns pontos que consideramos relevantes para realizarmos uma avaliação da estratégia de elevação do padrão de vida dos produtores que se baseia na reforma agrária.

Três pontos devem ser observados. O primeiro se refere às hipóteses sobre os tipos de diferenciação com que nos defrontamos. O segundo se prende ao papel e ao espaço que uma política de reforma agrária pode ter. O terceiro é apresentar um esboço de uma política que possa elevar o padrão de vida da população rural.

1. A NATUREZA DA DIFERENCIAÇÃO ENCONTRADA

A questão da pequena produção deu origem a visões profundamente divergentes com relação à posição e ao futuro da pequena produção camponesa dentro de uma economia capitalista. Kautsky, Chayanov e Lenin, para citar apenas autores clássicos, tiveram esclarecedoras divergências sobre o tema.

Kautsky, apesar de afirmar a superioridade da grande agricultura capitalista (Kautsky, 1974, cap.6), desenvolve uma explicação para a sobrevivência da pequena produção (idem, cap.7), bem como aponta para uma articulação da pequena produção com a indústria, que transforma o produtor direto em "trabalhador para o capital".

Para o autor, tanto o desenvolvimento da grande agricultura quanto a inserção do pequeno produtor (formalmente independente) na agroindústria são parte do processo de industrialização da agricultura. Processo que em suas palavras dialeticamente aboliria a separação entre indústria e agricultura que ocorreu no início do capitalismo (Kautsky, 1974, 323)

Chayanov, que teoriza sobre uma lógica não-capitalista da família camponesa, defende que o campesinato pode permanecer infenso à diferenciação social. "Entretanto, na sua ânsia de mostrar a compatibilidade da economia camponesa com a modernização industrial, Chayanov termina por visualizar um processo em que a lógica interna da economia camponesa é minada pela ação da agroindústria" (Wilkinson, 1988, 101), o que "inviabiliza a sua teoria da lógica interna da "unidade familiar" (Wilkinson, 1988, 102).

A hipótese clássica de diferenciação (1) sugere que o desenvolvimento do capitalismo atua numa economia camponesa, dando origem a dois grupos distintos. Um deles seria composto por

(1) Podemos atribuir a Lenin (1982, cap.II) a formulação desta tese.

produtores que evoluiriam para a situação de capitalistas, o outro para a de proletários. É verdade que, quando de sua elaboração, a apresentação desta hipótese foi revestida de cuidados que realçavam que sua formulação estava sendo feita em termos de tendência básica, pois "o capitalismo penetra na agricultura de maneira particularmente lenta e toma formas variadas" (Lenin, 1982, 116). Além disto foi registrado que no processo histórico que estava sendo observado ainda se identificava um "elo intermediário", um campesinato médio, que tenderia ao longo do tempo a somar-se, em sua maior parte, aos proletários e, o resto, se transforma em capitalistas (Lenin, 1982, 118). Registre-se, entretanto, o caráter um tanto dogmático do desenho do futuro desse campesinato médio (Wilkinson, 1988, 84).

As citações acima são suficientes para demonstrar que a problemática da transformação da pequena produção dentro de uma situação concreta, historicamente determinada, não pode ser resolvida através da leitura e interpretação das contribuições clássicas por mais que possamos tomá-las como referências teóricas. As hipóteses sobre tendências de longo prazo, e possíveis contratendências, não devem substituir a investigação empírica e resultados concretos que se manifestem num horizonte histórico distinto.

As pesquisas em que essa tese se baseia não podem contribuir para dirimir dúvidas sobre quais das teorizações mencionadas são efetivamente corretas em suas interpretações sobre o desenho futuro da agricultura capitalista. Como foi mencionado no capítulo primeiro, a relação entre agricultura e capitalismo é complexa e a subordinação total desta esfera de produção à lógica do capital ainda é problemática. Portanto, estamos nos defrontando com uma questão onde a teoria é tão somente um ponto de partida. A resposta necessariamente tem que levar em conta as inúmeras determinações históricas que dão à questão agrária formas particulares.

Todos os processos a que se referem as contribuições citadas estão de uma forma ou de outra presentes na economia brasileira. A formação dos complexos agro-industriais atua no

sentido de industrializar a atividade agrícola e, inclusive, modernizar uma parte da pequena produção. Esta modernização não só diferencia o produtor, como introduz uma lógica tipicamente capitalista em sua organização produtiva. E isto ocorre mesmo naqueles casos que podemos identificar como sendo de "trabalhadores para o capital". Muitos daqueles que não se modernizaram permanecem como organizadores de produção atrasados, onde a racionalidade e o cálculo econômico não aparecem de forma clara e, no limite, não estão presentes. Como nos referimos no primeiro capítulo desta tese, a questão agrária tem determinações históricas profundas que influenciam a forma em que o modo de produção capitalista penetra na agricultura.

Entretanto, se as grandes questões teóricas permanecem não resolvidas no presente trabalho (2), outras questões podem ser levantadas e, talvez, até mesmo clarificadas a partir da análise dos dados apresentados no capítulo segundo.

A pergunta que esperamos responder refere-se às condições de reprodução do pequeno produtor dentro de um processo determinado de modernização da agricultura. Isto, em termos hipotéticos, pode ocorrer com sua modernização ou não.

No primeiro caso tanto podemos nos defrontar com pequenas unidades capitalistas - pequenas empresas rurais - ou com modernas unidades agrícolas proletárias - o termo pode ser novo, mas a idéia já foi explorada por diversos autores. Em ambos os casos, a nosso ver, a sobrevivência do pequeno produtor está garantida dadas a atual base técnica e a possibilidade de o capitalismo articular-se com a grande exploração na pequena propriedade, ou seja, o pequeno produtor sobrevive modernizado e a pequena produção dá lugar a uma exploração moderna.

(2) A problemática teórica, a nosso ver, apenas reflete a própria problemática da subordinação incompleta da agricultura ao capital. Por outro lado, as próprias teorias sobre a lógica capitalista, como se sabe, apresentam-se plenas de lacunas e indagações.

No segundo caso - o da não modernização do pequeno produtor -, aquele onde a pequena exploração se combina com a pequena propriedade ou posse, a sobrevivência do pequeno produtor está efetivamente ameaçada. Mesmo levando-se em conta, por um lado, aqueles fatores que já foram identificados por Kautsky, e residem na auto-exploração, nos diferenciais de fertilidade etc, e por outro, a reprodução do pequeno produtor na fronteira agrícola, o processo de destruição da pequena produção avança inexoravelmente movido pelo desenvolvimento do mercado de bens, de terras e pelo progresso técnico da agricultura.

A questão colocada - as condições de reprodução do pequeno produtor - é necessariamente diferente daquelas levantadas pelos autores clássicos, pois o horizonte histórico é totalmente distinto. Estamos indagando se numa economia capitalista, que já fez sua industrialização, mas subdesenvolvida e com um passado escravista, onde a modernização da agricultura ocorre combinando a matriz fundiária tradicionalmente concentrada e a introdução de técnicas e padrões capitalistas, e ainda um dinâmico mercado de terras, é possível existir uma estrutura de produção agrícola que contenha pequenos produtores. Que tipo de produtores serão, quantos e onde estarão?

A resposta é fundamental para a definição do tipo de sociedade que teremos deixando o mercado atuar livremente, e para a definição dos tipos de problemas que deverão ser enfrentados se quisermos uma sociedade mais democrática.

Ao longo da pesquisa sobre Reforma Agrária (e das outras já mencionadas) encontramos sempre uma população com forte diferenciação tanto entre os projetos como dentro de cada projeto. Esta diferenciação aparece em quase todas as variáveis importantes: renda, ativos, despesas correntes de produção, etc.

Neste trabalho não realizamos uma análise estatística mais elaborada que pudesse esclarecer os determinantes estatísticos mais significativos desta diferenciação. Entretanto, podemos levantar um conjunto de hipóteses que nos parecem consistentes.

É possível supor que nos defrontamos com dois processos distintos de diferenciação:

O primeiro se refere a uma diferenciação econômica entre unidades capitalistas. Uma se desenvolvem mais do que outras, configurando uma estrutura homogênea mas diferenciada em tamanho. No limite lógico, este processo de diferenciação, através da concentração, desemboca na diferenciação proletário e capitalista. Entretanto, sabemos também que esta tendência pode ser neutralizada por uma série de fatores (de forma alguma a existência de uma tendência é garantia de sua realização plena). Os estudos sobre a sobrevivência da pequena produção a partir de Kautsky, Chayanov e outros autores mais modernos nos dão inúmeras razões para a não realização plena desta tendência (3).

Esta primeira diferenciação está presente em todos os projetos. Sempre podemos identificar uma "elite" que tem maior renda, maior ativo, etc. Isto ocorre mesmo quando a população se apresenta homogênea do ponto de vista técnico-cultural.

A segunda diferenciação atua esquematicamente antes da primeira. Vamos denominá-la, apesar de todos os problemas que pode suscitar, de técnico-cultural (4). Quando pesquisamos os projetos de Reforma Agrária e os demais projetos envolvendo os pequenos produtores podemos identificar dois tipos bastante distintos: o agricultor moderno e o agricultor atrasado.

(3) Exemplificadamente podemos citar: 1) a pequena unidade é resistente pois o pequeno proprietário tem poder de auto-exploração; 2) a grande unidade não consegue quebrar a pequena; 3) o grande capital consegue estabelecer vínculos funcionais e manter a pequena produção; 4) a pequena produção é extinta e renasce na fronteira.

(4) Para uma abordagem semelhante ver (Sorj, 1980, 13).

O processo histórico de desenvolvimento da agricultura brasileira se deu sem formar generalizadamente um campesinato do tipo clássico. Os produtores diretos na agricultura ou eram os "homens livres" que estabeleceram uma cultura de subsistência de baixo nível técnico - a agricultura caipira (5) - ou eram os trabalhadores rurais (escravos numa época e empregados depois) que não dirigiam o processo produtivo. Portanto, como resultado tivemos um homem do campo alienado do saber e das práticas agrícolas e mercantis mais elaboradas.

O processo de modernização técnica da agricultura só vem aumentar este fosso. Também atua neste sentido a disponibilidade limitada de terras cultiváveis com a técnica tradicional e a conseqüente necessidade de incorporação de novas terras cujo aproveitamento racional e constante implica em um padrão técnico mais elaborado.

O produtor direto que evoluiu diretamente para ser um agricultor foi basicamente o imigrante europeu que se estabeleceu nas colônias do Sul e do Espírito Santo ou no café. Uma parcela do que estamos chamando de trabalhadores rurais são agricultores atrasados.

A evolução destes para uma agricultura mais estruturada é um processo que ocorre lentamente e com grande seletividade. E à medida em que se eleva o padrão técnico esta transformação fica cada vez mais difícil.

é este quadro que dificulta o desenvolvimento da pequena propriedade moderna. Ao lado da concentração fundiária, do aumento dos minifúndios e da elevação da área mínima agrícola para uma exploração econômica com a nova técnica, encontramos uma população rural despreparada para praticar uma agricultura moderna e mercantil.

(5) A "agricultura caipira", que seria um caso extremo de organização não-capitalista da produção agrícola do campo brasileiro, está de alguma forma relacionada com as relações de propriedade no campo. A itinerância e o uso predatório da terra não são função, apenas, do baixo nível técnico e cultural. O caráter sempre provisório do acesso à terra condiciona sua forma de ocupação e exploração.

Se a isto adicionarmos os padrões de relacionamento do capital mercantil e do capital industrial com a agricultura - o primeiro, através de mecanismos de troca, provocando o empobrecimento constante da população rural e o segundo modificando rapidamente os padrões técnicos - podemos começar a traçar o quadro de dificuldades que se materializam num intenso processo de diferenciação onde apenas uma pequena parcela dos pequenos produtores conseguem assumir a condição de produtor moderno.

As tensões entre o baixo rendimento de uma exploração atrasada e o preço da terra atuam neste processo no sentido de tornar inexorável a eliminação da pequena produção atrasada

Mas quais as evidências empíricas que estas pesquisas nos dão desse duplo processo de diferenciação? Pois os dados, como mencionados, apresentam de forma imediata apenas uma população diferenciada.

Para esclarecer esta questão, vamos observar o que ocorre com os projetos situados nas regiões sul e sudeste

Como é do conhecimento geral, o Brasil conta com regiões desiguais do ponto de vista econômico e social. Neste quadro, não é de surpreender que obtenhamos resultados desiguais para projetos implantados em diferentes regiões, pois tudo acaba se tornando mais difícil nas regiões menos favorecidas, seja pela precariedade da infra-estrutura, pela distância dos mercados, pela dificuldade de acesso e até pelo mais baixo nível sócio-cultural de sua população.

Tomado como um conjunto as regiões sul e sudeste apresentam um quadro mais favorável no que se refere a organização das atividades produtivas e seus resultados, mas, apesar dessa diferenciação regional, que era esperada, o que é relevante é que dentro da mesma região podemos identificar uma grande diferenciação em termos de projetos.

Aqui devemos fazer uma pausa para esclarecer que quando tratamos de diferenças entre projetos, devemos necessariamente observar fatores externos ao projeto, dotações específicas de recursos naturais e ambiência cultural em um sentido amplo. Mas quando observamos cada projeto em si e suas diferenças internas, estes fatores cedem lugar para outros que se relaciona, antes com os parceleiros investigados do que com a situação geográfica do projeto.

No caso dos projetos das regiões sul e sudeste, se tomarmos a renda, a utilização de insumos, o volume de mão-de-obra temporária, podemos visualizar um grupo de projetos com uma grande homogeneidade interna, em que pese a diferença entre eles. Entretanto, mesmo nestes projetos, podemos identificar uma diferenciação entre a população que se manifesta não nos padrões técnicos e culturais mas sim na intensidade da exploração capitalista: na renda, no volume de despesas correntes de produção, na concentração de ativos e dos investimentos.

O segundo grupo se caracteriza por revelar mesmo dentro dos projetos uma grande heterogeneidade entre os parceleiros. Aqui encontramos distinções nos padrões técnico-culturais e também diferenças quantitativas na exploração capitalista.

Em resumo, podemos afirmar que mesmo naqueles projetos onde os parceleiros são homogêneos em termos técnico-culturais, ocorre uma diferenciação puramente econômica. E ainda podemos dizer que mesmo nas regiões Sul e Sudeste encontramos projetos que contêm uma diferenciação técnico-cultural combinada com uma puramente capitalista. Mas neste caso devemos registrar que o peso do grupo arcaicos é muito menor do que o encontrado para o conjunto do país e isto sem dúvida é uma determinação regional.

Para o resto do país, a conclusão é imediata. Vamos encontrar sempre a dupla diferenciação. O que varia, por um lado, é o maior peso de uma população agrícola que chega ao projeto de assentamento expropriada de uma qualificação técnica para a atividade agrícola moderna. Na verdade, para sermos mais precisos, esta população é o resultado de um processo histórico que não produziu agricultores e sim, de uma forma ou de outra, produzia a força de trabalho necessária ao sistema de produção adotado. Por outro, não devemos desprezar as características das regiões Sul e Sudeste, que reúnem condições mais favoráveis a um processo de modernização gradual, o que por si só diminui o esforço técnico e econômico por parte do produtor individual.

2. REFORMA AGRÁRIA: UM CAMINHO NECESSÁRIO

A segunda questão que nos propomos a discutir neste capítulo refere-se ao papel e o espaço para uma política de Reforma Agrária.

O levantamento do debate sobre Reforma Agrária ao longo do tempo, principalmente a partir dos anos 50, foi objeto de inúmeros trabalhos (6), sendo tema bem investigado e suficientemente esclarecido. Por isso mesmo não nos arriscaremos a repetir o que já foi feito com mestria.

O que nos interessa nesse momento é discutir as possíveis razões que são ainda arroladas para a defesa de uma política de Reforma Agrária

O desenvolvimento da economia brasileira, a partir da crise dos anos 60, sepultou os argumentos econômicos que defendiam ser a Reforma Agrária um requisito para o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Pois, segundo a explicação corrente, apenas com a eliminação do latifúndio a agricultura poderia gerar mercado interno para os produtos industriais e superar seus pontos de estrangulamento, ampliando a oferta de alimentos e matérias-primas para os mercados interno e externo

No início dos anos 80 desenvolveu-se um novo argumento baseado na idéia de que seria a pequena produção a responsável pela oferta de alimentos. Defendia-se que a modernização conservadora, voltada para a exportação e para a produção de insumos industriais e energéticos, ocorreu em detrimento da manutenção da pequena produção responsável pela oferta de

(6) Sobre o tema indicamos (Graziano da Silva, 1987) onde nas duas primeiras partes é citada uma competente literatura referente ao debate sobre Reforma Agrária. Destacamos (Tapia, 1986) e (Medeiros, 1982). Também indicamos (Leite, 1992).

alimentos, ocasionando, então, uma queda na disponibilidade interna de alimentos. Como a relação de preços entre os produtos agrícolas e os industriais evoluiu no período de forma favorável aos primeiros, argumentou-se que uma Reforma Agrária deveria ser realizada como forma de evitar problemas à acumulação de capital derivados da elevação dos salários.

A crítica a esta posição pode ser feita desde o cerne do argumento - o aumento de salários provocando esmagamento dos lucros - até a base empírica que permitiu sua formulação (7).

Apenas gostaríamos de registrar com relação a esta posição que o conceito de pequena produção que está subjacente (definido por área) é suficientemente amplo para compreender dois tipos totalmente distintos e que são o nosso objeto de reflexão: o pequeno produtor moderno, que pode ter uma grande exploração numa pequena área, e o pequeno produtor arcaico, que tem uma pequena exploração com técnicas tradicionais. Quem é o pequeno produtor que produz alimentos e usa técnica moderna, no fundo, aquele que permite que alguns falem que a pequena produção é mais eficiente do que a grande, é o pequeno produtor moderno.

Sendo assim, a idéia de que a Reforma Agrária teria impactos positivos na oferta de alimentos só se justificaria se fosse demonstrado que uma vez fundadas as novas pequenas propriedades, elas se transformariam em produtoras de alimentos em bases modernas. Mas é justamente aqui que reside o ponto de nossa objeção. Acreditamos que os pequenos produtores que não se modernizaram, que hoje são "desempregados que produzem sua própria subsistência" (8), não são, como regra geral, elementos passíveis de percorrerem naturalmente um processo de modernização. Ora, sempre é possível pensarmos em um conjunto de instrumentos especiais - Assistência Técnica, Crédito, etc - para auxiliá-los neste percurso. Entretanto, isto não pode ser

(7) (Graziano da Silva, 1987, 23-27)

(8) (Sorj, 1980, 120)

justificado em termos econômicos, pois esta Reforma Agrária para ser exitosa deve transcender, em muito, a simples distribuição de terras. Como vimos no Capítulo II, os instrumentos existentes para a promoção econômica da população assentada são ineficazes para a maior parte da população.

Além disto, a segunda metade dos anos 80 nos mostrou que a agricultura brasileira é dinâmica e que, com a, com a matriz latifundiária vigente e com sua modernização conservadora, é capaz, quando as condições gerais para a produção agrícola - clima, crédito e mercado - ajudam, de apresentar um bom desempenho em termos de produção agrícola.

Outra coisa é falar da miséria rural e urbana resultado de sua forma específica de crescimento. E aí passamos para a segunda família de argumentos em defesa da atualidade de uma prática de Reforma Agrária. Justificá-la como uma política social, em parte, tem sentido na medida em que é evidente a relação entre modernização agrícola e produção de miséria com a desestruturação dos complexos rurais. Porém, neste ponto, cabe mais uma vez observar que os resultados apresentados ao longo deste trabalho advertem que mesmo como uma política social a Reforma Agrária pode ser um equívoco, se pensarmos como um instrumento de elevação do padrão de vida de nossa população rural, ou mesmo rural-urbana, no caso de englobarmos os habitantes dos pequenos núcleos urbanos do interior.

Os dados são expressivos. A maior parte da população não consegue estruturar uma agricultura moderna. Além disso, a efemeridade da manutenção dos lotes por parte da população assentada nos projetos de Reforma Agrária, que não foi objeto de nossa pesquisa mas pode ser facilmente constatada pela reordenação fundiária que ocorre nos projetos de reforma agrária com o passar do tempo, nos indica que aí existe o mesmo processo de eliminação da pequena produção que ocorre na sociedade abrangente. Portanto, quando muito, uma política social de reforma agrária estenderia no tempo o processo de eliminação da pequena produção.

Bem que poderíamos pensar esta prorrogação como um aspecto positivo não fosse o fato de que além de custosa em termos orçamentários trata-se de um processo de difícil controle que termina por prover terras baratas para aqueles que podem comprar, às custas do trabalho da população assentada.

Quando se trata de expansão da fronteira agrícola, principalmente de terrenos cobertos por matas, esta história ganha cores dramáticas. Pois aí a atividade de desmatamento e conquista passa a ser a função da população beneficiária da Reforma Agrária.

Porém, mais uma vez, é possível pensarmos em apoiar o processo de modernização do pequeno produtor com aquele conjunto de instrumentos especiais (crédito, etc). E aqui o argumento de que não seria econômico não pode ser utilizado, dado que trata-se de uma política social.

Naturalmente não somos contrários às tentativas de modernização do pequeno produtor. Concordamos, certamente, que se os sistemas gerais de apoio (crédito, assistência técnica, comercialização, etc) forem aperfeiçoados teremos resultados melhores. Entretanto, os resultados das políticas públicas que tentaram apoiar a modernização do pequeno produtor não reuniram evidências que confirmem ser exequível tal empreendimento, pelo menos na escala apropriada à modificação da estrutura agrária brasileira.

Existem indicações de que a capacidade de generalização dessas intervenções encontram sérios limites gerenciais e financeiros. E supomos que não se deva desprezar na formulação de uma política social os argumentos relacionados aos custos. Ou será verdadeira a idéia de que seja possível realizar política social ignorando-se o custo? Dizendo melhor, se estamos pensando em uma política para a elevação do padrão de vida dessa população não seria necessário buscarmos alternativas que atingindo o mesmo resultado minimizassem os custos? Pois só assim conseguiríamos aumentar a cobertura à população

Além desse argumento de ordem mais geral, gostaríamos de levantar um outro que se refere à própria eficácia da Reforma Agrária como uma política social. Acreditamos que, mesmo criando um conjunto de instrumentos especiais, a política social de Reforma Agrária se defrontaria com o fato de que transferiria patrimônio para uma população que não conseguiria obter renda elevada no curto prazo. A tentação de transformar em dinheiro os ativos recebidos poderia dominar a esperança de um futuro melhor.

Resta-nos ainda comentar o argumento de que a reordenação fundiária seria vital para a democratização da sociedade brasileira. Pois com a quebra do latifúndio, atingiríamos a estrutura econômica que dá origem ao coronelismo como fenômeno político.

Em tese concordamos com a idéia de que a Reforma Agrária aceleraria a democratização da sociedade brasileira mas, mesmo aqui, não caberia perguntar se a modernização conservadora, que impulsiona as relações capitalistas no campo, e o êxodo rural não atuam no mesmo sentido?

Pensando em democracia, não seria o caso de atuarmos nas pequenas cidades do interior que crescem com a modernização conservadora da agricultura e que criam um coronelismo urbano nutrido no clientelismo a que as massas recém urbanizadas são atreladas?

De qualquer forma, a quebra do latifúndio com a repartição de terras seria suficiente para quebrar o coronelismo? Um lote de terra dará cidadania a quem dependa de caminhão-pipa na época de seca? As dúvidas são muitas.

Pois justamente no Nordeste, onde o problema do coronelismo e do latifúndio é mais gritante, é o lugar onde o processo de modernização do pequeno produtor encontra maiores adversidades. Isto quer dizer que o pequeno proprietário poderá conviver durante muito tempo com baixos rendimentos. E a pobreza, além de ameaçar a existência da pequena produção, neste caso, não seria caldo de cultura para práticas não democráticas? O sonho de criar-se uma classe média rural parece não encontrar espaço em tal realidade.

Tudo isto nos leva a concluir que o papel de Reforma Agrária nos dias atuais é limitado. No fundo, concordamos com a tese de que o capitalismo brasileiro encontrou uma via que prescindiu de uma reforma agrária e por isto, agora, não encontramos nenhuma justificativa geral para sua implementação.

Entretanto, isto não quer dizer que não existe nenhum espaço para a implementação de uma Reforma agrária e que sua execução não trará pontos positivos para a agricultura e sociedade brasileira.

Se no passado foi possível a coexistência da pequena produção no seio ou vizinhança da grande propriedade, a tendência atual é a de haver, por um lado, uma justaposição entre a grande exploração e a grande propriedade e, por outro lado, no que se refere às pequenas e médias propriedades, existir também um processo de desenvolvimento da exploração agrícola moderna. De qualquer maneira, como resultado deste processo, fecha-se o espaço para a existência e reprodução da pequena produção tradicional.

É para esta modernização assimétrica e desigual - particularmente para a situação da pequena produção tradicional - que devemos voltar nossa atenção.

Este desenvolvimento agrário, espontâneo e dinâmico, enquanto coexistiu com o processo de industrialização, teve as conseqüências da ruptura da antiga estrutura agrária neutralizada por uma industrialização emergente, que se caracterizava por engendrar crescente demanda por mão-de-obra. Entretanto, quando a industrialização se completa, o equilíbrio do sistema entra em colapso. Vale dizer, a desestruturação agrária não é compensada por uma demanda crescente de emprego urbano. (Ver Rangel, 1985, 56-60).

É neste momento, quando a modernização do campo começa a gerar problemas não resolvidos automaticamente pelo processo de acumulação de capital nas cidades, que a intervenção do Estado para resolver a questão agrária se torna uma necessidade inexorável.

As tentativas inócuas de resolver as conseqüências urbanas da questão agrária apenas demonstram a urgência em se atacar o problema pela raiz

Do que foi dito, podemos inferir que o papel do Estado nesta questão é o de intervir no processo de modernização do campo brasileiro de forma a evitar o acúmulo daqueles problemas para os quais, de alguma maneira, a economia engendrava espontaneamente as soluções.

É neste ponto que passaremos a nos defrontar com outro outros problemas. Antes de iniciarmos esta discussão seria conveniente explicitarmos, de maneira inequívoca, algumas premissas presentes nas formulações da presente tese

A principal delas é a de que estamos discutindo as possíveis soluções para a questão agrária tendo como hipótese - a única que julgamos historicamente plausível - a vigência e desenvolvimento da economia brasileira nos quadros do sistema capitalista. Uma outra premissa relevante é a de que a intervenção do Estado também será compatível com este desenvolvimento, ou seja, o Estado intervirá no processo de modernização agrícola - intervenção similar em essência à que ocorreu em nosso processo de industrialização - no sentido do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e no da modernização das relações de produção. Em resumo: o país é viável sob o capitalismo e o governo não tem que ser necessariamente isto que tem sido nos últimos anos. Trata-se de resolver a questão agrária viabilizando também a acumulação de capital nesta esfera.

Explicitado o anterior, podemos enunciar o problema imediato ao da tomada de consciência e decisão de se realizar a reforma agrária que - salvo para alguns conservadores e reacionários - se apresenta como urgente à construção de uma nação desenvolvida e democrática.

O problema seria então o de se definir o modelo da reforma agrária adequado à realidade brasileira. Neste ponto a literatura especializada ou de propaganda, os planos de governo e a prática - entendida como o conjunto de projetos que de alguma forma podem ser classificados como de reforma agrária - apresentam uma incomum falta de criatividade. Apesar de todas ressalvas feitas em relação a possibilidades e necessidades de adotarmos modelos múltiplos, segundo regiões ou formações culturais, o paradigma de reforma agrária ainda hoje existente no Brasil, dentro e fora do governo, é o do particionamento do espaço agrícola em unidades familiares. Este é o modelo que em última instância é defendido por todos os setores significativos que se envolvem com o tema, bem como é o modelo que é implementado - com todas as críticas que se possa fazer - pelos órgãos governamentais.

Agora, se consciente ou inconscientemente, possuímos um modelo de reforma agrária, torna-se absolutamente necessário pesquisarmos até que ponto este modelo é adequado à solução da questão agrária atualmente existente. Pois qualquer falsa solução não só, obviamente, não resolve a questão, como também, e isto não é óbvio, poderá impedir sua posterior solução, seja por acúmulo dos problemas a serem resolvidos - o que desloca tecnicamente as soluções viáveis - seja pelo fato de que uma solução incorreta pode inviabilizar politicamente a idéia de solucionar o problema. Além disto, qualquer solução, mesmo que dentro de uma concepção correta em suas linhas gerais, não é infensa a erros de execução que terminam por desenhar uma solução final incorreta. O estudo e acompanhamento sistemático nestas circunstâncias tornam-se imprescindíveis para o êxito e realização da reforma agrária pretendida.

Resta-nos encarar os problemas referentes à viabilidade do modelo de reforma agrária adotado. A pergunta-chave a ser respondida gira em torno da possibilidade de resolver a questão agrária através do particionamento do espaço agrícola.

A resposta deve ser dada contemplando diferentes planos e, necessariamente, como pré-requisito, deve dar conta das condições objetivas, naturais e sociais, de sua implementação. Estas contemplam desde a existência de terras agricultáveis na forma da fazenda familiar em quantidade suficiente, de sua

sobrevivência, da possibilidade de não desestruturação ou rápida adaptação da moderna agricultura capitalista brasileira, até os custos diretos e indiretos, políticos e econômicos, da desapropriação, além do latifúndio improdutivo, de possíveis terras produtivas organizadas na forma da grande fazenda capitalista.

Recolocando a questão de forma sintética: até que ponto, no caso brasileiro podemos generalizar a produção agrícola na forma de pequenas unidades familiares? Acreditamos, ao levantar a questão desta maneira, que o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira passa, pelo menos no horizonte temporal previsível, pela exploração agrícola de boa parte do território na forma da grande propriedade. Os cerrados, a caatinga, etc, só poderão ser explorados racional e economicamente através de projetos de longo prazo de maturação, grande volume de investimento, grande extensão de terra e, conseqüentemente, capacidade empresarial desenvolvida. No que se refere às terras boas e/ou regulares, que são aquelas adequadas à exploração mesmo com a tecnologia tradicional, registramos que, se bem que não plenamente ocupadas, estão inteiramente apropriadas e, além de serem, sem dúvida, a fronteira de expansão da agricultura moderna, não apresentam volume disponível expressivo para reestruturar-se a pequena produção.

Em resumo, observando-se aspectos sociais e técnicos somos levados a concluir que a organização da agricultura brasileira através de pequenas propriedades familiares só poderá ocorrer a partir da redistribuição fundiária do estoque existente de terras de produtividade razoável. Mas até que ponto seria oportuno atuar contra a moderna agricultura capitalista? Além disto, identificamos que a modernização da pequena produção é problemática. Se isto é verdade, o particionamento das grandes propriedades pode dar lugar, tão somente, a um grande número de pequenas propriedades atrasadas. Neste caso, a Reforma Agrária, em vez de avançar a modernização poderia agir como um freio. Quais as conseqüências de tal via para as camadas menos favorecidas da população urbana?

Assumindo a heterogeneidade da realidade rural brasileira, que, conforme já concordamos, coloca como tarefa do Estado sua urgente modernização (o que implica em combate direto ao latifúndio improdutivo), trata-se de definir os problemas intrín-

secos ao processo de transformação de unidades agrícolas pequenas (a questão deve ser reformulada, em outra oportunidade, para abranger as grandes unidades fundiárias) praticando uma agricultura tradicional em unidades produtivas modernas plenamente estruturadas em termos capitalistas e, portanto, integradas na reprodução de uma economia capitalista dinâmica.

Antes de pensarmos em um conjunto de ações que possibilitem a modernização da pequena produção, pois já deve estar claro que esta é a condição *sine qua non* de sua existência, devemos fazer um exercício para investigar qual o impacto de uma Reforma Agrária que vise estabelecer pequenos produtores familiares. É evidente que se trata de um exercício simples mas pretencioso no que se refere ao problema que busca esclarecer, por isso mesmo sujeito a crítica. Apesar disto, dados os resultados encontrados, concordamos que não se deve deixar de apresentá-los.

Tomemos o quadro VIII apresentado no primeiro capítulo (pag. 52). Conforme pode ser visto, existe uma acentuada diferença entre a percentagem de produtores arcaicos no primeiro estrato (até 10 ha) e nos estratos subsequentes. Para o Brasil, no primeiro estrato, encontra-se cerca de 85% dos produtores arcaicos, para os dois subsequentes (10-20 e 20-50), encontram-se cerca de 60%. Essa diferença de 25% poderia ser atribuída à escassez de terras (e também a um precário laço de propriedade), de forma que se poderia pensar que ações de reforma agrária (apenas em seus aspectos fundiários: promovendo os produtores do primeiro para o segundo ou terceiro estrato e transformando-os em proprietários) seriam capazes de elevar o percentual de produtores modernos.

Entretanto, numa análise cuidadosa do mesmo quadro revela que o impacto modernizador da ação fundiária é muito menor do que aquele previsto. Isto porque a região NE, por exemplo, que detém 60% dos produtores do primeiro estrato, não apresenta nenhuma descontinuidade significativa na taxa de arcaísmo entre os estratos. Dessa forma, as ações fundiárias teriam seus efeitos modernizadores diminuídos de cerca de 25% para 5%. Em termos absolutos, pelo exercício, se aumentássemos a área dos 2.200 mil produtores arcaicos do estrato de até 10 ha, apenas 130 mil deles seriam transformados em produtores modernos por esta ação fundiária.

A conclusão não deve ser pessimista, antes, o que gostaríamos de sublinhar é que a solução para nossa questão agrária é necessariamente complexa e terá que combinar intervenções variadas. O apego a um tipo específico - a reforma agrária que institui a propriedade parcelar - pode ser neste contexto mais um obstáculo do que uma solução. O espaço para tal intervenção, como vimos, existe, apenas não é capaz de resolver todo o problema (nem mesmo sua maior parte). Não deve ser esquecido, por um lado, que a exigência de maior área é uma imposição da tecnificação disponível que pode ser alcançada, desde que providos os meios adequados, por uma pequena parcela dos pequenos produtores. Por outro lado, os espaços geográficos onde este avanço pode-se dar são diferenciados em termos de disponibilidade de terras.

Nesse sentido, optamos por uma política para enfrentar a questão agrária que transcenda a reforma agrária como acima discutida e se defina no contexto de uma estratégia global de combate à miséria onde quer que se localize: campos, vilas ou grandes cidades.

Assim, apoiar o movimento migratório de pequenos produtores desde que tecnificados em direção a fronteira agrícola - Rondônia, Mato Grosso, Tocantins etc - pode ser uma das soluções adequadas ao enfrentamento da questão agrária no âmbito fundiário.

As tabulações preliminares da pesquisa de Colonização Privada em Mato Grosso nos dão indícios da formação de uma estrutura agrária onde predominam unidades familiares com grandes áreas (até 1/000 ha). A existência de empresas colonizadoras, muitas delas ligadas a bancos, que de fato não passam de empresas imobiliárias, pois a operação típica é a compra de lotes na região Sul e a venda de lotes no Centro-Oeste, nos aponta para um processo a ser apoiado pelo Estado.

A degeneração encontrada nos projetos da Colonização Oficial (Almeida, 1992) em um primeiro momento e sua afirmação em bases não planejadas e previstas numa fase subsequente, apenas indicam que eles estão direcionados para a população errada. Hoje, estes projetos assentam inicialmente uma população pobre e com baixo nível de tecnificação, e isto, devemos esclarecer, não se relaciona com a origem geográfica do assentado, sulista ou não. Esta população arca com o trabalho mais pesado de incorporação de novas terras. Nesse processo não só se descapitaliza, se for o caso, como destrói as principais forças produtivas que a natureza lhes oferece: a fertilidade natural do solo e a força de trabalho. A migração subsequente com a venda destas terras para uma população com características técnico-econômicas distintas é a correção de um erro no projeto original.

Mas o Estado tem um outro campo de atuação que pode reforçar a pequena produção. Trata-se da regulação das relações estabelecidas entre a agroindústria e seus pequenos fornecedores. As exigências industriais fazem, cada vez mais, com que os insumos produzidos pela agricultura se revistam de qualidade e padronização. O resultado disto é que as próprias empresas criam redes de assistência técnica e financiamento para aqueles pequenos produtores que se articulam (como "trabalhadores para o capital") com aquela agroindústria. Como, em geral, estas empresas dependem de financiamentos públicos é perfeitamente possível que se use a capacidade gerencial da grande empresa capitalista para enfrentar, não só os problemas técnicos da modernização da agricultura (o que ela já vem fazendo, pois decorre de uma necessidade industrial), como também os problemas sociais decorrentes desta modernização. Além disso, o estabelecimento de agroindústrias pode induzir a transformações de pequenos produtores que não se modernizaram segundo os impulsos do capital mercantil. Vale dizer, uma forma capitalista mais desenvolvida pode atuar no desenvolvimento da pequena produção com um sentido diferente daquele dado pela forma mercantil. A reprodução e ampliação da pequena fazenda proletária pode ser uma função do próprio capital. No quadro brasileiro, esta atuação seria de imensa valia em termos sociais, econômicos e políticos.

é possível ainda pensarmos em formas coletivas de organização da produção. Aqui se podem combinar forças produtivas modernas, aumentando a produtividade do trabalho, num

contexto estéril à reprodução da agricultura "caipira" e inlenso a grandes diferenciações internas, que culminam por destruir os projetos da reforma agrária.

Quando estudamos os projetos de assentamento de "bóias-frias" no Paraná (9), nos defrontamos com um caso - Querência do Norte - que nos chamou a atenção. Neste projeto praticamente inexistia a diferenciação técnico-cultural. A população era formada por antigos "bóias-frias" e pequenos produtores não tecnificados, mas, mesmo com essa origem, as práticas agrícolas e os resultados econômicos alcançados revelavam que esta população poderia ser considerada como sendo composta de pequenos produtores modernos.

Ao analisarmos com maior atenção o referido projeto, constatamos que os pequenos produtores ali instalados não eram de fato organizadores da produção. A escolha dos produtos, a técnica utilizada e a comercialização eram determinadas pela administração do projeto. A não observância de suas recomendações era penalizada com a perda do lote por parte do assentado.

Em que pese o explícito dirigismo técnico-econômico, este projeto nos revelou uma forma capaz de compatibilizar a maior parte da população rural brasileira - que é composta muito mais por fornecedores de mão-de-obra do que por modernos organizadores da produção - com o uso de insumos e práticas econômicas modernas.

Mas, não tenhamos dúvidas, todas as intervenções anteriores não serão capazes de abranger toda nossa população rural.

(9) (DNDES, 1989)

O problema que se coloca para esta população é o de se modernizar. Caso isto não seja possível (e achamos que não, dado que este processo é muito seletivo), o problema se transfigura em buscar uma forma de elevar o padrão de vida desta população num processo onde os condicionantes levam a uma proletarização acelerada.

3. UMA POLÍTICA SOCIAL PARA A POPULAÇÃO RURAL (10)

Portanto, para elevar o padrão de vida desta população dois caminhos devem ser construídos.

O primeiro e mais intuitivo é o de se engendrar um processo dinâmico de geração de emprego e renda. Entretanto, acreditamos que já apresentamos elementos suficientes para mostrar que isto não pode ser alcançado com eficácia através da modernização da agricultura. A modernização da grande propriedade é excludente e emprega mão-de-obra com sazonalidade. A modernização da pequena é seletiva em seus resultados e lenta em sua implementação. Resta, portanto, dinamizar a economia urbana cujo processo de modernização pode assumir formas ainda mais excludentes do que o desenvolvimento agrícola. O segundo caminho, mais direto e mais estigmatizado pelos preconceitos neoliberais ora em voga, é o de se expandir os serviços sociais básicos nas pequenas e médias cidades do interior. (Quando possível e oportuno, abrir frentes de trabalho para aumentar a dotação de capital básico para estas populações). Essa forma de salário indireto, custeada por recursos fiscais (11), atua imediatamente na elevação do nível de vida dessa população, e viabiliza, no longo prazo, a implementação de processos dinâmicos de geração de emprego e renda.

É no dimensionamento deste "segundo caminho" que dedicaremos as páginas finais deste trabalho

Uma das idéias que apresentamos neste trabalho é a de que a população agrícola tem forte articulação com o espaço urbano, que não somente está presente como referência de sua produção mercantil - o que é trivial - como também é importante em sua estratégia de vida através de rendimentos de origem urbana e local de moradia (12)

(10) Esta parte baseia-se em (Castro, 1989)

(11) (Castro, 1991)

(12) Este fenômeno pode ser observado em todas as regiões brasileiras e é notável como surge, com relativa importância, nas áreas de fronteira recente, onde a economia urbana se estrutura precocemente e assume um comportamento com grande dinamismo econômico. Para as regiões de fronteira recomendamos a leitura de (Almeida, 1992).

Agora estamos defendendo a idéia de que uma política de desenvolvimento social da população rural deve voltar-se para os pequenos núcleos urbanos que, com suas cercanias, abrigam a maior parcela dessa população.

Resta, portanto, apresentar em linhas gerais o nosso processo de urbanização enfatizando o papel dos núcleos urbanos do interior (13).

QUADRO LXV (14)

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO URBANA BRASILEIRA
1940 - 1980

	Definição oficial*	Cidades > 2.000	Cidades >10.000	Cidades >20.000
1940	31,2	25,2	18,5	16,0
1950	36,2	30,8	23,4	21,1
1960	45,1	40,4	32,3	28,8
1970	56,0	52,0	44,5	38,8
1980	67,7	64,8	56,6	51,5

FONTES: Merrick e Graham (1979), TABELA VIII-2, até 1970; Katzman (1977), tabela 21, até 1970; Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, IX Recenseamento Geral do Brasil, 1980, volumes estaduais, tabelas 3 e 4.

(*) Localidades urbanas definidas como sedes de municípios.

(13) Para uma exposição mais detalhada desta questão recomendamos a leitura de "Urbanização no Brasil a partir de 1945", de Martin T. Katzman, publicado no livro "A transição Incompleta" de Bach, E & Klein, H.S., editado pela Paz e Terra em 1986.

(14) (Katzman, 1986, 179)

Como pode ser visto no quadro LXV, em 1940, segundo critérios oficiais, cerca de 30% da população brasileira era urbanizada. Em 1980, esse número se situava em torno de 70%. Ressalte-se, portanto, desse processo, em primeiro lugar, a velocidade que, sem dúvida, é um dos fatores que está na base da desorganização urbana e do estabelecimento das periferias miseráveis em nossas cidades.

Um outro aspecto que merece ser observado e apresentado no quadro LXVI, é o de que a urbanização brasileira foi disseminada em termos de região e tamanho de cidade, reservando para as pequenas e médias cidades um papel ainda importante no processo de urbanização.

QUADRO LXVI

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR TAMANHO DE CIDADES (15)
1940 - 1970

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL	CATEGORIAS DE POPULAÇÃO URBANA (em milhares de habitantes)					
	2-10	10-20	20-100	100-500	500-1000	1000-)
1940	27,9	11,4	18,3	15,7	0,0	26,7
1950	24,2	10,5	22,6	12,7	3,1	26,9
1960	20,1	10,8	23,0	14,8	9,3	22,3
1970	15,6	9,4	20,6	14,2	10,2	32,0

FONTES: Costa (1970), Tabela V; Brasil, Censo Demográfico, 1940-70.

(15) (Katzman, 1986, 194)

Em que pese podermos identificar, no quadro acima, uma tendência à concentração da população em cidades de população superior a 500 mil habitantes, devemos registrar que 25% da população urbana, em 1970 e 1980, ainda se situavam em localidades com menos de 20.000 habitantes, que a rigor não devem ser consideradas cidades, que são, por definição, um agrupamento de população não-agrícola. A redução da participação da população das áreas metropolitanas do Rio e São Paulo, em termos de população urbana total, que cai de 30,8%, em 1940, para 25,8% e 26,8%, respectivamente, em 1970 e 1980, também denota a importância das pequenas e médias cidades e a existência de polos regionais nesse processo de urbanização.

Por último, vale ressaltar que as pequenas e médias localidades são a primeira etapa do processo de migração campo-cidade. São, de fato, as escolas de vida urbana para os migrantes rurais. Um outro aspecto a ser ressaltado é o de que a miséria urbana se concentra, basicamente, nessas localidades (16) e este fato está na raiz dos sucessivos passos migratórios, na medida em que a migração é o resultado de diferenças de bem-estar entre as localidades.

Em resumo, podemos apresentar o problemas que estamos tratando da seguinte forma: em primeiro lugar, a população rural volta-se para o espaço urbano - basicamente para as pequenas e médias cidades do interior; em segundo lugar, estas cidades são o primeiro passo do processo migratório e esse papel está fortemente associado à escassez de oportunidades para a população migrante e ao seu baixo padrão de vida. Por último deve ser ressaltado que, na medida em que parcela significativa da população brasileira - e maior ainda da população miserável - se encontra em torno dessas localidades, ainda existe um considerável espaço de atuação por parte do Estado objetivando melhorar as condições de vida nessas pequenas cidades. Uma ação desse tipo atuaria no sentido de evitar os passos sucessivos de fluxo migratório e de, principalmente, reforçar a pequena produção que, como vimos, tem sua estratégia de vida em parte condicionada pelas condições urbanas.

(16) Para uma apresentação detalhada desta questão remetemos o leitor a (Jaguaribe, 1989, II)

Por fim, apresentaremos algumas informações que dimensionam o espaço de atuação da política proposta.

Segundo o censo Demográfico de 1980, o Brasil possuía 3.997 municípios, aos quais correspondiam 7.968 localidades (distritos, inclusive os distritos-sede). Destes, 3.465 municípios e 6.230 localidades se situavam em municípios onde a população urbana era menor do que 20.000 habitantes. A população total destes municípios correspondia a cerca de 39% da população brasileira.

Esses municípios com população urbana inferior a 20.000 habitantes não só tinham população rural maior que a urbana, como também abrigavam a maior parte (77%) da população rural brasileira. Eram e são, portanto, agrovilas no sentido específico do termo, servindo de referência urbana para a população ocupada na agricultura.

Entretanto, estas são as localidades mais carentes de infra-estrutura social, o que, conjugado com o baixo rendimento obtido pela população agrícola, atua para definir um padrão de vida miserável para grandes parcelas de sua população. O quadro abaixo, construído a partir dos dados do Censo Demográfico de 1980 e da P.N.A.D. de 1985, reflete, por região, as precárias condições de vida da população urbana destas pequenas localidades.

QUADRO LXVII

POPULAÇÃO URBANA (1985)
E INDICADORES DE CARÊNCIA DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL, EM
PERCENTAGEM, DOS MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO URBANA INFERIOR
A 20.000 HABITANTES, POR REGIÕES

INDICADORES \ REGIÃO	N	NE	S	SE	C-0
POPULAÇÃO URBANA	963.822	6.456.525	3.403.793	6.601.855	1.810.440
POPULAÇÃO COM MAIS DE 5 ANOS NÃO ALFABETIZADA	20	33	14	15	18
POPULAÇÃO SEM ÁGUA ENCANADA NA MORADIA	45	44	15	11	35
POPULAÇÃO SEM COLETA DE LIXO	57	48	28	20	40
POPULAÇÃO SEM LUZ ELÉTRICA	14	13	6	4	11

FONTE: IBGE - PNAD - 1985
IBGE - Censo Demográfico - 1980.

CONCLUSÃO

Se o objetivo for o de produzir alimentos, devemos pensar em uma política agrícola envolvendo crédito rural, preços mínimos, extensão rural, pesquisa tecnológica etc.

Se o objetivo for o de aumentar o número de produtores agrícolas, devemos pensar em uma política agrária atuando nos determinantes do preço da terra, na expansão ordenada da fronteira agrícola e na reordenação fundiária através da reforma

agrária. Também devem ser articuladas no bojo dessa política ações de assistência técnica, no sentido amplo, que possibilitem transformar o pequeno produtor arcaico em moderno.

Entretanto, se objetivamos elevar o padrão de vida da população rural, devemos procurar um caminho mais simples e mais eficaz, no curto prazo, reforçando os investimentos sociais nas pequenas e médias cidades do interior, deixando para um segundo momento a estruturação de mecanismos dinâmicos de geração de emprego e renda. Acreditamos ainda que a elevação do padrão de vida dessa população é condição necessária para a viabilização dos esquemas mencionados em uma etapa posterior, na medida em que a distância entre o nível técnico-cultural desse grupo e as tecnologias difundidas pelo modo de produção capitalista tendem a aumentar.

Por mais estranha que esta proposta possa parecer, por estarmos propondo trocar a "vara de pescar" pelo "peixe", estamos convencidos de que, para nos mantermos na parábola, sem comer o peixe, as populações miseráveis vão comer o bambu.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, A.L.O.
1990
"Colonização Dirigida no Brasil: Algumas questões" IPEA - MIMED - R.J.
- ALMEIDA, A.L.O. et alli
1992
"A Colonização Sustentável da Amazônia" TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 266 - IPEA Julho/92 - R.J.
- BENJAMIN, C.Q. e PAULA, S.G.
1986
"...e o sertão de todo se impropriou à vida ..." - UM ESTUDO SOBRE A FOME E A SECA NO NORDESTE - Vozes, Petrópolis -RJ
- BNDES/AP-IV/ASCOR
1989A
Coord. CASTRO, M.H.M.: "Assentamento de Bóias-Frias", R.J.
- BNDES/AP-IV/ASCOR
1989B
"Pesquisa sobre Cooperativas de Pequenos Produtores no Nordeste", Coord. Castro, M.H.M. - R.J.
- BNDES/AS/DEPES
1990
AVALIAÇÃO PRELIMINAR DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA - Coord. Castr, M.H.M. - R.J.
- BRANT, V.C.
1977
"Do Colono ao "Bóia-Fria": Transformações na Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis" in ESTUDOS CEBRAP 19 - S.P.
- BRAZ, M.M., CASTRO, M.H.M., KORNIS, G.E.
1986
"Subsídios à Implantação da Reforma Agrária" in CADERNOS FINSOCIAL Nº 3, BNDES R.J.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, M. E., VELASCO, L., CASTRO, M
1988 "Reforma Agrária - Um Estudo Preliminar"
Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - Abril/Julho 1988 - S.P.
- CASTRO, M. H. H.
1991 "População Rural e Desenvolvimento Social" - Documentos de Trabalho - DT/QS12
FUNDAP (março/91) - S.P.
- CASTRO, M. H. H.
1988 REFORMA AGRÁRIA: NOVOS CAMINHOS, IERJ -
Boletim Julho/Setembro 1988 - R.J.
- CASTRO, M. H. H.
1989 "Subsídios à Formulação de uma Política de Desenvolvimento Social para a População Rural", BNOES - R.J.
- CASTRO, M. H. H. e DAVID, Maria Beatriz
1991 "Repensando a Questão Agrária Brasileira", in ECONOMIA E POLÍTICA DA CRISE BRASILEIRA: A PERSPECTIVA SOCIAL-DEMOCRÁTICA. Rio Fundo Editora
- CASTRO, P. R.
1982 "BARGES E BÓIAS-FRIAS": REPENSANDO A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL; CEDES/APEC
R.J.
- D'INCAO e HELLO, M. Conceição
1975 O BÓIA-FRIA: ACUMULAÇÃO E MISÉRIA; VOZES
Petrópolis.
- OIAS, G. L. S.
1978 "Agricultura e Crescimento Extensivo",
Tese de Livre-Docência, USP - S.P.

BIBLIOGRAFIA

- FERLINI, Vera Lucia Amaral
1988
- TERRA, TRABALHO E PODER, Brasiliense - S.P.
- FRANCO, Maria S. de Carvalho
1984
- "Organização Social do Trabalho no Período Colonial", in TRABALHO ESCRAVO, ECONOMIA E SOCIEDADE / Antonio B. de Castro (et al); Coordenador: Paulo Sergio Pinheiro - Paz e Terra
- FURTADO, Celso
1971
- FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, Cia. Editora Nacional - S.P.
- GOODMAN, D.
1986
- "Economia e Sociedades Rurais a partir de 1945", in A TRANSIÇÃO INCOMPLETA", Paz e Terra.
- GOODMAN, D., SORJ, B. e WILKINSON, J.
1990
- DA LAVOURA ÀS BIOTECNOLOGIAS, Editora Campus - R.J.
- GRAZIANO DA SILVA, José
1981
- PROGRESSO TÉCNICO E RELAÇÕES DE TRABALHO NA AGRICULTURA - HUCITEC, 210p - S.P.
- GRAZIANO DA SILVA, José
1987B
- "Mas qual Reforma Agrária?" in REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA - ABRA, Abril/Julho-1987
- GRAZIANO DA SILVA, José
1987A
- O QUE É QUESTÃO AGRÁRIA, Ed. Brasiliense S.P.

BIBLIOGRAFIA

- GRAZIANO DA SILVA, José
1982
"O "bóia-fria" entre aspas e com os pin-
gos nos is" in A MÃO DE OBRA VOLANTE NA
AGRICULTURA, CNPQ/UNESP/polis - S.P.
- GRAZIANO DA SILVA, José (coord.)
1978
ESTRUTURA AGRÁRIA E PRODUÇÃO DE SUBSIS-
TÊNCIA NA AGRICULTURA BRASILEIRA, HUCI-
TEC - S. P.
- KAGEYAMA, A. e GRAZIANO DA SILVA, J.
0
"A dinâmica da Agricultura Brasileira:
Do Complexo Rural aos Complexos Agroin-
dustriais" (MIMEO)
- Kautsky, Karl
1974
A QUESTÃO AGRÁRIA; Editorial Laia S/A
Espanha
- LEITE, Sergio Pereira
1992
A FACE ECONÔMICA DA REFORMA AGRÁRIA: ES-
TADO E ASSENTAMENTOS RURAIS EM SÃO PAULO
NA DÉCADA DE 80 - Tese de Mestrado
CPDA/UFRRJ - R.J.
- LENIN V. I.
1982
O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NA RÚS-
SIA - Abril Cultural - OS ECONOMISTAS
S.P.
- LENIN, V. I.
1980
"O Capitalismo e Agricultura nos Estados
Unidos da América: novos dados sobre as
leis de desenvolvimento do capitalismo
na agricultura", Col. Alicerces-Brasil-
Debates.
- MARTINS, Ismênia de Lima
1972
"Problemas da Extinção do Tráfico Afri-
cano na Província do Rio de Janeiro", Te-
se de Doutorado, USP - S.P.

BIBLIOGRAFIA

- MARTINS, José de Souza
1981
O CATIVEIRO DA TERRA, LECH - S.P.
- MARX, Karl
1984
O CAPITAL, Civilização Brasileira - S.P.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo
1982
"A questão Agrária no Brasil: 1955-1964"
Tese de Mestrado FFLC/USP - S.P.
- MELLO, João M.C. e TAVARES, M^a Conceição
0
"A Economia Exportadora Capitalista no
Brasil 1884/1920" (MIMEO) - S.P.
- MELO, Fernando Homem de
1985
"A composição da produção no processo de
expansão da fronteira agrícola brasilei-
ra" in REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, Vol.
5, nº 1, Jan/Mar-1985, Brasiliense, S.P.
- MILLER, Geraldo
1989
COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E MODERNIZAÇÃO
AGRÁRIA, HUCITEC - S.P.
- PRADO JR., Caio
1969
FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, Brasi-
liense, S.P.
- PRADO JR., Caio
1970
HISTÓRIA ECONÔMICA DO BRASIL, Brasilien-
se - S.P.

BIBLIOGRAFIA

- ANGEL, Ignácio M.
1985
ECONOMIA: MILAGRE E ANTI-MILAGRE - JZE
R.J.
- ANGEL, Ignácio M.
1957
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO - Livraria Progres-
so Editora , Bahia
- ANGEL, Ignácio.M.
1962
A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA - Comissão
de Desenvolvimento Econômico de Pernam-
buco
- REZENDE, Gervásio Castro de
1988
CRISE EXTERNA E AGRICULTURA: BRASIL, ANOS
80; Fase - R.J.
- SORJ, Bernardo
1980
ESTADO E CLASSES SOCIAIS NA AGRICULTURA
BRASILEIRA, Editora Guanabara - R.J.
- TAPIA, Jorge R.B.
1986
"Capitalismo e Questão Agrária: Um Estu-
do sobre as Alternativas para a Reforma
Agrária no Brasil, 1946-1964" Tese de
Mestrado, IFCH, Campinas - S.P.
- WILKINSON, J.
1988
"Agricultura x Indústria: Os Espaços de
Produção Familiar" (MIMED) - R.J.
- WILKINSON, J.
1986
O ESTADO, A AGROINDÚSTRIA E A PEQUENA
PRODUÇÃO; HUCITEC-CEPA/BA